

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JULIO CEZAR SOARES DA SILVA FETTER

**Isso não é coisa de menina: a ausência de mulheres no  
cargo de treinadoras no voleibol de alto rendimento**

**São Paulo  
2023**

JULIO CEZAR SOARES DA SILVA FETTER

**Isso não é coisa de menina: a ausência de mulheres no cargo de treinadoras no voleibol de alto rendimento**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Katia Rubio.

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)  
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Fi Fetter, Julio Cezar  
Isso não é coisa de menina - a ausência de  
mulheres no cargo de treinadoras no voleibol de  
alto rendimento / Julio Cezar Fetter; orientadora  
Katia Rubio. -- São Paulo, 2023.  
187 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação  
Cultura, Filosofia e História da Educação) --  
Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo,  
2023.

1. Treinadoras. 2. Voleibol. 3. Atletas  
olímpicas. 4. Gênero. 5. Decolonialidade. I. Rubio,  
Katia, orient. II. Título.

## Folha de aprovação

**Nome: FETTER, Julio Cezar Soares da Silva**

**Título: Isso não é coisa de menina: a ausência de mulheres no cargo de treinadoras de alto rendimento**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.**

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora**

**Prof. Dra.** \_\_\_\_\_  
**Instituição:** \_\_\_\_\_  
**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dra.** \_\_\_\_\_  
**Instituição:** \_\_\_\_\_  
**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_  
**Instituição:** \_\_\_\_\_  
**Julgamento:** \_\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai, que sempre celebrou meus voos, e ao meu tio Celso, com quem tanto aprendi.

À Isabel Salgado, a primeira mulher a alcançar uma final de Superliga enquanto treinadora.

## AGRADECIMENTOS

Com o risco de esquecer algum nome, necessito, neste momento, citar cada pessoa, que vem à minha mente agora, que tornou este trabalho possível, me ajudou a crescer e a produzir, me entendeu, me deu suporte e criticou quando necessário.

Primeiramente, agradeço àqueles três com quem divido a rotina, o mau e o bom humor, as risadas, broncas, canseiras, carinhos e tudo o mais que nossa vida nos proporciona. Lu, Alice e Bento, eu não teria conseguido sem o apoio de vocês três, cada um à sua forma, entendendo que “o papai está estudando”, que “ele não vai poder sair hoje (de novo) com a gente”, me dando esse espaço, me incentivando e me acolhendo em tantos momentos necessários neste processo.

A mãe, tio, meus irmãos e minha irmã, por também me incentivarem e mostrarem esse orgulho de algo que nem sei explicar ao certo. Por entenderem os muitos fins de semana em que não pude estar junto com vocês. Por cuidarem dos meus em diferentes momentos para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

A Tio Celso, Tia Fátima, Gui e Nat, por me acolherem desde que eu cheguei nesta cidade e por me ajudarem em tantos momentos da minha caminhada.

Aos membros do GEO, que sempre ensinam, riem, se apoiam e se divertem juntos, que tornaram tudo mais leve, mais possível, me dando a confiança que nem sei de onde tiraram, me fazendo rir e me abraçando em tantos momentos em que precisava. A Waleska, Naty e Maria Alice, por acompanharem mais de perto essa jornada e me darem força, motivos para rir e uns artigos específicos também.

Katia, não consigo escrever um agradecimento para uma orientadora que apenas me auxiliou no processo acadêmico, pois, você sabe, sua presença, seu acolhimento, seu olhar e seu abraço, físico ou metafórico, foram peça-chave para esta pesquisa e todo meu processo. Aliás, graças a você, esta pesquisa se tornou ela mesma.

A Katinha, por me dar força, me incentivar e acreditar em mim, por estar ao meu lado, mesmo a 500 quilômetros de distância.

A Ivy e família, por estarem perto, por serem ombro e rede de apoio, por me garantirem a certeza de que eu e os meus podemos contar com eles sempre.

A Paula e Victor, por me presentear com as mais gostosas lembranças, risadas e certezas.

Aos times de voleibol “QuimiEduca” e de basquetebol “FísicaPedago”, pela amizade e aprendizagem, sendo meus momentos de relaxar, espairecer e me fazer sentir mais jovem, inclusive me ajudando a realizar o sonho de jogar o BIFE.

Àquelas educadoras que tanto me ensinaram e que se tornaram muito mais que inspiração: Naty, pela certeza de uma conexão, mesmo que a vida paulistana afaste; Dri, Luisa e Miriam, por serem lugar de conforto, risada e abraço.

Por dividirem oito, nove horas diárias comigo, além dos perrengues, estresses e muitas risadas, me apoiando ao longo de todo esse percurso, agradeço aos meus amigos da Avenues, em especial àqueles que a rotina e os afetos deixam mais próximos: Aidê, Bruno, Carol, Cris, Elisa, Ingrid, Gabi, Laís, Marcella, Nadiesda, Paola, Renata e Yan.

A Angela, Anne e Marcello, pelo apoio, muito mais do que institucional, sempre com afeto, compreensão e incentivo, fazendo-me ter certeza da escolha feita ao fim de 2018.

Às (pós) atletas Fabiana Alvim, Érika Coimbra e Jacqueline Silva, por abrirem suas vidas e tornarem esta pesquisa possível, mostrando que atletas são a razão de ser do esporte, o maior legado desse fenômeno social.

E, por fim, mas fundamental, agradeço ao apoio institucional da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), através da Julia Silva, fonte da ideia desta pesquisa, e da Isabelle Melo. Além de auxiliarem com dados e contatos, ambas contribuíram com reflexões e para pensar próximos passos.

tem montanhas que crescem  
debaixo do nosso pé  
isso ninguém controla  
tudo que enfrentamos  
nos preparou para esse momento  
venham com martelos e punhos  
temos um teto de vidro a quebrar

- Rupi Kaur



## RESUMO

### **Isso não é coisa de menina: a ausência de mulheres no cargo de treinadoras no voleibol de alto rendimento**

Embora possua grandes conquistas e apelo nacional em ambos os naipes, com títulos da mais alta importância, historicamente o voleibol brasileiro produz diversas desigualdades de gênero – não sem lutas por equidade. Dentre essas, está a ocupação de cargo de treinadora no voleibol brasileiro de alto rendimento. Enquanto parece haver um encaminhamento naturalizado de homens atletas para essa função após sua transição de carreira, as mulheres acabam por ocupar outros postos. Nas últimas três edições da principal competição brasileira tivemos apenas uma mulher treinadora, em apenas uma temporada. À vista disso, sob um viés decolonial que valoriza outras formas de compreender e produzir saberes, este trabalho buscou investigar as razões da ausência de treinadoras no voleibol brasileiro de alto rendimento. As narrativas biográficas, principal método deste estudo, visaram, não a uma análise de discurso, mas a uma compreensão do fenômeno, das questões de gênero e escolhas na transição de carreira que pudessem elucidar o problema desta pesquisa a partir de todas as subjetividades e dos elementos concretos daquelas que narraram sua história. Outros dados também foram obtidos a partir de projeto de pesquisa em parceria com a CBV. Assim, três pós-atletas olímpicas narraram suas trajetórias de vida: Jacqueline Silva, Érika Coimbra e Fabiana Alvim. Em diálogo com suas narrativas, esta dissertação conceituou o cargo de treinadora como uma face pública do esporte, tendo suas ações e atitudes atraindo grande atenção do público e mídia. Foram identificados diferentes vestígios que trazem luz aos fatores desse cenário de desigualdade e constatou-se ainda a produção de uma modalidade que corrobora para a adjetivação de suas atletas pautada em conceitos hegemônicos. Do controle de seus corpos, passando pelos discursos da maternidade, silenciamento de suas vozes e por uma sororidade memorável, suas narrativas trouxeram elementos que mostraram a construção de um teto de vidro, que impede mulheres de ocuparem cargos de treinadoras nas principais equipes do país, ampliando as desigualdades vivenciadas. Por fim, foram propostas ações concretas, partindo da educação dos e nos espaços esportivos, à resignificação desses espaços e medidas propositivas, para que possamos romper com essa realidade e construir possibilidades efetivas visando a ocupação de mulheres dos cargos de treinadoras de alto rendimento no voleibol brasileiro.

Palavras-chave: Treinadora. Voleibol. Atletas olímpicas. Gênero. Decolonialidade.

## **ABSTRACT**

### **It is not for girls: the lack of women as coaches in the high-performance volleyball**

Although it has great achievements and national appeal in both male and female, with titles of the highest importance, Brazilian volleyball historically produces several gender inequalities - not without fighting for equity. Among these inequalities, there is the absence of women as volleyball coaches at the high level. While there seems to have been a naturalized forwarding of male athletes to this function after their career transition, at the last three editions of the Brazilian Superliga, as an example, we had only one woman as a coach in one of these seasons. In view of this, under a decolonial perspective that values other ways of understanding and producing knowledge, this research sought to investigate the reasons for the lack of female coaches in Brazilian high-performance volleyball. As the main study method, we used the biographical narratives, as a way of understanding the phenomenon, the gender issues and the career transition choices, elucidating the problem of this research from all the subjectivities and concrete elements of those who narrated their stories. Other data were also obtained from a research project in partnership with the CBV. Thus, three post-Olympic athletes shared their trajectories: Jacqueline Silva, Erika Coimbra and Fabiana Alvim. With that, comprehending the coach position as a public face of sport, with its actions and attitudes attracting great attention from the audience and medias, different traces were identified that shed light to these inequality scenarios factors and it was also verified the production of a modality that corroborates to place adjectives to its female athletes based on hegemonic concepts. From the control of their bodies, passing through motherhood discourses, silencing their voices and a memorable sorority, their narratives brought elements that showed the building of a glass ceiling, which denies women from occupying these spaces and expands the inequalities experienced. Finally, it was necessary to think in concrete actions, from education to building different meanings of sport spaces, with the purpose of breaking with this reality and building effective possibilities for women to occupy the high-performance coach position in Brazilian volleyball.

Keywords: Coach. Volleyball. Olympic athletes. Gender. Decoloniality.

## **LISTA DE SIGLAS**

ACM	Associação Cristã de Moços
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
FIVB	Federação Internacional de Voleibol
NCAA	National College Athletics Association

## SUMÁRIO

1. AQUELAS QUE CONSTRUÍRAM MEUS CAMINHOS	13
2. INTRODUÇÃO	26
3. OBJETIVO	30
4. METODOLOGIA	31
4.1. Oralidade, tempo e memória: as narrativas biográficas	32
4.2. Outras fontes metodológicas	39
4.3 As escolhidas	40
5. MULHERES, CORPO E HISTÓRIA	44
5.1. Esporte e gênero	44
5.2. Voleibol e história: entre discursos e desigualdades	58
5.3. Voleibol e os cargos de comando	70
6. TREINADORAS, ESPAÇO PÚBLICO E TRANSIÇÃO	73
6.1. Controle, espaço público e esporte	73
6.2. Treinadoras: liderança, voz e visibilidade	82
7. VOZES E VESTÍGIOS	92
7.1. Jackie Silva: ‘eu tenho que trabalhar, gente!’	94
7.1.1. As questões de gênero	101
7.1.2. A transição	105
7.2. Érika Coimbra: ‘eu preciso ajudar essa menina’	108
7.2.1. As questões de gênero	114
7.2.2. A transição	117
7.3. Fabi Alvim: ‘só a gente pode mudar essa história’	120
7.3.1. As questões de gênero	132
7.3.2. A transição	136
8. REFLEXÕES, INFERÊNCIAS E POSSÍVEIS CAMINHOS	142
8.1. Controle de corpos	144
8.2. A fragilidade	151
8.3. Vozes públicas	154
8.4. As grandes mães	158
8.5. Sororidade e modelos	161
9. PARA ROMPER OS TETOS DE VIDRO	164

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
11. ANEXOS	176

## 1. AQUELAS QUE CONSTRUÍRAM MEUS CAMINHOS

Por algumas coincidências do destino, ou por escolhas, sempre tive muitas mulheres à minha volta. Por algum traço da linha das minhas mãos, ou por decisões racionalmente tomadas, essas mulheres foram-me inspiração nas mais facetadas esferas. Por alguns alinhamentos dos astros, e por assim decidir traçar o rumo desta pesquisa, foi sobre elas que meu mestrado se fez, ainda que este não fosse o desenho inicial.

Portanto, nesta primeira apresentação do meu trabalho, é a partir dessas mulheres que minha trajetória será contada: com aquilo que as fez me marcar, nossos encontros, minhas inspirações. De suas histórias – ainda que apenas parte delas – sou feito, suas formas de ser e viver me constituem. Todas essas inspirações, memórias e mulheres certamente marcam-me de maneira não linear, não temporal, sendo assim a forma como escolho percorrer esta escrita.

Embora eu seja o quarto filho homem, de um pai gaúcho que teve quatro irmãos, também todos homens, é no outro galho da minha árvore genealógica que tenho, ao menos conscientemente, a primeira inspiração da minha vida: a minha avó. Dona Terezinha de Jesus Gomes, ou vó Terezinha para alguns poucos seres deste mundo, era a filha mais velha de um casal de gaúchos e saiu do Rio Grande do Sul para poder viver o seu amor no Rio de Janeiro com um homem desquitado, lá pelo fim dos anos 1950. Desde que me conheço por gente, ela era a gerente de uma fábrica de uma bebida alcoólica alemã. Os obstáculos pelos quais ela passou nunca me foram confessados, mas, certamente, não foram poucos.

Ela era o cerne da família, estando meu avô doente por muitos anos – poucas memórias tenho dele anteriores ao seu acidente vascular cerebral. Ela era rigorosa, firme, especialmente na presença de algum dos seus quatro filhos, dentre os quais, minha mãe. Rigorosa ao ponto de não tolerar ninguém almoçando sem camisa, ainda que fosse verão no Rio de Janeiro.

Mas era para lá que eu ia nas minhas escapadas das férias, saindo de Itatiba, no interior de São Paulo, desde o início da minha adolescência, sozinho, pegando um ônibus e enfrentando cinco ou seis horas na Rodovia Dutra para chegar lá. E aí, além de todas as bajulações que existiam sempre, com um grande armário

repleto de doces e sempre um pudim à minha espera, podíamos jogar buraco, sentar lado a lado e, carinhosamente, assistir televisão juntos e conversar.

Ela me inspirou muito, por tudo que representava para a família e para a sociedade. Sua força, seu enfrentamento, sua coragem; ir à fábrica com ela e ver como era respeitada e querida. Mas quis o destino que, dois dias após eu ligar para ela e convidá-la para a minha formatura do Ensino Médio, ela partisse, em um dia dos namorados – data tão especial para ela e meu avô, contam-me os mais antigos. Uma ruptura familiar, uma marca que ainda trago e o primeiro luto que vivi inteiramente, naquele que seria um ano de mudanças para mim. Eu estava por terminar a escola e, no ano seguinte, me mudaria para São Paulo para cursar Educação Física na USP. Quantas coisas eu ainda gostaria de dividir com ela...

Mas, com mais semelhanças do que a história familiar nos conta, minha mãe carregava em si toda a resiliência, o amor pelos filhos, a potência. Minha mãe, que aos 24 anos, decidiu se separar de um homem mais velho – que “trazia o sustento” – e enfrentou toda a solidão e os obstáculos desse momento; sem deixar de mostrar seu amor e carinho, mas com muita luta, muito suor e superando muito preconceito. Preconceito por ser, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, uma mulher divorciada, tendo que dar conta da rotina de trabalho, dos quatro filhos e, ainda assim, conseguir continuar a busca pela sua felicidade. Felicidade que ela buscou ao se separar de meu pai quando eu tinha de 2 para 3 anos, sabendo que teria que cuidar dos filhos sem estabilidade financeira, além de tantos outros enfrentamentos; mas porque acreditava que, para ela, e também para nós, era a coisa certa a se fazer. Somente consegui entender todo esse processo tempos depois, quando eu tinha aproximadamente 16 anos, quando morávamos juntos eu, ela, meu padrasto e minha irmã (meus irmãos em outros focos e lugares). Pude entender a complexidade das relações e todas as lutas da minha mãe, ao lado do meu padrasto, para nos preservar e nos fortalecer.

Ao longo de toda a infância e adolescência, minha mãe nos blindava de muitas questões, em um ato de proteção, mas que, simultaneamente, jogava “contra” ela e meu padrasto. Minha mãe era uma mulher que tinha de trabalhar o dia inteiro, como a grande maioria neste país, deixando os filhos em casa. Desenvolvemos, então, nossa autonomia quanto às necessidades do cotidiano, seja nos horários e compromissos, seja nas formas de ir para a escola e fazer as tarefas

acadêmicas. Em meio a essas escolhas, porém, uma certeza: de ter sempre me sentido cuidado e amado.

Das poucas lembranças que tenho do período logo após da separação de meus pais, foi marcante um corte de água na nossa casa por falta de pagamento, quando eu e meu irmão usamos, antes da hora, a água separada para escovar os dentes, “sujando” a água doada pela vizinha. A segunda memória é de quando conheci meu padrasto, por volta dos 5 anos. Na primeira vez em que ele foi em casa, levando um videogame de presente, eu estava indo fazer algo que fazia constantemente nas madrugadas: levantar da minha cama para roubar açúcar. Quando olhei pela sala, estava ele lá, literalmente jogando videogame com minha mãe. Uma sensação de felicidade no ar.

Ele era dez anos mais novo do que ela e, com tantos outros enfrentamentos também, eles logo decidiram morar juntos. Ele assumia em sua rotina quatro meninos – nem sempre tão amistosos consigo –, tornando-se minha figura paterna diária, responsável por conselhos, broncas, mas acima de tudo muito carinho, afeto, atenção, aprendizagem e escuta. É ele quem me deu suporte, quem me ensinou sobre ferramentas e como testar algumas coisas; é nele que vislumbro uma possibilidade de ouvir outras influências musicais; e é com ele que meu amor pelo esporte se inicia, ainda que eu, a seu contragosto, tenha escolhido o Botafogo de Futebol e Regatas para ser meu clube do coração, e não o Corinthians.

Do relacionamento entre minha mãe e meu padrasto, que tanto admiro, nasceu minha irmã, quando eu tinha 10 anos, mas desenvolvemos uma proximidade que rompeu a barreira etária. Quando bebê, ela era meu bibelô, nas festas em que eu adorava carregá-la (entenda-se exibí-la); minha desculpa favorita para assistir a um filme que talvez eu já não tivesse mais idade para ver; minha parceira para ensinar gracinhas ou para enganar a nossa mãe e poder fugir do banho. Ela se tornou minha companheira, minha confidente para diversos assuntos, meu ponto de estabilidade emocional e, anos depois, a madrinha da minha filha.

É com ela também que percebo uma diferença: minha mãe, que sempre criara a gente com tanta autonomia e liberdade, passou a mostrar uma outra preocupação em relação a ela, seja para brincar na rua sozinha, seja para horários e formas de voltar de uma festa. Se os quatro filhos mais velhos, até por sermos um grupo, tínhamos uma independência, minha irmã ensinou-me a duras penas que a vida das meninas é mais tolhida; tem que ser mais cuidada, na relação das



violências a que elas estão expostas; enfim, em seu caso, não foi a mesma dos quatro meninos. O medo de deixar minha irmã sozinha em um lugar era algo que não havia aparecido conosco naquela profundidade; mas, com o tempo, eu fui entendendo as razões disso – como, infelizmente, seus pais estavam certos por aquele zelo a mais.

Isso não impediu, porém, que minha irmã nascesse livre, isto é, pudesse ser quem quisesse. Mesmo assim, ela decidiu seguir caminhos muito parecidos com os meus, escolhendo uma vida no esporte, com a opção pela mesma universidade que eu havia cursado. Ela também resolveu, ao findar sua formação escolar e ingressar na Escola de Educação Física e Esporte da USP, vir morar sozinha em São Paulo. Dez anos antes dela, eu havia entrado no curso de Educação Física da Universidade de São Paulo, aos 17 anos, vindo morar sozinho e arriscando muitas coisas por aqui.

Logo na minha matrícula, momento que compartilhei com minha mãe, foi o pessoal do Centro Acadêmico Ruy Barbosa (CARB) que nos acolheu, nos convidando a nos sentar, ouvir uma música, e nos explicando um pouco da sua função. No Centro Acadêmico, conheci a Milena, primeira pessoa com quem tive profundas discussões sobre gênero, dentro e fora do esporte, e que me fez perceber a complexidade do tema, assim como as desigualdades de oportunidade e reconhecimento. Recordo-me de nossos passeios por São Paulo e pela USP, dos filmes, almoços no bandeirão, do Cinema da USP e de muitas conversas nas proximidades do rio Pirajuçara – onde antes ficava a sede do Centro Acadêmico, que eu iria presidir no meu segundo ano de faculdade.

O CARB, ou simplesmente CA, era o meu ponto de refúgio, era aonde eu ia sempre que não sabia para onde ir. Lá eu podia estudar, ler, mas sobretudo conversar, ver gente, discutir, aprender sobre o movimento estudantil, sobre participar de coletivos, sobre política. Com o apoio da Milena e a parceria da Karen, que também frequentava o CA com essas mesmas ideias no início da faculdade, assumimos uma gestão que me ensinou muito sobre muitas coisas (e que carrego até hoje comigo): das representações discentes em comissões e colegiados da universidade, aos conluios políticos, passando pelo aprendizado de que se pode ser usado como massa de manobra. Mas ali aprendi também sobre coletivo, sobre escuta, sobre dar e ser voz, sobre acreditar e buscar aquilo em que se acredita.

Foi a Milena também que me apresentou a um grupo de estudos. Não a um qualquer, mas ao Grupo de Estudos Olímpicos da USP (GEO). Lá, inscrevi-me para o Fórum que eles organizavam, e tive a oportunidade de ir ao lançamento do livro **Heróis Olímpicos Brasileiros**, conhecer diversos atletas olímpicos e também a autora daquele exemplar – que ganhei em um sorteio –, a professora Katia Rubio.

Os Jogos Olímpicos sempre me foram motivo de fascínio, desde a edição de Atlanta, em 1996, da qual me lembro de Jaqueline e Sandra conquistarem a medalha de ouro no voleibol de praia, bem como dos confrontos entre Brasil e Cuba no voleibol feminino. Talvez tenham sido essas mulheres, conscientizo-me agora, que me fizeram me apaixonar pelo voleibol – uma modalidade da qual ninguém da minha família tinha qualquer proximidade, ou pela qual ninguém próximo nutria qualquer interesse, mas que me suscitou ainda cedo uma curiosidade.

Lembro-me do campeonato interclasses de voleibol da quinta série, a primeira competição de que me recordo participar, em que conquistamos a vitória com um saque meu. No sexto ano, porém, eu fui estudar em uma escola pequena, com poucos alunos, e tínhamos que escolher apenas uma modalidade para treinar. Sem o poder de persuasão, mas sempre disposto a treinos e competições, contentei-me com o basquete, a escolha da maioria. Essa modalidade me iniciou, então, nesse mundo mais competitivo: dos treinos na escola, para um amistoso com a seleção da cidade e um convite para integrar essa seleção.

Esse chamado foi feito por Stella, a treinadora da cidade. Como os treinos eram perto de casa, e dada aquela autonomia que tínhamos, comecei a participar dos treinamentos. Além de aprender a técnica e a tática da modalidade, aprendi o que pode ser uma treinadora: a Stella reunia meninos e jovens adultos – muito mais altos do que ela –, com as capacidades de liderar, de manter hierarquia e de acolher. Isso, a ponto de colocar a todos nós sentados no chão de uma quadra para lermos um trecho de um livro que ela escolhera, que ela entendia que poderia nos ajudar de alguma forma. Lembro-me pouco dos textos em si, mas registro uma sensação de acolhimento, de que aquele momento transcendia as quadras. Para mim, é claro que ela entendia e ainda entende o esporte como um espaço de formação de pessoas, muito mais do que de atletas. Ela, ainda que eu carregasse um sonho naquele momento de jogar na NBA, é meu primeiro ponto de inspiração profissional.

Já na escola, após termos perdido duas competições escolares de basquete, em outro lugar de destaque, consegui convencer meus colegas de que

era a hora de tentarmos o voleibol. Formamos uma equipe, que tampouco obteve grande sucesso, mas que me garantiu certa visibilidade e uma nova convocação, para integrar a equipe da cidade nessa outra modalidade. Por alguns anos, consegui conciliar os dois; mas, se no basquete eu sempre tive um papel mais coadjuvante, na equipe de vôlei me tornei um destaque, desenvolvendo qualidades técnicas e táticas superiores aos demais, com direito a título e um prêmio que ainda me enche de orgulho – o de melhor levantador regional.

A partir desse tardio ano promissor, a carreira profissional no esporte como atleta não seria mais no basquete, mas sim no voleibol. Eu almejava virar um atleta olímpico, me inspirando com a perfeição de jogo do Maurício, levantador da seleção brasileira nos Jogos de Sydney em 2000, e acompanhando a incrível geração de Giba, Ricardinho e companhia. A seleção feminina, no entanto, era a que eu gostava de assistir, fosse para reunir amigos do basquete e do vôlei e acompanhar o Grand Prix nas madrugadas, fosse para me encantar com aquele time do BCN/Finasa e atletas como a Mari Steinbrecher e a Fernanda Venturini.

Todavia, outros sinais se impuseram ao meu sonho, dizendo-me que “não”: algumas negativas em peneiras e uma resposta positiva que não apresentava grandes perspectivas me fizeram entender que nem a carreira de atleta, nem a carreira de ator (pois também compunha um grupo de teatro) seriam meus caminhos. Com 16 para 17 anos, agora focado em ser treinador, decidi pela Educação Física como opção no vestibular.

No meu primeiro ano, nos telões e nas salas da Escola de Educação Física da USP, assisti à abertura dos Jogos, aos diversos jogos e às competições. Reafirmei minha convicção no poder desse que é o maior evento do planeta, capaz de me inspirar a querer viver tudo aquilo, sentir todo aquele poder de ser olímpico, de transcender, de estar no lugar mais importante do mundo, capaz de emocionar a tantos com seus momentos de superação, conquistas e demonstração de valores. Lembro-me da dor sentida na derrota para a Rússia no voleibol feminino, inconformado com a carga que colocaram na oposta da seleção, da revolta e do espanto ao ver Vanderlei Cordeiro de Lima ser empurrado para fora da corrida para depois finalizá-la celebrando seu feito, e da magia da seleção masculina de vôlei, com um nível de entrosamento e comprometimento estupendo.

Assim, a partir dessas inspirações, construídas durante anos e por diversos caminhos, foi inevitável aceitar a possibilidade de ser parte do GEO, com a

professora Katia liderando, apresentando o mundo das pesquisas, das metodologias, da organização acadêmica, da instrumentalização e da escrita. Mas a Katia sempre foi bem mais que essa líder cheia de conhecimento. Ela sempre foi alguém real, alguém que estava ali para seus alunos e orientandos, muito diferente do que eu estava acostumado a ver nas demais docências uspianas.

A Katia não somente ensinou tudo isso àquele menino que chegara à cidade grande tão cedo e tão sozinho; ela acolheu, ela mostrou que ele tinha lugar, que ele era querido e importante. Aprendi o valor da troca, valorizei ainda mais uma conversa olhando nos olhos de quem fala e escuta, percebi as lutas e a força de uma mulher professora da USP. Em muitos dos momentos difíceis e desafiadores da minha jornada na graduação – e por que não dizer do meu próprio processo de formação pessoal –, era a Katia e os demais membros do grupo que estavam lá, me auxiliando, me apoiando, me curando, ou falando sobre *frisbee*, sobre MPB, sobre mundos que eu jamais teria acessado, mundos materiais e imateriais.

Ali, o acesso ao mundo olímpico fez com que eu, de forma estruturada, pensasse e construísse reflexões sobre gênero e esporte pela primeira vez. Depois de produzir, com mulheres do GEO, um capítulo de livro sobre iniciação esportiva e especialização precoce, eu mergulhei, a partir de uma proposta coletiva, na pesquisa sobre os espaços para mulheres treinadoras no esporte, ao lado de outra amiga, a Elisa, que também dividia muito da minha rotina entre estágio e república.

Imergir nesse espaço e dessa forma com a Katia me fez crescer, sonhar, idealizar, lutar, querer transformar, me sentir pertencer. Mesmo depois de anos afastado do dia a dia do GEO – por entender que, após a graduação eu precisava investir em experiências profissionais e vivenciar outros espaços –, sempre me senti parte dele, sempre pude contar com ele; aprendi que os espaços podem ser de produção e trabalho (acadêmicos ou não), mas podem ser também de afeto, de encontro, de se querer ajudar, de estar junto pelo prazer de estar.

Ainda lá no início da graduação, sempre buscando as quadras para treinar e jogar, conheci uma outra Katia, a Katinha, de quem eu havia ouvido falar tanto, por ser uma levantadora espetacular, mas que tinha acabado de se formar. No mesmo ano em que entrei, a Katinha tornava-se a treinadora do time de vôlei masculino da faculdade, colocando-se à frente de quinze homens jovens adultos. Eles, com suas experiências em outros clubes e espaços, a questionavam, brigavam com ela, duvidavam de suas escolhas. Mas ela soube, por três anos, conduzir essa

equipe e seus egos, se impor, lidar com essas questões e resolvê-las, nos levando a inúmeras e memoráveis conquistas, com muito profissionalismo e dedicação, sem perder toda a relação humana de afeto entre os membros do grupo. Ela nos conduziu de uma forma tão satisfatória que, além de alguns desses membros serem parte dos meus melhores e mais próximos amigos, todos nós, em qualquer encontro, casual ou não, somos capazes de parar qualquer outra conversa para lembrarmos e rirmos saudosamente desse tempo.

A Katinha também compõe esse círculo mais próximo, é alguém com quem eu sempre posso contar, rir, chorar e desabafar; também recorro a ela quando preciso de ajuda em treinos para mim, nas mais recentes metas para meu desempenho físico. É, por isso, alguém que extravasou aquele espaço universitário, alguém com quem eu tive diversos outros reencontros, profissionais, pessoais e na parentalidade.

Eu havia acabado de assumir um estágio, com um projeto novo e uma proposta diferente em rede de academias, quando ela me ligou e me ofereceu para estagiar com ela no Clube Atlético Ypiranga. Naquele momento, senti que não poderia aceitar, afinal, acabara de entrar em um emprego novo. Mas, poucos meses depois, descontente com o lugar em que estava, eu liguei para ela e, estando a vaga ainda em aberto, fui acompanhar a sua rotina nos treinamentos técnicos e ter a primeira experiência com treinamento físico.

Nessa época, também comecei a fazer estatística para a Superliga, com a supervisão de duas grandes ícones na área, Sandra Caldeira e Silvia Cavalli, de quem logo criei uma grande admiração. Elas me fizeram crescer, souberam me acolher, e me levaram para um espaço em que eu me sentia mais perto do voleibol profissional, mais próximo de um sonho que ainda era gestado em mim. Acompanhar os aquecimentos, estar perto de atletas e treinadores e vivenciar o profissionalismo e a importância daquele trabalho foram aprendizagens e experiências incríveis para aquele garoto perto dos seus 20 anos.

Mas, poucos meses depois de ser seu estagiário, a Katinha recebeu uma proposta para integrar as comissões técnicas das categorias de base do Bradesco, este que um dia fora BCN/Finasa e que naquele momento assumia a nova marca. Em um arranjo do Clube Ypiranga, de estagiário eu passei a treinador, mesmo que ainda não formado, o que me rendeu muita experiência e possibilidades. É certo também que eu já vinha acumulando práticas e saberes com o mundo universitário e

escolar: anos antes, eu havia estagiado e assumido muitos dos treinos e jogos em uma escola; e logo no início da minha graduação, um grupo de mulheres mais velhas vinculadas à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP me convidara – também por intermédio da Katinha – para ser seu treinador.

Este grupo de mulheres – que, como qualquer time universitário, vai se transformando com o tempo e o fim dos ciclos acadêmicos das pessoas ali envolvidas – me ensinou sobre vôlei, sobre treinamento, sobre amizade e sobre aquilo que importava mesmo: estarmos juntos. Era universitário, mas era compromissado e competitivo, e me fez lutar por aquela camisa por anos, nas suas diferentes formações. Por muito tempo, consegui conciliar meus passos profissionais com aquele time, que continuei treinando simplesmente pelo prazer de estar com elas.

Pouco mais de um ano depois da minha entrada no mundo dos clubes paulistanos, em agosto de 2011, novamente segui os passos da Katinha e integrei o projeto do Bradesco. Por intermédio dela, resolvi concorrer a uma vaga para a preparação física de um lugar que, além de participar de competições da Federação Paulista de Voleibol, era aquele mesmo projeto que me fez torcer tanto, onde tanto almejei estar, e que já havia formado tantas campeãs olímpicas. A preparação física estava longe dos meus planos e desejos, mas a possibilidade de estar naquele projeto era irrecusável. E foi ali que reencontrei tantas outras mulheres que me marcaram.

“Reencontrei”, porque, anos antes, eu havia feito um estágio – não remunerado – naquele mesmo projeto, com grandes chances de efetivação, mas que, por coisas do destino, não se concretizaram. Naquele espaço, eu reencontrei a Ana, treinadora com quem eu estagiei anos antes. Ana representava um símbolo de mulher, com conhecimento, capacidade e vontade, mas que, por ser mulher, estava limitada a ser treinadora das categorias menores. Ana tinha o grupo que treinava em suas mãos, desenvolvia as atletas e, afora ter se tornado uma grande amiga, conseguia resultados importantes nas competições que disputávamos.

A relação entre mulher e maternidade no esporte parecia se reproduzir naquele espaço. O cuidado das mais novas cabia às mulheres; contudo, à medida que as atletas se desenvolviam, homens passariam a liderar as comissões. A relação entre aquele espaço e os corpos femininos – de atletas, treinadoras,

psicólogas, nutricionistas e fisioterapeutas – me intrigou, para dizer o mínimo, naquele momento.

À frente de todo o voleibol, quase também como uma representação do projeto em si, estava a Irma Conrado. A Irma, sua história de vida – de que conheço apenas poucos trechos, mas posso imaginar tantos outros – e sua importância para o voleibol brasileiro poderiam ser uma tese em si. Ela, enquanto atleta, foi a primeira transferência internacional de uma mulher brasileira no voleibol. Treinadora, ousou ocupar espaços que antes eram só masculinos, sendo fundamental na formação das olímpicas que citei há pouco, assim como de outras tantas meninas e mulheres que passaram pelos seus treinos. Supervisora, comandava uma grande estrutura, com o rigor, a disciplina e também toda a sobrecarga que o esporte nos dá.

Quase em simultâneo à minha inserção naquele projeto, publiquei meu capítulo sobre mulheres treinadoras. Com a Irma, eu pude entender certos processos, criar empatia e aprender, porque, além de tudo aquilo que ela representava e representa naquele espaço e no voleibol geral, eu me questionava sobre o quanto uma mulher, a partir dos anos 1970, teve que se fazer e se endurecer para simplesmente ali estar. E, somado a isso, entre caronas e conversas, pude conhecer uma mulher solidária, de um coração gigante, que buscava saber como eu estava e encontrava palavras de acolhimento.

Concomitante a essa minha vida no esporte, eu desenvolvia minha vida como professor: de uma oportunidade, ainda como estagiário, oferecida por um amigo do GEO, o Flávio, em uma escola no bairro do Butantã, para locais que me pagavam bem mais. Comecei a entender que o esporte, além de não ser como eu havia sonhado (pois envolvia estruturas e pessoas com as quais eu não concordava, além de diversas manifestações de violências), não seria capaz de me dar o espaço profissional, não me daria o tempo que eu buscava e de que precisava, e não seria o local para mim. Então, depois de acompanhar o mesmo grupo de meninas do Bradesco por seis anos (de antes da categoria sub12 até a sub17), vê-las crescerem, se desenvolverem, aprender com elas, decidi que chegava o meu fim no esporte competitivo, ou de alto rendimento.

Se alguns acasos me levaram para a escola no início da minha vida como professor, após uma indicação do Ricardo, treinador do Bradesco, eu escolhi voltar para o espaço escolar, sem nem ao menos ter certeza de quanto seria meu salário. Tratou-se de um lugar, porém, que me valorizou desde o princípio, que me deu

espaço para pensar, discordar e verbalizar as discordâncias. Na Carandá, uma escola de sócias mulheres, fui apresentado a muitas educadoras, como a Natália e Mariana, que mexeram com conceitos pré-definidos que eu tinha, entre tantas outras que guardo com carinho. Mas foi a Isa Maria e a Bel que marcaram minha trajetória e são imprescindíveis para mim.

A Isa, dentro da educação, mas muito fora dela também, me ensinou a olhar o outro a partir do que o outro sente, me ensinou a perceber quem eu era para com isso trabalhar. É alguém que acolhe na primeira palavra, que ajuda nas maiores dificuldades, pedagógicas ou não, que alerta e conduz o grupo docente com uma maestria incomparável – quem já conheceu algum grupo de professores entende essa dificuldade –, que quer bem a todos e faz com que se sintam importantes, necessários, especiais. Daquelas pessoas que inspiram diariamente.

A Bel me trouxe a possibilidade de uma conversa franca, soube fazer com que eu ganhasse confiança em reuniões e espaços coletivos, me deu espaço para crescer e me aprimorar. A Bel me mostrou uma capacidade de discutir sobre os fatos, de escutar e debater as questões; ainda que houvesse discordâncias, findada a reunião, além da certeza do apoio incondicional, fosse qual fosse a decisão tomada, ela realçava que o debate em si era sobre os fatos, e não sobre nossas questões e relações pessoais. Mais uma mulher vinda do esporte com quem aprendi tanto, Bel liderava o grupo e acolhia sempre, tendo ainda fortalecido uma área importante da escola em seus três desdobramentos: esporte, recreação e educação física.

A difícil missão naquele espaço foi pedir demissão para as duas, Bel e Isa, para começar em um novo projeto: uma escola nova, internacional, que me daria uma rotina mais tranquila, ao invés de circular em duas escolas. Um projeto inovador, e que me afirmou, na entrevista de emprego, a possibilidade de realizar o mestrado, dando o apoio e o suporte necessários. Um espaço repleto de educadoras para se admirar, trocar e aprender, que me faz querer estar sempre em movimento.

Eu estava na Avenues quando a professora Katia me ligou, perguntou se eu estava sentado e, de forma direta, perguntou se eu toparia alterar o projeto deste mestrado. O que seria uma pesquisa sobre líberos poderia se tornar uma análise sobre a ausência de treinadoras no alto rendimento do voleibol brasileiro, inquietação trazida a ela pela Julia Silva, gerente de seleções da Confederação Brasileira de Voleibol.



E, no início, no fim e no meio disso tudo e do percurso do mestrado, existe ainda uma outra mulher. Desde 2005, quando eu a olhava jogando vôlei nas quadras do Centro de Práticas Esportivas da USP, eu sabia que havia algo mais. Um ano depois de conhecê-la e com alguns encontros mais próximos, eu e Lu decidimos namorar, depois morar juntos, então casar e constituir nossa família. Um processo simples, quase dentro do que o “roteiro tradicional” pede, mas com muita vontade de estar juntos, mesmo nos momentos de incertezas. O que sempre existiu foi uma cumplicidade, um carinho, um cuidado mútuo.

A Lu vai ainda além. Ela é uma fonte de inspiração, um alicerce e um motor de reflexões, seja sobre especialização precoce e *burnout*, ao compreender sua trajetória no esporte, seja sobre linguagem, sobre o apagamento histórico das mulheres, sobre ser e estar no mundo. Ao mesmo tempo em que ela me estabiliza e esteve comigo nos momentos difíceis e nas conquistas, ela me balança, provoca meu movimento, meu agir e refletir. É impensável minha história sem essa mulher que me inspira tanto, que cuida de mim de uma forma tão única, de cujos profissionalismo e conhecimento tenho tanto orgulho, assim como da sua capacidade de pensar aquilo que extravasa a obviedade. Como me toca a forma como ela olha os outros, é empática, inconformada com o mundo e atuante em seus espaços. Alguém que, além disso, exerce a maternidade de uma forma incrível, sem deixar de se respeitar como princípio.

E como eu transfiro, adicionando muitas outras camadas, essa inspiração para uma outra mulher/menina, nossa pequena Alice, que no alto de seus 8 anos influencia minhas ações, escolhas, pensamentos. Certa vez, quando ela tinha por volta de um 1 ano e meio, estávamos em uma padaria quando a atendente a “elogiou” chamando-a de princesa. Alice se virou para mim e soltou um “eu não sou princesa, eu sou forte”, fazendo o gesto com os braços. Até hoje não sei de onde saiu aquilo, mas saiu.

Já agora, mais recentemente, ela veio me contar que não era botafoguense mais, mas corintiana. Em tom provocativo, eu disse que para isso ela não teria escolha; eu, como seu pai, decidiria seu time do coração. Mais uma vez, com sua assertividade e doçura, ela me diz: “ué, não é você que fala que as mulheres têm que ser o que quiserem? O que você está fazendo agora?”. Ela tem tamanho poder, tamanhas empatia e capacidade de olhar para o outro e cuidar; ao

mesmo tempo que está aberta para rir, brincar e caber no meu colo, marcando a minha função principal neste mundo.

Quebrando o protocolo que eu mesmo criei neste memorial, destaco um homem, um menino ainda, mas que no alto de seus 5 anos já é capaz de me mobilizar das formas mais intensas, incríveis, controversas. O Bento, meu segundo filho, foi um amor conquistado, um processo só nosso, que a própria pandemia de 2020 ajudou a fortalecer. Ele me tira do eixo, ele me é espelho, ele é tão profundamente carinhoso, quanto tinoso, tão certo de si e de suas vontades, quanto aberto a ceder pelo outro, um menino que me faz reconstruir conceitos, lidar com meus próprios preconceitos, que me fez e faz repensar gênero.

Se muito falamos, pesquisamos e exploramos as condições de ser mulher/menina na nossa sociedade – e com toda razão –, o Bento me lembra o quanto a condição de ser homem rouba dos meninos muitas possibilidades. O que vestir, a que assistir, do que gostar, o que sentir, o que e como se expressar. Vejo-me nele ao permitir que ele chore, ao permitir que ele brinque como e com o que quiser, goste daquilo que lhe parece significativo – questões que me foram podadas ao longo da vida e que certamente definem as nossas identidades.

Atravessado ainda pela perda do meu pai (de quem o nascimento dos meus filhos me aproximara), logo no início do ingresso no mestrado, e por uma pandemia que paralisou, repensou e transformou ao menos a forma como organizamos e lidamos com o mundo, o processo do mestrado foi sendo construído. O que seria antes uma pesquisa a partir de entrevistas presenciais e o que seriam aulas e uma vivência dentro da USP passaram para o modelo virtual. Contudo, a pesquisa se fez, não menos intensa, não sem afetos, tampouco sem profundidade e entrega.

Finalizar este processo, com todos os atravessamentos da minha história e todos os obstáculos e alcances específicos deste percurso fazem-me, neste momento final de escrita, derrubar lágrimas oriundas de uma mistura exorbitante de sentimentos: da rememoração das perdas e dos sofrimentos pelos quais passei; do orgulho pelas conquistas e superações; do alívio por concluir esse processo com tantos obstáculos; de gratidão, por tantas mulheres que estiveram na minha trajetória e me deram tudo o que tenho e que sou. Os passos da minha história foram dados por mim, mas tenho inequívoca convicção de que outros seriam meus caminhos se não fossem elas.

## 2. INTRODUÇÃO

Criado em 1895, o voleibol era uma modalidade com o intuito de ser oferecida a pessoas mais frágeis, pois limitava o contato físico com uma rede entre as equipes e não exigia grandes esforços de quem o praticava. Nessa curta descrição, a modalidade se enquadraria, em um discurso subentendido, para as mulheres daquele e de outros tempos, inundando também outros momentos históricos mais recentes, em uma suposta relação entre gênero e fragilidades.

A argumentação de evitar esforços extremos, que comprometessem sua (discursiva) fragilidade, atendia a mulheres de uma classe específica. A elas foi-se e ainda tem-se imposto uma narrativa de controle de seus corpos – muitas vezes através de atividades físicas –, com o objetivo de mantê-los saudáveis para funções específicas na sociedade, como a maternidade, sua função na família e a gerência da sua ocupação nos espaços públicos.

Essa dualidade, embora não verdadeira em princípio – uma vez que William Morgan (fundador da modalidade) criou essa prática esportiva para homens de negócio mais velhos –, pactua-se até os dias atuais, dando caráter próprio ao voleibol e condicionando quem o pratica a certos modelos, espaços e possibilidades. O voleibol foi criado com um objetivo muito específico, mas o transcendeu, adequando-se em seguida às narrativas hegemônicas sobre as mulheres daquele tempo, especialmente aquelas que, por suas condições sociais, podiam pôr-se a ocupar os espaços de práticas motoras.

Observando os espaços, é fácil notar que, por maior a disseminação dessa modalidade no Brasil – que tem equipes e visibilidade nos dois naipes –, desde seu princípio, os cargos de comando são majoritariamente masculinos, tanto na presidência das federações e da confederação, quanto no trabalho de treinadores de equipes de alto nível (CBV, 2023). Se alguns cargos de comando das instituições brasileiras do voleibol começaram a ter uma tímida ocupação feminina, o Brasil ainda vive uma ausência de mulheres como treinadoras, ainda que esporadicamente – como na temporada de 2021/22 – possa haver alguma representante. A consistência de mulheres como treinadoras, na representação de modelos reais no voleibol brasileiro parece ser um árduo caminho a ser percorrido.

Assim compreendido, como um posto de e para homens, o cargo de treinadores naturaliza-se como um espaço masculino, como se outras possibilidades não pudessem ser construídas. Enquanto isso, as estruturas e instituições do voleibol brasileiro não parecem observar, problematizar ou buscar transformar essa questão.

Lenoir (1996) afirma que um problema social não é apenas resultado de um mau funcionamento da sociedade. É fundamental compreender, então, os objetos a serem observados em um estudo, suas complexidades e subjetividades, pois, a grosso modo, essa lacuna pouco parece incomodar ou repercutir nas quadras brasileiras.

Assim, a construção da problematização parte da quebra da naturalização de uma posição social, trazendo dúvidas e refletindo sobre essa condição. O foco está, inicialmente, no desenho concreto do cenário, apoiando-se em aspectos históricos que abrangem a temática de gênero, do esporte e da modalidade, bem como nos aspectos que envolvem a posição como treinadoras, na sua relação com as ideias de liderança, protagonismo ou oportunidade.

Considero de crucial importância, extrapolando a percepção do contexto em questão, a elaboração de propostas para que outros cenários se apresentem no futuro. Um projeto de pesquisa, ainda mais quando construído dentro da universidade pública, deve sempre almejar um retorno à sociedade, contemplando formas melhores de se deparar com o problema social de investigação e, se possível, buscando transferências do objeto com outros que possibilitem absorver elementos da pesquisa.

Nesse sentido, acredito que devemos perseguir a transformação desses paradigmas encontrados no voleibol brasileiro, procurando, além da compreensão do fenômeno, pensar a construção do espaço de treinadoras como uma real possibilidade para as mulheres, caso seja do desejo destas. Não uma imposição, mas um processo, que poderá ser almejado e delineado ao longo de suas carreiras nas quadras – e não apenas por mulheres atletas.

Pretendo apresentar neste trabalho algumas questões relevantes para a elaboração dessas proposições, buscando alicerces que auxiliem na análise de um elemento profundo e multifacetado, que apresenta complexidades individuais e coletivas, umas historicamente mais antigas, e outras contemporâneas. Para tanto, procuro compreender as rupturas nas formas de se conceberem e produzirem

saberes, em uma proposta que rompe de fato com os discursos e as formas hegemônicas desses saberes, que acabam por dominar e manter o estado das coisas. Intento construir uma pesquisa que se atente para as desigualdades do mundo, valorizando-se, por exemplo, a oralidade, suas contradições e suas transgressões com a linearidade e a objetividade (MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2014; SANTOS, 2019).

Na compreensão do problema, procuro reconstruir, resumidamente, a história do esporte, do corpo e das formas de seu controle, pensando os papéis sociais do discurso e da prática. Outro ponto importante, e que está intensamente conectado com esse último, diz respeito às relações das esferas públicas e privadas, sempre entrelaçadas pelas questões de gênero, na elaboração do cenário atual do esporte e das dinâmicas dos espaços de comando.

Busco captar as especificidades do voleibol, o explícito e as nuances que tornam essa prática diferente de todas as outras; e apresentar o contexto tão único de exclusão das mulheres do cargo de treinadoras. Entendo ser necessária também a busca ou a construção de dados que embasam a relação de atletas com sua formação profissional ao longo de suas trajetórias atléticas, tanto na ocupação de outros postos de comando e gestão, quanto no número de treinadoras de alto rendimento do voleibol brasileiro.

O esporte e, especificamente, o voleibol mostraram-se, então, campos de controle, decisão e produtores de desigualdades de gênero, com regras e formas ditadas por figuras masculinas. O poder, em diferentes aspectos, é sempre oriundo das estruturas da sociedade patriarcal, fortemente pautada por valores ocidentais; e o cargo de treinadora parece conter ainda mais peculiaridades nesse desequilíbrio. Deve-se isso à realidade de uma modalidade que consegue atender a um padrão midiático, modernizando suas regras e estruturas, ao mesmo tempo em que parece não se transformar com o tempo, quando se examina a quebra de disposições da ordem do comando e poder.

Pude experienciar a coleta da narrativa biográfica de três atletas olímpicas de grande relevância para a história do voleibol brasileiro. Cada uma tem sua trajetória, suas marcas e seus valores, mas todas têm em comum conquistas olímpicas importantes e determinantes para suas equipes e para o voleibol brasileiro. Além disso, são três pós-atletas do voleibol brasileiro que transformaram a

discussão sobre gênero na modalidade, no esporte e na sociedade brasileira, três pós-atletas<sup>1</sup> que fizeram e fazem uso de suas vozes para muito além de si mesmas.

Jackie Silva foi uma atleta que colocou sua imagem, seu corpo e sua voz para lutar por valores em que acreditava, ao longo de toda a sua trajetória, de diferentes formas e, superando muitos obstáculos (e pessoas), trouxe conquistas únicas para o país. Érika Coimbra teve sua identidade de gênero questionada antes mesmo de se profissionalizar, em um controle de seu corpo que trouxe marcas e cicatrizes, reais e emocionais. E Fabi Alvim foi atleta bicampeã olímpica no voleibol, com destaque mundial e com público reconhecimento de sua grande liderança, ainda que tenha sofrido com o discurso da fragilidade e instabilidade emocional femininas.

As atletas trouxeram suas narrativas, seus tempos, suas verdades, suas dúvidas e inquietações para que pudéssemos ter um grande acervo de questões despertadas e problematizadas, além de muitos vestígios e apontamentos concretos para a ausência investigada. Elas trataram de elementos que quiseram ressignificar e verbalizar sobre suas trajetórias, sobre questões de gênero, bem como de seus processos de transição de carreira e suas escolhas. Elas se abriram e expuseram suas subjetividades, ideias e vontades, em uma proposta que, mais do que fornecer dados para uma análise, pretendeu tirar da invisibilidade e dar voz a uma questão que geralmente fica às sombras.

Assim, tento apontar alguns caminhos para um entendimento desse complexo cenário e para a transformação dessa realidade, que oprime, gera desigualdades e tira oportunidades e espaços. Ser mulher no esporte já é, por si, um desafio; tentar ocupar os cargos de poder é outro, mais complicado; ser treinadora, por razões que busco apresentar, parece-me ser um abismo ainda maior, que deve ser iluminado, a fim de se construírem ações e pontes que direcionem mulheres para essa possibilidade, valorizando-se sempre suas identidades e vozes.

---

<sup>1</sup> De acordo com Rubio (2019), mesmo ao fim de sua carreira competitiva, executando ou não alguma função relacionada ao esporte, a identidade dessas e desses estará sempre vinculada a sua condição de atleta, carregando consigo o acervo simbólico que sustenta o Movimento Olímpico.

### 3. OBJETIVO

Esta pesquisa propôs-se a compreender as razões da lacuna da presença de mulheres como treinadoras do voleibol brasileiro de alto rendimento, sobretudo nas equipes e seleções adultas. Nesse cenário, observamos um vazio e uma inconsistência na presença de mulheres, inclusive de pós-atletas, nos cargos de treinadoras. Em contrapartida, parece haver uma naturalização desse caminho na transição de carreira de muitos atletas masculinos.

Ainda que seja observada também uma atuação feminina em cargos de gestão e alguns poucos passos na direção de cargos de ordem técnica no voleibol brasileiro<sup>2</sup>, a liderança à beira das quadras, seja nas seleções de base, seja nas equipes adultas, segue sendo pouco ocupada por mulheres. Buscou-se, assim, observar as circunstâncias, os contextos e obstáculos que afastam as mulheres brasileiras da posição de treinadoras e da liderança das comissões técnicas de equipes de alto rendimento do voleibol brasileiro, tanto nos clubes, quanto nas seleções, seja no naípe feminino, seja no masculino.

Como elementos desse percurso de pesquisa, almejou-se também:

- Compreender vestígios do processo de transição de carreira e escolhas de atletas olímpicas do voleibol brasileiro, a partir dos caminhos que lhes foram ofertados e lhes pareciam possíveis;
- Analisar as conjunturas estruturais e contextuais do voleibol brasileiro que distanciam as mulheres dos cargos de treinadoras;
- Explicitar as questões de gênero que promovem a ausência de mulheres dos postos de decisão, especificamente da posição de treinadoras.

---

<sup>2</sup> A Confederação Brasileira de Voleibol teve recentemente Adriana Behar, pós-atleta do voleibol de praia, empregada como CEO. Atualmente, na sua gestão, Julia Silva é gerente de seleções, Luciana Oliveira, gerente financeira e administrativa, Elisa Lopez, gerente de comunicação, e Camila Carvalho, gerente de projetos especiais. Em 2022, as primeiras mulheres assumiram como auxiliares técnicas nas seleções femininas de base, Karina de Souza (sub-20) e Mirtes Benko (sub-18) (CBV, 2023).

#### 4. METODOLOGIA

O método preponderante desta dissertação, as narrativas biográficas, coloca-se de forma imperativa na busca dos objetivos propostos, pois é através da voz de mulheres que viveram e vivem o voleibol brasileiro que seremos capazes de entender o cenário, os vestígios da problemática abordada e as possibilidades a serem construídas. Não se trata de uma observação externa, mas sim uma reflexão a partir das narrativas biográficas, construídas e propostas por Rubio (2014), viabilizando a compreensão da realidade e a construção de propostas, dando luz às vozes de mulheres diretamente envolvidas.

O estudo de um contexto baseado nas narrativas biográficas ultrapassa os dados históricos e sociais que as atletas possam ter vivido, mas se aprofunda nas subjetividades que seu discurso pode nos proporcionar, para que possamos esboçar as conjunturas e os processos por elas vividos (RUBIO, 2016). As narrativas biográficas possibilitaram levantar os vestígios que encaminharam para o fato de essas atletas não ocuparem o posto de treinadoras: por suas próprias decisões – campo do desejo –, por impedimentos do contexto esportivo, explícitos ou implícitos, ou por quaisquer outras razões que suas falas puderam elucidar.

Compreender o cenário do voleibol, desde suas primeiras participações olímpicas aos dias atuais, foi viável graças às protagonistas da modalidade, que testemunharam sobre fatos, acontecimentos e dados, mas sobretudo sobre seus sentimentos, emoções experienciadas e relações vividas. Assim, foi possível traçar um panorama muito mais abrangente do que aquilo que está registrado na história oficial. Reconhecer e legitimar a voz dessas atletas é tornar visíveis suas singularidades, suas vozes e seus coletivos, pois quando falam de si, falam também de seus grupos, assumindo o esporte como enquadramento. E para compreender os elementos que abrangem os dilemas desta pesquisa, os conceitos, signos e subjetividades que as atletas trouxeram nos ajudaram, construindo as questões deste estudo e do campo esportivo.

Todavia, antes de aprofundar nas observações das narrativas biográficas, entendo ser fundamental refletir acerca do lugar de fala. Ao produzir, referenciar e buscar os caminhos desta pesquisa, tenho em consideração o lugar que socialmente ocupo, para, criticamente, construir acerca de um outro lugar, a que não pertencço



diretamente. Entretanto, como agente social dessa estrutura, me é possível pensar, discutir e produzir elementos a respeito do problema trazido aqui. Segundo Ribeiro (2019), lugar de fala não deve ser compreendido como a impossibilidade de um indivíduo ou coletivo tratar de algum assunto, mas sim como o reconhecimento de seu lugar social para abordá-lo.

Contudo, alicersei as especificidades desse lugar dentro do espectro da metodologia, pois esta apresentou os caminhos e se mostrou suficiente à profundidade e ao raio objetivado. Para tanto, uma vez mais cabe destacar: as vozes das protagonistas deste estudo alocam-se centralmente, para que, ao escutar as suas questões, esta pesquisa pudesse, partindo delas, alcançar os seus objetivos.

#### **4.1. Oralidade, tempo e memória: as narrativas biográficas**

As narrativas biográficas, propostas por Rubio (2014), são um método de compreensão das realidades sob o ponto de vista e no tempo das atletas da pesquisa, e não podem ser definidas como um método de análise que finda em si. “Conte-nos sua história de vida”, dizíamos, e dávamos início ao encontro, quando cada atleta traçava as linhas, os caminhos, a intensidade, enfim, aquilo que lhe era significativo marcar de forma oral naquele momento.

As perguntas e intervenções ao longo do encontro serviram para esclarecer, contextualizar e instigar, mas cabia àquela que pertence a história a condução dessa última. A leitura fez-se então a partir de todos os momentos do encontro, do dito e do não verbalizado, do concreto e das subjetividades, das falas e dos silêncios, buscando conceber o discurso em suas relações de poder e controle; isto é, não pensá-lo como palavras sobrepostas e frases aglomeradas, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social (RIBEIRO, 2019).

Os encontros com as atletas fizeram-se como um processo ativo, para gerar e manter conversação sobre sua história de vida, suas experiências, seus valores, suas opiniões, aspirações e motivações, com o objetivo de contribuir com lembranças e reflexões sobre seu próprio processo, e para que o obstáculo das respostas prontas e esperadas fosse superado. Como parte desse papel ativo, localiza-se a escuta, a qual deve renunciar aos julgamentos antecipados de valores

e permitir sentir, acolher, captar as nuances do encontro, entendendo os dados da pesquisa como uma construção (LIMA, 2016; LEÃO, 2016).

Esse momento com cada atleta buscou a construção de uma ponte, um caminho que permitiria a possibilidade de que elas se abrissem sobre sua vida, sobretudo, suas emoções, suas motivações, seus desejos e seus medos. É quem narra que determina os caminhos da conversa, os pontos relevantes, a profundidade de cada momento que lhe é significativo, que deseja partilhar.

Nas narrativas biográficas, as questões que emergem do encontro servem, não para nortear a conversa, mas para aprofundar ou provocar algum tema, de forma não insistente, ou para esclarecer pontos da própria narrativa da atleta. O encontro é aberto àquilo que ela queira colocar, propondo-se uma forma de valorizar as interpretações e subjetividades dentro da história e das representações da atleta. Sobretudo, não há a busca em universalizar uma verdade, uma vez que se trabalha com verdades parciais, individuais ou, até mesmo, momentâneas (RUBIO, 2014). A autora significa esse encontro:

O esforço da busca de imagens e lembranças do passado de alguém que transforma essas informações em verbalização, ou escrita, promovendo, assim, a recriação ou transcrição de uma história. Nessa dinâmica estão implicados o exercício da memória, a ação do recordar, a captura do tempo e a transposição para uma forma de linguagem. Se no passado a oralidade era a via principal das produções narrativas, a linguagem escrita se apropriou dessa construção e, depois, se desdobrou em diferentes estilos, fosse poético, romanescó, informativo e, por que não, deformativo (RUBIO, 2014, p. 113).

A partir de sua narrativa biográfica, cada pessoa traz suas marcas, interpretações e memórias, significando sua vivência em um processo que não se constitui apenas como a somatória de fatos e acontecimentos experienciados por aquela que os narra, mas como a ressignificação desses processos vividos, à medida que a atleta traduz, na sua oralidade, sua existência (AMATO, 2018).

Para Bosi (2003), por mais que a narrativa pertença ao indivíduo, ela representa uma parte do todo e, dentro do coletivo, nos leva a compreender as questões que estão além da sua individualidade. Os fatos sociais, públicos e políticos atravessam a memória daqueles que os viveram, e as faces da memória pública têm como parte as consciências individuais. Ainda, segundo a mesma autora, mais do que colher informações factuais, devemos buscar que, da oralidade

da narradora, emerge a sua visão de mundo, pois a narrativa mostra a complexidade de acontecimentos, sendo caminho para a relação entre a História e a vida cotidiana, com seus pontos de vista diversos, opostos e, por que não, contraditórios.

A trajetória de uma pessoa não se dá por suas individualidades, mas, destacadamente, pelo conjunto de acontecimentos sociais na sua vida. As experiências vividas pelo sujeito terão como base o contexto social, o círculo de pessoas, os fatos macro e micro à sua volta. Nesse sentido, a significação daquilo que foi vivido também pressupõe os conceitos que socialmente foram e estão postos na sua vida, ou seja, ressignifica-se de acordo com a construção social sobre suas experiências, no tempo e espaço especificamente vividos – sejam essas experiências vistas como vitórias, derrotas, ou conceitos outros que irão interferir na forma como os fatos vivenciados serão significados e interiorizados (ELIAS, 1995).

Nessa perspectiva, com frequência, a memória, a oralidade e as subjetividades por muito tempo foram vistas como não científicas ou colocadas distanciadas do processo de produção de conhecimento. Nesta pesquisa, a oralidade posta-se como essência da metodologia de compreensão da realidade estudada, uma vez que é a partir das narrativas biográficas, ou seja, das produções orais das atletas sobre suas vidas, que se pretende analisar, compreender e interagir com os objetivos propostos. E, acima disso, objetiva-se dar voz a essas mulheres e suas humanidades.

Bosi destaca a narrativa e a oralidade:

Ambas se desenvolveram no tempo, falam no tempo e do tempo, recuperando na própria voz o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente. Eu diria que a expressão oral da memória de vida tem a ver mais com a música do que com o discurso escrito. Há componentes musicais inerentes à expressão oral (BOSI, 2003, p. 45).

Nesse caminho, pensar, desenvolver e refletir a partir de narrativas biográficas, ou seja, originar uma pesquisa a partir de vozes desse grupo específico, colocam-se como práticas decoloniais, na medida em que visamos a romper com as metanarrativas hegemônicas e trazer luz a histórias não contadas, esquecidas ou, até mesmo, apagadas. Busca-se um rompimento com as formas tradicionais de se produzir conhecimento, isto é, nos limites de conceitos estadunidenses e

eurocêntricos que impõem um modelo universal. A opção por uma análise decolonial projeta um olhar para o futuro que conecte projetos políticos críticos a modelos de supremacias, tal como o esporte, projetando outras vozes, perspectivas e possibilidades (MIGNOLO, 2007).

Quijano (2014), autor que iniciou os debates sobre colonialidade nos anos 1990, faz diversos apontamentos em relação às formas hegemônicas de se entenderem sociedade, sujeitos e organização cultural e política, denunciando que estas não são as únicas formas de se compreender o mundo e os fenômenos que vivemos, mas foram impostas por uma parte do globo ao longo da história. O autor relata:

A naturalização das instituições e categorias que ordenam as relações de poder, impostas pelos vitoriosos/dominadores, tem sido seu procedimento específico até agora. No capitalismo eurocêntrico, é a partir da naturalização da colonialidade do poder que a “cultura universal” foi impregnada de mitologia e mistificação na elaboração dos fenômenos da realidade (QUIJANO, 2014, p. 323, tradução nossa<sup>3</sup>).

Ainda, segundo o autor, o capitalismo moderno/colonial classifica as pessoas de acordo com três classes principais, trabalho, gênero e raça – sendo as duas primeiras as estruturas desta pesquisa. Quijano reafirma a ideia de que uma categoria como gênero, associada diretamente ao sexo biológico, é uma concepção trazida e usada como instrumento de dominação e apagamento de povos e culturas, cabendo-nos repensar e ressignificar práticas e conceitos que possam, ao menos, rachar com essas formas de se entender e viver na sociedade (QUIJANO, 2014).

Dessa forma, o pensamento decolonial localiza-se essencialmente na metodologia, uma vez que o esporte se fez e se faz ainda como um projeto e produto pautado pelas ideias e ideais coloniais, seja no entendimento de uma supremacia do norte, na propagação de seus valores ou construção de regras e estruturas. Dar voz a atletas mulheres brasileiras rompe, por si só, com muitas dessas estruturas nevrálgicas que o fenômeno esportivo ainda insiste em nos colocar; audaciosamente, tais escolhas metodológicas começam a romper com disposições mais sólidas do esporte moderno. Todavia, é preciso compreender

---

<sup>3</sup> Versão original: “*La naturalización de las instituciones y categorías que ordenan las relaciones de poder, impuestas por los vencedores / dominadores, ha sido hasta ahora su procedimiento específico. En el capitalismo eurocentrado, es sobre la base de la naturalización de la colonialidad de poder que la “cultura universal” fue impregnada de mitología y de mistificación en la elaboración de fenómenos de la realidad*”.

também que o cenário onde essas estruturas se localizam (ou localizavam) era fundamentalmente ditado por concepções estadunidenses e europeias.

Santos (2019) corrobora com este pensamento, salientando que a valorização da oralidade pode provocar um olhar outro, que traz outros saberes à tona, em um processo de decolonização do ato de pesquisar, e faz-nos entender tempo, saberes e oralidade como capazes de romper com os sistemas de conhecimentos ditos tradicionais. Santos acrescenta outros elementos à reflexão, quando afirma a potencialidade de ruptura com as estruturas que essa forma de análise pode nos trazer:

A narrativa, mesmo quando se trata de uma narrativa histórica, subverte a lógica temporal ao produzir um efeito de sincronidade e de contemporaneidade que ajuda a tornar o estranho em conhecido e em contemporâneo o que é distante do tempo (...) a partir dos quais surge uma espécie de sabedoria partilhada e ascendente sobre o mundo (SANTOS, 2019, p. 94-5).

Em outra obra, o autor referencia o fim do conflito geopolítico Leste-Oeste como criador de uma oportunidade para a criatividade e a transgressão metodológica, tendo em mente que, a partir dali, ocorre o crescimento do conflito Norte-Sul, com uma nova transformação nas relações sociais ou, ao menos, novas formas de conservação de estruturas desiguais. Torna-se fundamental, sobretudo, a quebra com as estruturas de produção de conhecimento que atendam a uma demanda dos detentores do poder e das organizações sociais como estão, para que outras conformações sociais sejam possíveis. Ele propõe, então, “em vez da distância crítica, a proximidade crítica. Em vez de compromisso orgânico, o envolvimento livre. Em vez de serenidade autocomplacente, a capacidade de espanto e de revolta” (SANTOS, 2013, p. 30).

Nesse fluxo de narrativas, valorizando e respeitando o tempo, a oralidade e, por que não, as contradições do sujeito, coloquei-me na busca pela compreensão do seu fenômeno social. Embora individuais, suas oralidades evocaram, através do caminho que suas memórias percorreram nos instantes dos encontros, um coletivo e uma conjuntura histórica – que devemos encarar com a devida contextualização de tempo e espaço.

A memória não se faz como reprodução de experiências vividas, mas como uma construção a partir dessas experiências, levando-se em conta a realidade

e aquilo que lhe é ofertado pela sociedade e pela cultura. Entendida como uma manifestação de construção social e individual, ela constitui-se em memória social, essencial no conhecimento coletivo, legitimada por um grupo em seu contexto (HALBWACHS, 2006; RUBIO, 2016).

Compreender a memória nesse espectro é valorizar uma vez mais a voz, a experiência, a intensidade daquela que narra os fatos, subvertendo a lógica da memória oficial, que coloca grupos minoritários sempre na condição de dominados e, assim, alheios às verdades históricas. Ao contrário, permite-se a construção de outras perspectivas históricas. Não se trata, portanto, de lidar com os fatos sociais como dados, mas de analisá-los no que os torna solidificados a ponto de tornarem-se uma memória expressa, na formalização de suas memórias oralmente e na significação daqueles pontos que são individuais com outros que são coletivos e interseccionam-se com as outras narrativas (POLLAK, 1989). Bosi (2003) nos afirma que a memória opera com grande liberdade nas escolhas de tempo e espaço, e apresenta configurações mais intensas quando se insere nela o significado coletivo.

A narrativa biográfica busca essas memórias das atletas, individualmente, mas sempre compreendendo que elas são parte de um contexto vivido coletivamente. Halbwachs (1990) estabelece a noção sobre memória individual e coletiva, elucidando que a subjetividade se constitui na parcialidade com que determinada pessoa foi capaz de viver, experienciar e sentir, o que marca sua memória com a compreensão de pertencer a um ou vários coletivos:

[...] não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Ainda de acordo com esse autor, a relação entre memória individual e coletiva é considerada a partir dos pontos de contato entre uma e as outras. A memória coletiva não pode ser considerada, no entanto, como ausência de responsabilização de quem narra a história, mas sim com a noção de uma memória tríplice: a de si, dos próximos e dos outros, na compreensão de Ricoeur (2007). Agimos com o outro, sobre o outro e somos afetados por suas ações, sendo a memória componente desse complexo contexto.

A preocupação teórica com a memória, não obstante, refere-se não apenas ao seu papel enquanto uma faculdade humana inter-relacionada com imaginação, percepção, desejo ou pensamento. Destaca-se a capacidade específica em reter e transmitir entre os grupos uma lembrança de um tempo remoto, necessária tanto para assegurar a continuidade do grupo com o passado – viés das tradições –, quanto para atestar discontinuidades que distinguem o passado do presente, onde localizam-se as ideias de ruptura.

Na discussão entre memória individual e coletiva, a esfera pessoal não está limitada àqueles conteúdos da experiência individual. As próprias possibilidades de comunicar-se com os outros e conversar consigo mesmo pressupõem a existência de um contexto social que os indivíduos não criam por si, mas que se apresenta como uma teia entrelaçada de significações compartilhadas com outros, através das linguagens, dos gestos e estilos (BARASH, 2016). O autor reafirma essa análise:

Na esfera da consciência pessoal, as memórias tiradas de diferentes períodos podem ser totalmente díspares e aparentemente incomensuráveis em relação ao nosso estado atual de ser; no entanto, elas foram ao mesmo tempo "respiradas antes" e estão envolvidas na antiga atmosfera do mesmo lembrador. A memória assume a tarefa de harmonizar os momentos mais díspares do passado e do presente pessoal (BARASH, 2016, p. 30, tradução nossa<sup>4</sup>).

Assim, a memória coletiva auxilia, ao trazer contornos ao escopo de rememoração do grupo a que pertence, frente a um passado histórico que não está ao seu alcance. A tratativa aqui não se dá por verdades universais, mas parciais e, até mesmo, momentâneas, pois a narrativa evoca memórias que emergem na intensidade do instante do encontro, a partir do tema que se constrói. A memória humana posta-se, dessa forma, não como uma reprodução do que foi experienciado no passado, mas como uma ideação a partir do passado; consoante, porém, com os contextos e recursos sociais e culturais proporcionados no instante da narrativa. A memória social, nas narrativas biográficas, é a essência do conhecimento coletivo, pois trará o reconhecimento de um grupo específico e a contextualização dessas narrativas (RUBIO, 2016).

---

<sup>4</sup> Versão original: "*In the sphere of personal awareness, memories taken from different periods may be wholly disparate and seemingly incommensurate in regard to our present state of being; yet, they have at the same time have been "breathed before" and are encompassed in the former atmosphere of the same rememberer. Memory takes on the task of harmonizing the most disparate moments of the personal past and present*".

Essa construção ativa e dinâmica acumula elementos, evidências e vestígios capazes de auxiliar a problematização e a compreensão sobre o fenômeno estudado, com suas complexidades e desafios. Pretendeu-se, com as narrativas, ao mesmo tempo um processo de retirada das atletas de sua condição de idolatria e a sua humanização, pois “pode o atleta ressignificar sua trajetória a partir do ato reflexivo que envolve a organização e verbalização de suas memórias” (RUBIO, 2016, p. 54). Em seguida, então, podemos nos deslocar à proposição de ações e medidas que possibilitem a construção de novas realidades, tanto para as atletas que já encerraram suas carreiras, quanto para as atletas que estão vivendo seus processos esportivos. Como resultado, no horizonte, um espaço também para todas aquelas mulheres que desejarem trabalhar como treinadoras de alto rendimento no voleibol brasileiro.

#### **4.2. Outras fontes metodológicas**

As narrativas biográficas foram fonte primeira da metodologia desta pesquisa, que se utilizou também de dados adicionais, oriundos de projeto de pesquisa<sup>5</sup> realizado em parceria com a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV). Essa instituição, desde o princípio da pesquisa, forneceu dados sobre ambos os naipes, referentes à quantidade de atletas, à formação técnica nos cursos da entidade, ao credenciamento das comissões técnicas da Superliga masculina e feminina, bem como a outros dados que pudessem dar suporte à realidade observada.

Apoiando-se nessas bases metodológicas, o universo desportista em questão compõe-se por 76 atletas, presentes desde os Jogos Olímpicos de 1980, em Moscou, até os Jogos Olímpicos de Tóquio, com um total de cinco medalhas conquistadas, duas de ouro (nos Jogos de Pequim em 2008 e Londres, 2012), uma de prata (nos Jogos de Tóquio), duas de bronze (em 1996, em Atlanta, e 2000, nos Jogos de Sydney) e dois quartos lugares (em Barcelona, 1992 e Atenas, 2004). Desse total, 59 se encontram na condição de pós-atletas, 15 ainda atuam nas quadras do Brasil e exterior, sendo duas no voleibol de praia, e duas realizam

---

<sup>5</sup> Projeto de Pesquisa “Pós-carreira e reorientação profissional: a transformação da identidade entre atletas de voleibol”, de autoria da Professora Dra. Katia Rubio.



processos de transição: uma iniciando nova carreira, ligada ao treinamento esportivo no voleibol, e outra com uma pausa na carreira, em busca da realização do desejo de ser mãe.

As escolhas específicas caminharam, assim, entendendo primeiramente o contexto de uma dissertação de mestrado, que, em um tempo mais curto, deve apontar indícios e possibilidades para que mais indagações sejam observadas, pesquisadas e aprofundadas no futuro. Dessa forma, partiu-se para a escolha de três atletas que, além de seus destaques individuais e relevâncias nas seleções brasileiras do voleibol de quadra, abraçam outros capítulos nas suas trajetórias, a respeito da condição de ser mulher na sociedade e no voleibol brasileiros.

### **4.3. As escolhidas**

Entendendo este trabalho como necessário para o apontamento de futuras diretrizes, captando vestígios e evidências para pesquisas por vir, com mais densidade, tempo profundidade e proposições, foram colhidas as narrativas biográficas de três atletas que já não mais experienciam seus períodos de competição profissional enquanto atletas, isto é, já realizaram seus períodos de transição de carreira e não mais fazem parte do contexto esportivo profissional naquela função.

Elas serão apresentadas, neste estudo, seguindo a ordem cronológica de suas participações olímpicas, pois são pós-atletas de diferentes períodos olímpicos, ao longo desses mais de quarenta anos desde a primeira participação feminina: Jackie Silva, com participação olímpica no voleibol de quadra em 1980 e 1984, além da estreia do voleibol de praia em 1996; Érika Coimbra, que disputou os Jogos Olímpicos de 2000 e 2004; e Fabiana Alvim, presente nos ciclos olímpicos de 2008 e 2012.

Em 1980, frente ao boicote realizado pelos países capitalistas aos Jogos Olímpicos de Moscou – parte das disputas da Guerra Fria –, a seleção feminina acabou por herdar uma das vagas remanescentes dessa disputa e conseguiu, pela primeira vez, participar de uma edição olímpica. Além da liderança e da importância técnica e tática da atleta Jackie para a equipe, dentre outras atletas possíveis, a escolha por entrevistá-la se deveu à sua demonstração pública de

descontentamento com as desigualdades de direitos e condições que as mulheres sofriam nas seleções brasileiras. Jackie Silva publicamente manifestou-se contra a não partilha financeira dos patrocínios para as atletas da seleção feminina, enquanto a equipe masculina recebia seus dividendos oriundos do patrocinador. Sua narrativa traz luz também ao período vivido por ela em uma perspectiva histórica que rompe com a oficial, mostrando os processos de resistência, as lutas e punições pelas quais ela e seus coletivos passaram.

Sua voz e atitude impedem, sobretudo, de colocá-la em uma posição de vencida – ainda que sua trajetória futura já a retirasse de lá –, pois isso simplificaria os acontecimentos e atuações dos sujeitos (PERROT, 2017). Ao analisar as relações de poder nos espaços públicos e privados no século XIX, período concomitante ao da criação do esporte moderno, Perrot afirma haver ocorrido a exclusão de mulheres do poder político de forma simples e pura, e outros momentos em que essas exclusões são acompanhadas por justificativas ou compensações. Jackie Silva, em contexto histórico mais recente, nesse sentido, não teve nenhuma compensação; muito pelo contrário, foi excluída dos espaços do voleibol brasileiro ainda enquanto atleta, e ouvi-la é parte de um devir histórico.

A escolha pela pós-atleta Érika Coimbra se deu por um fato ocorrido no seu início de carreira, aos 17 anos, quando participava de um campeonato mundial de base: a verificação de gênero. Érika, como todas as demais atletas, realizou o teste de gênero, mas seu resultado apresentou uma alteração; e, assim, ela acabou sendo excluída da participação no decorrer da competição, sem grandes explicações, tendo seu destino alterado dentro e fora do voleibol.

A verificação de gênero é uma testagem realizada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) desde a Guerra Fria e já teve suas diferentes manifestações. Destaca-se, todavia, que essa verificação ocorre apenas com atletas inscritas no naípe feminino. Tal processo surgiu para confrontar a aparência de atletas orientais, que divergia muito do padrão ocidental, para que assim fosse evitado que homens realizassem as disputas femininas. Essa verificação continua até hoje, de acordo com suas aparências físicas ou “desempenhos não compatíveis a uma mulher” (FRANCISCO, SILVA & ENYA, 2019).

A escolha se dá pela vigilância que é realizada com as mulheres, e apenas com essa “categoria”, sobre a necessidade de se provar seu sexo biológico, mesmo que para isso cometam-se violências, físicas e emocionais, e silenciamentos

de direitos e decisões sobre seus corpos – como a própria narrativa da atleta Érika Coimbra nos comprova. O discurso que procura justificar tais práticas apoia-se essencialmente nas questões de *fair play* e em uma política de policiamento eurocêntrica de gênero (PIEPER, 2016).

A opção pela coleta da narrativa da terceira atleta, a bicampeã olímpica Fabiana Alvim, hoje comentarista de voleibol em uma rede de televisão, deveu-se por diversas interseccionalidades que sua história carrega. Primeiro, pela conquista inédita das duas medalhas de ouro – êxito que apenas quinze brasileiros alcançaram na história – para o voleibol feminino do Brasil, de forma consecutiva, feito ainda mais exclusivo. Esse lugar de bicampeã olímpica, junto a outras cinco atletas do voleibol brasileiro, é ainda mais destacado, posta a liderança da Fabi – como prefere ser chamada –, nas duas conquistas, enquanto líbero titular das equipes.

Somam-se à sua história, embora ela sequer tenha participado dos Jogos Olímpicos de 2004, todas as consequências e marcas daquela derrota, que reverberaram intensamente nela e nas demais companheiras de seleção do ciclo olímpico seguinte, sendo taxadas enquanto mulheres nas suas supostas fragilidades emocionais, pela mídia e pelo público. Desde o princípio do esporte moderno – e muito antes disso –, as mulheres foram alienadas da participação competitiva oficial, pois supostamente possuíam uma fragilidade física e emocional incompatível com as disputas por medalhas. Sempre que possível, retorna essa argumentação sobre instabilidades ou incapacidades femininas de se controlar emocionalmente – como durante a trajetória da Fabi.

Um discurso incisivo e binário separa, define e universaliza o homem e a mulher, o público e o privado, a produção e a reprodução, bem como a potência versus a fragilidade (GOELLNER, 2000). A trajetória da Fabi, por diversas vezes, foi assinalada pela marca da instabilidade emocional; a despeito dos diversos resultados conquistados, esse lugar foi atribuído à sua geração muitas vezes. Por fim, esta é uma pós-atleta que realiza sua trajetória diretamente conectada ao esporte de alto rendimento, o que propicia reflexões sobre seus caminhos e escolhas.

A proposta desta dissertação foi realizar entrevistas com mulheres que, por suas identidades de gênero (e apenas por isso), enfrentaram diferentes intercorrências, obstáculos e problemas que o esporte colocou em suas trajetórias ainda como atletas. As questões de gênero interpelaram as histórias dessas

mulheres de variadas e marcantes formas; e conhecer essas trajetórias suscita um entendimento mais amplo sobre o ser mulher no voleibol brasileiro.

A partir disso, foi possível compreender e identificar vestígios e indícios da ausência de mulheres como treinadoras no voleibol brasileiro, mas também dar voz e realizar uma análise aberta às diferentes leituras, que valorizaram aquilo que era significativo para quem narrava a história: os fatos, as concepções e as ideias que romperam com os limites das categorizações em conteúdos e saberes específicos. Almejei, assim, um olhar atento para as questões de gênero e oralidade, que não se põe fechado às disciplinas, aos tempos lineares e aos espaços delimitados; o que auxilia a compreensão dos contextos da posição de treinadora para as atletas olímpicas brasileiras e das razões para essa ausência.

## 5. MULHERES, CORPO E HISTÓRIA

### 5.1. Esporte e gênero

O esporte, fenômeno sociocultural complexo e multifacetado, compõe o imaginário social, na sua relação entre vitória e derrota, na construção de valores, na superação das capacidades humanas e em outras camadas. Ao mesmo tempo em que nos remete a imagens de virtuosismo, conquistas, glórias e triunfos como poucos fenômenos são capazes, ele produz outras relações, quando nos deparamos com a derrota ou com o *doping*, por exemplo (RUBIO, 2001).

O esporte acaba, assim, por se concretizar como uma das mais relevantes manifestações sociais da contemporaneidade, produto e reflexo da sociedade a que pertence, e por construir a figura da e do atleta, o seu mais importante símbolo e significado. Atletas são a razão de ser do esporte moderno, de onde partem todas as construções e reflexões em torno do mundo esportivo (RUBIO, 2017).

O esporte é constituinte da história da humanidade e se constrói como elemento intrínseco à condição humana, vinculando muitas vezes um discurso ligado às ideias de saúde, educação e qualidade de vida, em um entendimento de um processo harmônico e agregador. No entanto, devemos compreender que esse discurso promove um esvaziamento de sentido no esporte, já que este se constitui como um fenômeno complexo, contraditório, em plena construção e reconstrução. Seus processos de criação, ensino e imposição ocorreram e ainda ocorrem de forma paralela e sobreposta – reflexo de como a sociedade se organiza –, enquanto um elemento da indústria cultural contemporânea, e espelhando as disparidades da sociedade. O esporte não está desvinculado do todo social, e assim sendo, sua prática é produção de cultura em seu sentido mais amplo (GONZÁLEZ, 1993; MARINHO, 2010).

Os conceitos oriundos do Olimpismo propõem-se a colocar o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso da humanidade, com vistas a promover uma sociedade pacífica e preocupada com a preservação da dignidade humana,

entendendo o esporte como um direito humano. A Carta Olímpica, documento oficial do COI que baliza suas diretrizes e valores, ainda afirma que todos devem ter o direito à prática esportiva, de forma justa e solidária, de modo que não haja discriminação de qualquer tipo; ao mesmo tempo, reconhece o esporte como uma estrutura social e preza pela autonomia e liberdade das suas instituições, seja em relação à forma de se organizarem, seja quanto à elaboração de regras ou formas de governança (COI, 2021).

Na criação dos Jogos Olímpicos, Pierre de Coubertin buscou aliar o conhecimento que trazia da Grécia Antiga, suas filosofias e seus conceitos; o esporte moderno construído na Inglaterra, especialmente nas *public schools* da aristocracia britânica; e uma proposta de educação, transmissão de valores e internacionalização de práticas e conceitos em que acreditava. Dentre estes, estavam o pensamento a respeito de relações internacionais voltadas para metas pacificadoras e, ainda, a ideia das práticas atléticas como essenciais ao desenvolvimento global do ser humano (especificamente masculino), compreendendo a filosofia grega, não como uma teoria de vida, mas como a vida em si (MULLER, 2004).

Brohm (1978), em outra perspectiva, propõe o esporte como uma atividade de interesse, que pode ser visto como instrumento ideal de manipulação de mentes e corpos, tornando-se questão política central nos conflitos sociais ao longo dos tempos. Considera ainda que a prática intensiva do esporte é uma celebração institucionalizada de mortificação da carne. Referindo-se então à prática por crianças, esse autor julga que perde-se o sentido lúdico, pois adentra-se um mundo de assuntos sérios, removendo inclusive outras bases da condição humana, como criatividade e liberdade corporal, para que esses corpos adéquem-se a um padrão de funcionamento e movimento.

Em outro texto, o autor destaca a ideia do esporte como uma prática social ambígua, constituída por uma polarização emocional ideológica, parte da estrutura capitalista. Assim, por mais que comumente nos remetamos às práticas corporais da Grécia Antiga, ou medievais da Renascença, essas são práticas que advêm de outra realidade, outro contexto e outros propósitos, inclusive desse esporte que conhecemos como moderno. Esse esporte surgido no século XVIII

carrega a ideia de performance aliada à produtividade e à efetividade econômica, com uma regulamentação burocrática e uma busca por massificação, objetivando o controle (BROHM, 1995).

Por mais que muitos se remetam à ideia das práticas atléticas da Grécia Antiga, é vital entendermos que tanto essas, quanto as disputas romanas e os jogos feudais, por exemplo, distanciam-se daquilo que compreendemos como o esporte moderno. As competições em habilidades, força e resistência sempre se fizeram presentes nas diferentes sociedades, nos diferentes tempos, mas traziam como componentes outras formas de ritualização ou divertimento.

A transição está justamente entre algo meramente realizado por prazer (de quem assiste ou compete) e a organização institucional que caracteriza o esporte. As condições postas e criadas na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX dão vazão a essas necessidades, já que há um aparato do Estado, da sociedade e, até mesmo, da própria geografia a possibilitar esse processo. É assim que se promovem a sistematização e a regulamentação crescentes das práticas antes lúdicas – fato que lhes retira a espontaneidade e despreocupação –, para a construção de um sistema que busque o desenvolvimento daquelas atividades de tempo livre para diferentes fins (HUIZINGA, 2017).

De posse desses conceitos acerca do esporte, compreende-se a complexidade da construção histórica desse fenômeno, bem como suas contradições e diferenças, tomando a sociedade aristocrática inglesa do século XIX como referência, pois é em suas *public schools* – escolas para os filhos dessa aristocracia –, que se tem um importante momento de construção para o que entendemos hoje como esporte. Havia então uma consciência aristocrática da necessidade de controle social dos corpos, em especial do tempo livre, dos alunos das *public schools*, todos meninos, formados para se tornarem líderes políticos e econômicos, em uma intenção de transmissão do ideal econômico do liberalismo – embora se empregasse o discurso da saúde.

Junte-se a isso, em outras dimensões, um interesse da crescente burguesia nesse mesmo controle de corpos, mas com a finalidade de assegurar a produtividade de uma população operária. Constrói-se, nesse momento, uma

conjunção de ações que aliam o Estado, a burguesia fabril e a Igreja, que recorrem a seus espaços para esse controle. Não à toa, é ao lado de igrejas e fábricas que surge grande parte do esporte inglês, que depois viria a se institucionalizar e se transformar nos clubes, como os que conhecemos hoje. Há ali uma sociedade aristocrática e burguesa, que busca o controle desses corpos ainda não controlados, ou seja, o corpo masculino e o uso do seu tempo livre, a partir de práticas corporais de tempo livre, agora institucionalizadas, com horários e locais específicos para suas práticas (GONZÁLEZ, 1993).

Cabe dizer, todavia, às mulheres, o controle corporal era realizado de outra maneira, desde muito antes, por um discurso hegemônico de saúde que recomendava às mulheres a não realizar grandes esforços físicos, para a preservação da sua saúde, e cuidar do seu corpo para aquilo a que era destinado, a maternidade. Não obstante, o discurso vinculado ao corpo das mulheres trabalhadoras mostrava toda sua contradição para atender a uma demanda econômica e social, uma vez que era a mão-de-obra desvalorizada (no sentido da remuneração) das mulheres que preenchia muitos dos espaços fabris da Inglaterra naquele período.

Perrot (2005) explica que o trabalho nas fábricas ligado a materiais macios (como os tecidos), que não requereria o esforço “viril”, era designado às mulheres operárias na Inglaterra do século XVIII. Adicionavam-se ao seu cotidiano, ainda, as questões do cuidado com a casa e os filhos – tanto para as que estavam empregadas nas fábricas, quanto para aquelas que não possuíam vínculos formais, e também as que se dedicavam exclusivamente ao trabalho doméstico. Mesmo assim, as mulheres eram submetidas à ideia da fragilidade e da dependência ao homem. De toda forma, em diferentes classes e contextos nesse mundo europeu, era-lhes retirada a possibilidade de participar e discutir sobre os direitos relativos ao seu corpo – dentre os quais, as práticas corporais (HOBBSAWM, 2000).

É nesse campo que se constitui o esporte moderno, a partir da organização, sistematização e institucionalização de práticas populares (especialmente o rúgbi) nas *public schools* da aristocracia e da alta burguesia. Ele era visto, então, como uma ferramenta a serviço de um determinado público (masculino); e, em um curto período,



[...] acabou por converter-se em um elemento central, no conteúdo formativo mais importante, dos currículos dessas escolas. Em pouco tempo, campos e quadras foram convertidos em um verdadeiro meio educativo e o esporte ganhou importância sobre disciplinas como línguas ou cultura clássica. Esse procedimento era defendido com o argumento de que o esporte formava o caráter dos futuros dirigentes sociais. Os homens que levariam adiante o liberalismo precisavam ser solidários na ação e ter iniciativa dentro das regras que regia o mercado. O esporte passou a ser uma metáfora do jogo capitalista (RUBIO, 2002, p. 136).

É necessário sublinhar que esse esporte, novamente, estava destinado à parcela masculina da população, sobretudo a mais favorecida economicamente, e era controlado por ela, ressaltando-se o amadorismo como um valor inerente a essa prática. O amadorismo foi um conceito construído no século XIX para atender aos ideais de nobreza proclamados pela Era Vitoriana, sendo uma forma didática de separar os *gentlemen amateurs* dos trabalhadores de classes baixas (RUBIO, 2002).

Foi a partir da conquista de jornadas de trabalho reduzidas, através dos movimentos sindicais das classes trabalhadoras, e do subsequente tempo de lazer, que o esporte experimentou sua expansão e organização institucional. Esse modelo esportivo serviu, contudo, de base norteadora para a educação inglesa exclusiva à alta classe econômica, com ênfase na formação física e moral daqueles que seriam os futuros exploradores e colonizadores do mundo – os que atuariam nas indústrias, na política, no exército e no comércio. Tal programa esportivo promovia, então, valores como liderança, lealdade, cooperação, autodisciplina, entre outros essenciais à manutenção da sociedade britânica (RUBIO, 2013).

Uma vez mais, novos avanços e conceitos são empreendidos pela medicina e pela biologia, de modo a justificar a não participação das mulheres em quaisquer atividades de esforço, físico, mental ou emocional, alegando a fragilidade de sua saúde e a preservação da sua função social, a maternidade. Um discurso que ecoa nos diferentes segmentos da sociedade, não para preservar as mulheres, mas para manter o poder masculino sobre as decisões privadas e públicas, de maneira a gerar consentimento e sedução – pois constituía-se de uma capacidade de persuasão, tanto ou maior do que de repressão ou negação, sobre outras formas de ser mulher (PERROT, 2005). Perrot ainda afirma:

Com variantes, o século 19 repete este duplo discurso da incompetência pública e sobretudo política das mulheres e de sua adequação à família, sua vocação natural. Dois tipos de argumentos cimentam este raciocínio: o argumento da natureza e o argumento da utilidade. [...] Esta naturalização das mulheres, presas a seus corpos, à função reprodutora materna e doméstica, e excluídas da cidadania política em nome desta mesma identidade, traz uma base biológica ao discurso paralelo e simultâneo da utilidade social. Muito mais empregado, funcional e de tendência progressista, este discurso não tem a pretensão de possuir um fundamento físico mas de utilizar harmoniosamente competências na complementaridade dos dois sexos para o maior bem da sociedade inteira (PERROT, 2005, p. 460).

Foi nessa estrutura social e política e nesse conceito de esporte moderno que pautou-se o francês Pierre de Fredy, o Barão de Coubertin, aliando-os a valores e rituais da Grécia Antiga, para recriar os Jogos Olímpicos, ou melhor, criar a tradição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. E a partir dali, verifica-se o que Hobsbawm (1997) conceitua como a criação de uma tradição, dadas as práticas ritualísticas e simbólicas, uma vez que o barão inculca valores e normas de comportamento através de uma repetição, ou seja, uma continuidade em relação ao passado. Ainda, “sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”, segundo Hobsbawm (1997, p. 7). Em nosso caso, a recém-conhecida história da Grécia Antiga serve como forte argumento.

Há em Coubertin uma junção dos preceitos do cavalheirismo inglês, do amadorismo, do discurso das práticas corporais existentes na Grécia Antiga e da certeza de que as mulheres deveriam permanecer distantes das disputas e competições. Um espaço público em que não lhes incumbia ocupar tampouco ter voz, cabendo-lhes apenas a posição de espectadoras e, para embelezar o evento, a coroação dos vitoriosos (PFISTER, 2004).

Para Pierre de Coubertin (1938), no esporte, área determinantemente masculina, nada se aprenderia com elas em suas competições. A prática feminina não despertaria interesse algum, pois ofereceria sempre imitações imperfeitas e efeitos não benéficos, “nem para seu encanto nem mesmo para sua saúde” (p. 46). Restava às mulheres atender aos prazeres esportivos de seus maridos e aproveitá-los, como espectadoras, além de cuidar da educação física de seus filhos.

O amadorismo, é fundamental marcar, consistia em um entendimento – difundido na Europa e nos Estados Unidos – de que nenhum grande prêmio deveria ser entregue àqueles que vencessem as disputas. O processo competitivo deveria, então, ser mais prazeroso do que a vitória em si, uma vez que a busca pela vitória (ou um prêmio de grande valor) poderia promover desvios de caráter e quebras de regra. Mantendo-se a vitória em segundo plano, conservam-se sobretudo valores como honestidade, lealdade e cavalheirismo, que poderiam ser cultivados e demonstrados nos espaços de competição (GULICK, 1896).

Esses preceitos respaldam, então, a fundação do Comitê Olímpico Internacional em 1894, por Pierre de Fredy, e outros homens da aristocracia – europeus e brancos –, e em 1896, os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, em Atenas. Essa fase foi caracterizada pela difusão das práticas esportivas e pela universalização de modalidades e regras. A denominada fase de estabelecimento<sup>6</sup> se estendeu até os Jogos Olímpicos de 1912, em Estocolmo (RUBIO, 2010).

Nesse estágio embrionário, surgiram as primeiras federações internacionais. Pautando-se na tradição da Grécia Antiga, Pierre de Coubertin configurou a periodicidade de quatro anos entre uma edição e outra; concomitantemente, buscou a disseminação internacional de um ideal de cultura física aliado a valores humanos, deslocando a sede do evento entre os países para a expansão internacional desses conceitos (ALMEIDA & RUBIO, 2018).

Em sua primeira edição, foi proibida a participação das mulheres em quaisquer competições, seguindo os argumentos biológicos da vulnerabilidade para suportar as competições, no que se refere ao discurso da fragilidade, tanto física, quanto emocional. Também se recorria ao discurso de que as atividades atléticas faziam as mulheres parecerem indecentes e grotescas. O risco, portanto, seria de se machucarem ou se masculinizarem com a prática esportiva competitiva. Procuraram-se manter, assim, as relações de poder nas arenas esportivas, não sem resistência e procura por espaço: uma mulher grega, Stamata Reviti, tentou se inscrever para a disputa da maratona olímpica em 1896 e, sendo negada sua

---

<sup>6</sup> Ao longo deste capítulo, buscaremos contextualizar os momentos históricos de acordo com a periodização olímpica proposta por Rubio (2010): fase de estabelecimento, fase de afirmação, fase de conflitos e fase profissional.

participação oficial, decidiu realizar o percurso da maratona em paralelo, cumprindo todo o trajeto da prova (DEVIDE, 2005).

É importante destacar que esse cenário de proibição às mulheres apresenta certa homogeneidade, majoritariamente com censuras às mulheres no esporte desde o início do século XIX. Naquele tempo, na Alemanha e na Suécia, por exemplo, circulava um discurso de que meninas deveriam ser excluídas da prática de educação física que começavam a surgir, como o *Turnen* alemão ou a ginástica sueca. Em 1811, meninas e mulheres não foram autorizadas a participar do primeiro *Turnen* alemão aberto, em um parque de Berlim, cabendo-lhes apenas a posição de espectadoras (PFISTER, 2004).

Entretanto, havia outros espaços em que sua participação era permitida, sempre com controle e manutenção das suas virtudes físicas, o que se direcionava a uma camada específica da sociedade. O tênis, prática corporal aristocrática desde seu princípio, já se constituía como uma modalidade esportiva das mulheres das classes mais altas desde 1870, tanto na Inglaterra, quanto nos Estados Unidos. Em 1879, houve um torneio entre tenistas inglesas e irlandesas, e em 1884, Maud Watson venceu o I Torneio de Tênis Feminino de Wimbledon (DEVIDE, 2005).

Em 1900, em virtude de os Jogos Olímpicos estarem vinculados às feiras mundiais que ocorreriam em Paris, centro de movimentos feministas, a participação feminina oficialmente se inaugurou, com sete mulheres nas competições de tênis e outras dez nas competições de golfe – outra prática corporal da aristocracia burguesa. Sete delas eram oriundas de famílias ricas dos Estados Unidos; e, de certa maneira, casualmente participaram da competição, muito mais com um entendimento de um evento social. Ainda, às mulheres foi permitida a participação nas provas mistas de vela e tênis, tudo sem autorização oficial ou apreciação do COI (PFISTER, 2004).

Enquanto isso, em um Brasil recém-independente, embora houvesse uma intenção de manutenção do *status quo*, e as mulheres fossem criadas de forma conservadora, com papéis sociais bem definidos, os ventos de mudanças e ideias sobre outras configurações sociais chegavam da Europa. Com eles, os ecos das lutas feministas, que projetavam novas perspectivas para as brasileiras, desde sua

relação com beleza, aparência e saúde, a uma maior presença na vida social das cidades. Essas mudanças, entenda-se, eram lentas e estavam mais acessíveis às mulheres ricas da sociedade, aquelas com maior acesso à educação formal e a bens culturais (GOELLNER, 2004). Goellner evidencia esse cenário:

No Brasil, até meados do século XIX, a estrutura extremamente conservadora da sociedade não permitia às mulheres grande participação em alguns ambientes sociais, dentre eles o esportivo, uma vez que eram criadas para serem esposas e mães. Gradativamente esse quadro começa a mudar. Recém-independente de Portugal, o país se preocupa em ser reconhecido pelas grandes nações do mundo e, atento aos avanços europeus, incentiva o consumo de bens e costumes importados (GOELLNER, 2005, p. 88).

Gonzalez (2020), por sua vez, nos suscita a necessidade de se analisarem outras camadas da população, realizando uma discussão sobre os corpos negros desde o período em que eram escravizados e, em destaque, os corpos das mulheres negras. A autora nos relata sobre os processos de busca por liberdade e independência de Zumbi dos Palmares, ainda no século XVI, até os processos atuais de silenciamento e violência que atingem diretamente as mulheres negras – alvos de tripla discriminação, uma vez que também sofrem com o preconceito dentro das lutas feministas, muitas vezes liderados por mulheres brancas de classe média e alta. Muito embora a escravidão tenha sido encerrada no século XIX, o espaço social reservado às mulheres negras estaria limitado ao do trabalho e da servidão, não lhes cabendo outros; ou melhor: em busca de outras ocupações e possibilidades, elas enfrentam ainda mais resistência.

É salutar destacar que a ausência de narrativas não significa a inexistência dessas, mas apenas que as narrativas históricas foram sempre direcionadas, com grande ênfase, por, sobre e para o corpo e as práticas masculinos brancos. No ambiente esportivo, enquanto as mulheres negras sequer adentravam esses espaços, a não ser no lugar de servidão, as posições destinadas às mulheres brancas eram primordialmente as de espectadoras. Há registros disso em competições de turfe e ciclismo já no fim do século XIX; e no início do século XX, a retórica da necessidade de fortalecer os corpos femininos para a discursiva natureza

da sua primeira função, a maternidade, defende a ginástica na educação de seus corpos, uma vez que essa prática tem caráter aristocrático, saudável e familiar – apontando para quem esse discurso era proferido (GOELLNER, 2004). Em um artigo de 1894, dizia-se:

[...] da mulher fraca, depauperada, nervosa, de estômago susceptível, malnutrida, não se espera filho bem constituído, nem que possa amamentá-lo convenientemente. A predestinada a reproduzir a espécie, deve garantir validez, habilitar o homem a ser homem, apto a lutar pela vida utilmente para si, para a família e para a pátria e hoje ainda não é devidamente educada entre nós para o desempenho de sua missão sublime. Ser mãe! (MAGALHÃES apud CUNHA JUNIOR, 1998, p.40)

Foi com esse discurso, e outros alinhados, que se buscaram consolidar, uma vez mais, os papéis e as possibilidades das mulheres brasileiras, ainda que, na prática, essa realidade se diferenciava fortemente de acordo com a sua classe social, o espaço que ocupassem na sociedade e a cor da sua pele. Assim, esse conceito, embora se quisesse amplo, não contemplava a diversidade de realidades. Não podemos assumir o discurso europeu ocidental (branco e masculino) como universal, mas sim como pensamentos que se originam nessa específica parte do globo e que, talvez na maioria das vezes, com suas ações colonizadoras, acabam por desconsiderar e desmantelar outros discursos, saberes e narrativas (SANTOS, 2013).

Além das mulheres trabalhadoras, outro exemplo eram as mulheres de casas de espetáculos, de circos e *music halls*, que viviam seus corpos de outra forma, com exhibições, inclusive de força física, ainda que de maneiras marginalizadas socialmente – assim como o são suas histórias e narrativas (GOELLNER & FRAGA, 2004). Outra vez, corpos, existências e resistências eram diversos, variados e plurais, o que nos faz pensar novamente sobre as vozes e narrativas ouvidas e disseminadas.

Voltando aos Jogos Olímpicos, temos em 1904 uma edição fora do continente europeu, na cidade norte-americana Saint Louis, novamente aliada a uma feira internacional – que acaba por deixar os Jogos Olímpicos em segundo plano.

Participam dela apenas seis mulheres, do próprio país, em um evento de exibição do tiro com arco. Retornando ao território europeu, em 1908, os Jogos Olímpicos voltam ao berço do esporte moderno, com um entendimento de que deveriam ocorrer de forma independente às feiras. Ali, as mulheres conseguem discreta ascensão, competindo no tênis, na patinação no gelo e no tiro com arco, além das provas mistas de vela e barco a motor.

Já em 1912, em Estocolmo, de acordo com as deliberações da assembleia ocorrida no ano anterior, às mulheres foi permitida a participação nas provas de natação, o que garantiu que onze nações enviassem suas atletas para a competição, em um total de 53 atletas. Isso ocorreu, contudo, ainda sem o reconhecimento oficial do COI, que buscava resguardar a feminilidade delas e proibiu a participação em quaisquer modalidades que envolvessem força física ou contato (PFISTER, 2004).

Esses dados da fase de estabelecimento dos Jogos Olímpicos (RUBIO, 2010) trazem-nos uma questão importante a ser ressaltada: a participação nos espaços de decisão. Com um discurso, em tese, hegemônico, garantiu-se que as mulheres (e tratamos aqui de uma pequena minoria delas) ocupassem apenas alguns determinados espaços esportivos, quase sempre como uma forma de atender a uma demanda legítima de maior participação, mas sem lhes dar de fato o lugar e a possibilidade de atuação efetiva em igualdade de condições. Sobretudo, não há mulheres que pudessem, nesse espaço recém-fundado, ter propriedade pelas decisões, sequer sobre si, no esporte olímpico.

Em 1914, ocorreu o Congresso Anual do Comitê Olímpico, em Paris, onde se discutiu até mesmo se o peso das medalhas para mulheres e homens deveria ser o mesmo, e se as medalhas femininas deveriam ser contabilizadas. Naquele encontro, manteve-se, uma vez mais, o amadorismo como prática fundamental; deliberou-se o reconhecimento de 32 comitês olímpicos nacionais; e definiu-se um programa olímpico, caracterizando as modalidades e suas disputas. Diferentemente dos Jogos gregos, porém, não houve trégua olímpica, e a Primeira Guerra Mundial, iniciada naquele ano e terminada apenas em 1918, fez com que o COI publicasse suas determinações apenas em 1919, para os Jogos de 1920, na Antuérpia (KRUGER, 1999; ALMEIDA & RUBIO, 2018).

No Movimento Olímpico, inicia-se então a fase de afirmação<sup>7</sup> dos Jogos Olímpicos (RUBIO, 2010). Aqui cabe destacar Alice Milliat – se não a primeira atleta, a de maior destaque – e sua contribuição em prol do esporte feminino, não apenas como atleta, mas fundamentalmente na gestão, ou seja, em um espaço de tomada de decisão. Alice funda, em 1917, a Federação Esportiva Francesa Feminina (FEFF) e, em 1921, a Federação Esportiva Feminina Internacional (FEFI), fortemente desencadeadas pelas recusas da Federação Internacional de Atletismo Amador (FIAA) em apoiar a inclusão do atletismo feminino nos Jogos da Antuérpia. Essa negativa também promoveu o desenvolvimento dos I Jogos Olímpicos Femininos, em Paris, em 1922, organizados a cada quatro anos, até o ano de 1934, no mesmo formato dos Jogos organizados pelo COI (DEVIDE, 2005).

Assim, é na primeira metade do século XX que se difunde um entendimento sobre o corpo feminino associado à beleza e ao movimento. Tais preceitos estão ainda conectados às noções de pouco esforço e natureza materna; todavia, acabam por fomentar a prática de determinadas atividades físicas, e, não como consequência direta, diversas competições no Brasil direcionadas às mulheres ocorrem. Evidencia-se uma expansão esportiva no acesso, ainda que os cargos de decisão, por aqui, incluindo os espaços de treinamento, fossem dominados por homens. Fortemente pautadas por uma nova concepção sobre os corpos das mulheres, principalmente as mulheres com acesso a esses avanços e discussões originários da Europa Ocidental, elas desfrutam de uma ampliação no oferecimento de práticas esportivas competitivas e de lazer, em clubes, agremiações e associações, como os Jogos Femininos do Estado de São Paulo de 1935 (GOELLNER, 2004).

Uma importante referência surge ainda antes: a primeira atleta olímpica brasileira, Maria Lenk, participa dos Jogos de 1932, única mulher brasileira a ir a Los Angeles. Filha de imigrantes alemães, ela tinha desde a infância uma cultura familiar de prática esportiva. Nos Jogos, disputou a natação, modalidade considerada como adequada às mulheres, por proporcionar a harmonia plástica do corpo e inspirar a graça dos movimentos. Então, aos 17 anos, Maria Lenk vislumbra a possibilidade de

---

<sup>7</sup> A fase de afirmação, tal como proposta por Rubio (2010), compreende o período entre as edições de 1920, na Antuérpia, e os Jogos de 1936, em Berlim, em que há um reconhecimento da importância dos Jogos e do Movimento Olímpico, com acirramento das disputas para sediar o evento e a utilização do Esporte como propaganda de Estado.



uma mulher ser atleta olímpica; uma mulher participante de alto nível de competição. Se havia uma grande associação da feminilidade com a natureza frágil e a maternidade, projeta-se naquele instante uma imagem de uma mulher ocupando um espaço público e atuando em papéis distintos dos que lhe eram recomendados (GOELLNER, 2005).

Nos Jogos de Berlim (1936), Maria Lenk estava acompanhada de outras cinco brasileiras: Helena de Moraes Salles, Hilda Puttkammer, Piedade Coutinho, Scylla Venâncio e Sieglinde Lenk, irmã de Maria. O fato de todas se apresentarem em provas individuais parece ser mais uma evidência de que a participação olímpica feminina no início se deu muito mais em virtude de realidades e esforços individuais do que de oportunidades às mulheres brasileiras. Inclusive, a política de Estado era a de limitação das práticas esportivas para mulheres<sup>8</sup> (RUBIO, 2019).

A expansão de oferta à prática esportiva, entretanto, seguiu nas diversas capitais brasileiras, a exemplo dos Jogos da Primavera no Rio de Janeiro, que se iniciaram em 1949 e ainda são realizados na capital carioca, ou dos Jogos Abertos Femininos em Porto Alegre, em 1954, que contaram com mais de trinta mil pessoas na abertura e foram realizados até meados da década de 1960. Aliás, a equipe brasileira feminina de voleibol sagrou-se campeã da Universíade, no ano de 1963, com uma seleção em grande parte composta por atletas de Porto Alegre. É nessa segunda metade do século que há um crescente avanço na participação feminina em competições internacionais e também resultados importantes, especialmente nas modalidades coletivas, como o basquetebol e voleibol, além de algumas individuais, como o tênis e o atletismo, que acabaram por consagrar nomes como Maria Esther Bueno e Aída dos Santos (GOELLNER, 2004).

Maria Esther Bueno, tenista de destaque entre os anos 1950 e 1970, tem fundamental importância para a história do esporte brasileiro, em diversas direções: primeiro, como a maior vitoriosa da história do tênis brasileiro, representando um ícone para toda a modalidade; depois, por sua conquista como mulher, em diversos sentidos, tornando possível que outras mulheres se projetassem nela, a partir de seu

---

<sup>8</sup> Em 1941, criou-se um decreto-lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941, que restringia os tipos de práticas esportivas que as mulheres poderiam realizar, proibindo a prática de futebol, rugby e lutas, por exemplo: “Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

exemplo e de suas conquistas. Maria Esther conquistou inúmeros campeonatos da mais alta relevância no mundo do tênis – uma modalidade ainda dita adequada à natureza das mulheres, mas, na prática, direcionada às mulheres brancas e de alta classe. Suas conquistas em quadra somam-se a outras subjetividades impostas a ela. A atleta quebrou padrões pré-estabelecidos, com roupas mais modernas, que atendessem à prática de seu esporte; e criou um jogo inovador e diferenciado dentro das quadras, sendo rotineiramente caracterizada pela imprensa como uma tenista com “jogadas violentas, quase masculinas” (TICIANELLI & ALTMANN, 2021).

No que diz respeito à diversidade de mulheres, Aída dos Santos exemplifica de forma ímpar o argumento que aqui desenvolvemos. Negra e filha de um pai que considerava o esporte “coisa de rico”, ela mantinha, além de sua rotina de treino, o trabalho de lavadeira e faxineira para ajudar a família – além de enfrentar a tripla discriminação descrita por Gonzalez (2020). A história de Aída dos Santos constitui singular demonstração de superação: ela conseguiu a vaga para os Jogos de 1964, em Tóquio, mas foi necessário que ela obtivesse o índice olímpico por diversas vezes para que sua participação olímpica fosse garantida. Aída participou dos Jogos sem treinador, sem material esportivo adequado e sendo a única mulher da delegação brasileira. Torceu o tornozelo e, ainda assim, conseguiu a melhor marca individual daquela delegação – e a melhor feminina por anos (FARIAS, 2008).

É nessa metade do século, também, que Benedicta Oliveira surgiu como um nome nacional na posição de treinadora. Atleta olímpica em Londres (1948), ela encerrou sua carreira nas pistas em 1956 para se tornar a primeira treinadora do atletismo brasileiro – modalidade na qual apenas atletas permanecem dentro do local de competição. Não sem enfrentamento, e representando de fato uma exceção, Benedicta acompanhou suas equipes em inúmeras competições internacionais, inclusive nos Jogos Pan-Americanos e nos Jogos Olímpicos (1976), creditando seu sucesso muito ao capital humano e social que pôde acumular ao longo de sua carreira como treinadora (RUBIO, 2019).

As histórias de mulheres sobre preconceitos, lutas, enfrentamentos, disputas por espaços e conquistas são inúmeras dentro do esporte. Devemos rememorar a trajetória de Maria Helena Cardoso, treinadora de basquetebol e única

mulher brasileira da história a ser treinadora de uma modalidade coletiva em uma edição dos Jogos Olímpicos, em Barcelona (1992). Em um momento de crise da seleção, com pedidos de dispensas de atletas por não concordarem com o treinador anterior, Maria Helena assumiu o comando da seleção feminina de basquetebol e buscou a vaga olímpica para 1988, ainda sem sucesso. Porém, é com ela que o selecionado brasileiro conquista o título dos Jogos Pan-Americanos de 1991, sobre Cuba, em Havana e, na sequência, a vaga para os Jogos de 1992, fechando-se seu ciclo após essa edição olímpica (ALMEIDA & FREITAS, 2021).

Agora, entretanto, é preciso retornar para a edição de Aída dos Santos, pois há um importante marco nesses Jogos para este trabalho: a inclusão do voleibol como modalidade olímpica, tanto nas disputas masculinas, quanto nas femininas. Trata-se de uma grande diferença, se considerarmos a maioria das modalidades, pois, em geral, o programa masculino precede a participação feminina. Nesse sentido, buscaremos uma vez mais encontrar os vestígios e as evidências que a história dessa modalidade pode nos trazer.

## **5.2. Voleibol e história: entre discursos e desigualdades**

Antes de adentrar a modalidade específica (e sua inclusão no programa olímpico), é fundamental compreendermos em que contexto ela foi criada, seu objetivo inicial e suas transformações. Em outras palavras, é preciso acompanhar seu desenvolvimento, desde antes da primeira participação nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964, até suas mudanças mais relevantes (no sentido de transformadoras da dinâmica da própria prática em questão), nos anos de 1990; e notar suas constantes adaptações da forma de jogo para atender a demandas políticas, midiáticas e, sobretudo, econômicas.

Dessa forma, procuraremos, ainda neste capítulo, entrelaçar historicamente a construção do modelo de esporte que reconhecemos, alicerçado ao longo dos séculos XIX e XX (tempo em que muitas modalidades surgiam para diferentes fins), às sempre recorrentes políticas de controles de corpo que são postas nos diferentes níveis da sociedade.

Thomas Arnold, no século XIX, regulamentou uma prática popular de tempo livre, tornando-a uma ferramenta educacional de controle e de disseminação de um ideal econômico, o liberalismo. As últimas décadas do século XIX acabaram sendo terreno fértil para a difusão de velhas e novas práticas corporais no ainda recente esporte moderno. Não que aquele fosse o primeiro momento em que as práticas corporais fossem utilizadas com fins sociais, econômicos e políticos, uma vez que o próprio corpo e suas práticas são políticos – ou seja, coletivos – e se relacionam a diferentes conceitos e relevâncias, de acordo com o contexto histórico e cultural. Mas houve, naquele momento, uma ampla e organizada disseminação dessa forma de prática urbana e aristocrática, inclusive com intenções de difusão nacional e internacional, uma vez mais para servir aos interesses de produção e controle (HOBSBAWM, 1997).

Em 1895, um recém-diretor do departamento físico da Associação Cristã de Moços (ACM) de Holyoke, Massachusetts, tem a tarefa de criar uma modalidade que atenderá à recreação de homens de negócios desejosos de se exercitarem, e que não poderia submeter seus corpos, especialmente dos mais idosos, à violência e intensidade do também novo basquetebol. Elevando uma rede de tênis a um metro e noventa centímetros do chão e desenvolvendo uma bola com uma empresa de materiais esportivos, William George Morgan criou uma modalidade, o *Mintonette*, que pudesse também ser disputada durante o inverno e sem contato físico entre os participantes. Durante uma conferência na Escola de Operários, atual Universidade de Springfield, com diretores de Educação Física dos Estados Unidos, trocou-se o nome para *Volleyball*, utilizando termos franceses, e começou-se a difundir a nova prática (MARCHI JÚNIOR, 2004). Portanto,

Assim como o Basquetebol, o Voleibol não foi uma prática que com o passar do tempo apresentou um processo de desportivização. Em outras palavras, a modalidade foi inventada como um jogo portador de um conjunto de regras e características que o inseriu no universo dos esportes. Ele certamente não evoluiu de nenhuma manifestação cultural de jogo, passatempo ou qualquer outra atividade esportiva. O Voleibol é um esporte que foi inventado nos Estados Unidos, distante e diferentemente do perfil e expectativas das práticas desportivizadas europeias, como o futebol na Inglaterra (MARCHI JÚNIOR, 2004, p. 82).

Já em 1896, seu processo de divulgação prosseguiu com força: em um artigo daquele ano, o esporte criado por Morgan foi apresentado como a junção de elementos advindos do handebol e do tênis, e ressaltava-se o caráter inclusivo do esporte, uma vez que aceitaria qualquer número de jogadores. Ainda divulgavam-se dez regras da modalidade, que, em sua maioria, mantiveram sua essência até os dias atuais; e compartilharam-se dicas e estratégias para a realização do jogo, como o uso das duas mãos ao tocar na bola e a proposta de um jogo coletivo (GULICK, 1896).

Ao analisarmos brevemente o contexto de criação desse esporte, retomamos o conceito da fase de estabilização do Movimento Olímpico (RUBIO, 2010). Se o recém-criado COI buscava apresentar sua proposta e difundir o conceito de aproximação entre corpo, esporte e valores, além de universalizar regras, o voleibol percorreu um processo semelhante, ainda que a ampliação da prática tenha envolvido outros fatores e demandado mais tempo. Depreendemos de suas origens, igualmente, que o voleibol foi criado para atender a um público específico, isto é, enquanto uma modalidade que deveria ser praticada por uma faixa delimitada da população, uma elite cristã (burguesa e emergente). Assim sendo, a invenção buscava responder aos interesses dessa classe, na sua relação com corpo, lazer ou valores, em uma clara manutenção da organização social vigente (MARCHI JÚNIOR, 2004).

A ACM é a entidade responsável pela disseminação dessa nova modalidade nos diversos estados do seu país de origem, em seguida cruzando fronteiras pelo mundo; sejam as mais próximas, como o Canadá, em 1900, sejam as dos países da Ásia, como Japão, China e Filipinas, a partir de 1908. Com os soldados da Primeira Guerra Mundial, a nova variedade esportiva alcança a Europa. No entanto, o voleibol não se espalhou nacional ou internacionalmente tão rapidamente quanto o basquete (MACHADO, 2019).

Por muitas décadas, o vôlei permaneceu mais um jogo escolar e recreativo do que um esporte, talvez em virtude da adaptação de suas regras, que foram mais consolidadas nos anos de 1920, ganhando o reconhecimento tanto da National College Athletic Association, quanto do Movimento Olímpico. No Brasil, todavia, os registros da primeira competição de voleibol dão-se em 1911, na ACM de

Recife, e outros registros da prática do voleibol são realizados na ACM de São Paulo em 1916; há ainda outras documentações de uma competição liderada pelo Fluminense Football Club em 1923, que alcançou dez clubes e associações, com um fator importante para pensarmos as questões de gênero: “o novo esporte, sem contato físico e considerado de menor esforço, começava a ser praticado também por moças” (VALPORTO, 2007, p. 17).

Parece se desenhar, como característica dessa modalidade, um esporte onde a mulher é bem-vinda, um lugar que pode ocupar, pois a sua prática não seria prejudicial à função dessa mulher na sociedade, não seria contraproducente ao seu papel social materno. Ainda mais no Brasil, em uma realidade de difusão esportiva através de clubes e associações, o voleibol parecia garantir que essas mulheres, brancas e de classes mais altas, fizessem atividade física, sem que seus corpos sejam colocados em estresses extremos.

Ao fim dos anos 1920 e nas décadas subsequentes, período em que caracterizamos o esporte olímpico como fase de afirmação, o voleibol se organizava de forma mais contundente, mundo afora, com o surgimento de federações nacionais e competições em diversos países – o que ocorre também no Brasil. Acontece, então, a organização de diversas competições, entre as quais: campeonatos femininos e masculinos pela Associação Mineira de Esportes Terrestres, em 1934; o Torneio Feminino de Voleibol, pela Liga de Defesa Nacional, no Rio Grande do Sul; e, em 1938, a Liga de Volley do Rio de Janeiro.

Nos anos 1940, a expansão continuou, com a fundação da Federação Mineira de Voleibol, em 1941, e da Federação Paulista de Voleibol no ano seguinte, o que acabou por permitir a organização do primeiro Campeonato Brasileiro de Seleções em 1944. Em 1951, já na fase de conflito<sup>9</sup>, ocorre um caso curioso para a história do voleibol: na única competição em que as seleções brasileiras de voleibol vestiram a camisa da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) para a disputa do primeiro campeonato sul-americano, elas conquistaram o título tanto com a seleção

---

<sup>9</sup> O período entre 1948, nos Jogos Olímpicos de Londres, até 1984, nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, é caracterizado como a fase de conflito, onde as principais potências políticas e econômicas, blocos socialistas e capitalistas, realizavam demonstração de força e poder também nos espaços esportivos. Embora o Brasil fosse menos ativo nos conflitos da Segunda Guerra Mundial e da própria Guerra Fria, cabe destacar que muitas ações dos protagonistas dessas disputas teriam importante reflexo para o esporte brasileiro e, especialmente, para o voleibol (RUBIO, 2010).

a feminina, quanto com a masculina, com os selecionados uruguaios na vice colocação, o que teria tido, para muitos torcedores, um gosto de vingança frente à derrota sofrida<sup>10</sup> um ano antes, também em terras brasileiras (VALPORTO, 2007).

Cabe frisar que essa expansão não buscava romper com os ideais de feminilidade da época, tampouco permitia que as mulheres ocupassem todos os espaços. Se os postos de decisão eram de domínio masculino e as práticas não eram totalmente escolha das mulheres – lembrando-se o Decreto-lei nº 3199, de 1941 –, soma-se a isso ainda um controle midiático e social sobre os seus corpos. Era constante a alusão à beleza das atletas, inclusive com concursos durante as competições; reafirmava-se um discurso de graciosidade dessa mulher que buscava ocupar um lugar masculino e, portanto, que não cabia à representação do seu papel social (DAL SIN & GOELLNER, 2006). Nesse sentido, Dalsin e Goellner afirmam:

Desde os anos de 1940 até 1970, foi possível identificar que, proporcional ao maior interesse pelos esportes, a preocupação com a possível “masculinização” tornou-se mais evidente através das limitações sociais imposta a certas práticas, sob o argumento de manter a delicadeza nos gestos e a graciosidade das formas. As fotografias que ilustravam as reportagens raramente eram registradas durante os jogos, assim como eram raras as imagens publicadas nos periódicos em que as moças estivessem suadas, desajeitadas ou com aparência de estafa. Apareciam limpas, híidas, sensuais e, sobretudo, sorridentes. Essa forma de apresentar as imagens das mulheres esportistas nas revistas e jornais estava assentada em uma representação de feminilidade para a qual o voleibol não representava ameaça (DAL SIN & GOELLNER, 2006, p. 163).

Essa questão nos parece apresentar um indício de que, por suas características, desde sua criação até sua difusão (e, por que não, nos dias de hoje), o voleibol – não como entidade superior, mas sim através daqueles que comandavam e comandam a modalidade – alia-se a um discurso que parece sedimentar um lugar e um papel bem definidos para essa mulher que cuidava de sua aparência e não poderia aparecer competitiva em demasia – por mais que o vôlei incluía as mulheres de forma até mais efetiva, se comparado à grande maioria das práticas esportivas.

---

<sup>10</sup> Trata-se da derrota na Copa do Mundo de Futebol Masculino de 1950, quando, precisando apenas de um empate, o Brasil perdeu para o selecionado do Uruguai diante de aproximadamente duzentas mil pessoas, em um recém-inaugurado Maracanã.

Embora houvesse tentativas ainda nos Jogos Olímpicos de Berlim (1936), a Segunda Guerra Mundial atrapalhou os planos de se consolidar uma federação internacional, que só pôde existir em 1947, com a filiação de diversos países, como Estados Unidos, Itália, Portugal, França, Tchecoslováquia, Uruguai, entre outros. No Brasil, é na fase de conflitos da periodização olímpica que os primeiros resultados no voleibol começaram a surgir com maior força; e mantém-se a expansão da prática do voleibol com a criação da CBV (1954), separando-se definitivamente da CBD (MARCHI JÚNIOR, 2004).

Além da conquista de praticamente todos os torneios sul-americanos<sup>11</sup>, a equipe masculina obteve projeção mundial, com triunfos em Jogos Pan-Americanos (1963) e a participação na primeira edição dos Jogos Olímpicos em que o voleibol seria disputado, em 1964, na cidade de Tóquio – estando presente em todas desde então. O selecionado feminino, por sua vez, rivalizava com a seleção peruana, alternando as vitórias nos campeonatos sul-americanos, mas com conquistas nos Jogos Pan-Americanos de 1959 e 1963, além da Universíade também de 1963 – todos os êxitos com forte base de equipes oriundas dos clubes do Rio Grande do Sul.

Demonstra-se, assim, que todos os títulos que a seleção masculina havia conquistado até 1980 também haviam sido conquistados pela seleção feminina, faltando apenas a vaga olímpica, já que com uma longa série de vitórias peruanas nos sul-americanos, a equipe feminina ainda lutava por esse objetivo. É ainda neste mesmo ano que Magda Rive, então atleta da Sociedade de Ginástica Porto Alegre, solicita uma vaga como treinadora de voleibol e torna-se uma importante exceção feminina em cargos deste tipo (FRASCINO, 1983; DAL SIN & GOELLNER, 2006).

Se a CBV teve certa alternância de poder, em seu início, na cadeira de sua presidência, depois seguem duas grandes hegemonias de mandatos sucessivamente renovados: por quatorze anos, Roberto Moreira Calçada, de 1961 até 1975, que alcança as primeiras conquistas e títulos; e por 22 anos, Carlos Arthur Nuzman, presidindo a CBV de 1975 a 1997, momento em que a entidade realiza sua

---

<sup>11</sup> Na edição realizada, em Buenos Aires, em 1964, o Brasil não enviou atletas para as competições femininas ou masculinas em virtude do Golpe militar que acontecia por aqui.



transição para o profissionalismo<sup>12</sup>. É em seus mandatos que há uma mudança na forma de compreender e gerir o esporte, retirando do Estado a responsabilidade única e associando empresas com as equipes de voleibol. Até mesmo começaram a surgir equipes a partir das empresas, modelo que se copiou em outras modalidades, em um discurso que prometia melhores condições e estruturas de treinamento (MARCHI JÚNIOR, 2004).

Enquanto o selecionado masculino não parecia ter adversários à altura nas competições sul-americanas, conquistando sua vaga olímpica, a seleção feminina seguiu a forte rivalidade contra as peruanas, com muitas derrotas brasileiras consecutivas, e inicia sua participação olímpica apenas nos Jogos de 1980, em virtude do boicote de países do bloco capitalista. Conseguiu enfim sua vaga olímpica com uma equipe jovem, terminando na sétima colocação. No ano seguinte, outra importante conquista foi a retomada do título sul-americano, que demonstrou as reais possibilidades do voleibol feminino do Brasil (MOREIRA, FERREIRA E MARCHI JÚNIOR, 2008).

Assim como em outros períodos, todo esse processo não ocorreu sem luta e enfrentamento. O voleibol era um esporte fomentado e desenvolvido nos clubes e associações, especialmente ao longo das primeiras décadas, praticado por uma elite brasileira, que tinha acesso a esses espaços. Na transição entre o amadorismo e o profissionalismo, todavia, as diferenças entre as condições de treinamento e remuneração das equipes masculinas e femininas pareciam se tornar mais evidentes e começavam a incomodar muitas das jogadoras brasileiras. Tendo os mesmos patrocinadores, apenas a equipe masculina recebia um auxílio financeiro. Quando Jacqueline Silva, então levantadora titular da equipe, decidiu usar o uniforme do lado avesso como forma de protesto, acabou sendo desligada da seleção brasileira e teve inclusive dificuldades para conseguir clubes brasileiros para jogar (MARQUES JUNIOR, 2012; TAVARES & PEREIRA, 2019).

Apesar das transformações e da gradativa conquista de espaço, mantinha-se ainda um discurso próprio em relação às atletas do voleibol brasileiro,

---

<sup>12</sup> A fase olímpica denominada profissional caracteriza-se por uma mudança no entendimento do esporte como uma prática unicamente amadora. Com a intensa dedicação aos treinos, faz-se necessário compreender o esporte como uma função profissional, criando melhores condições para atletas e fomentando sua remuneração, somando-se às questões midiáticas e de publicidade que ressignificam a forma de se organizar o esporte e lidar com atletas.

sempre extrapolando as questões da quadra, a respeito de elementos de beleza e estética. Assim, a referência às atletas as direciona sempre para aquilo que se considera seu papel social (TAVARES & MOURÃO, 2016). A revista **Veja**, em 1982, afirmava, sobre a jogadora Isabel, uma das mais importantes daquela e das futuras gerações:

Isabel já era vista e reconhecida no cinema logo depois do Mundialito, ao comparecer de camiseta, jeans, tênis, cabelo preso em coque e nenhuma maquiagem ao Cine Germini, em São Paulo. [...] Com seus 69 quilos de peso distribuídos ao longo de um talhe delgado, mais forte nas pernas que a impulsionam que nos braços que cortam e rebatem, Isabel anda com vigor de quem sabe exatamente aonde vai, fala com desembaraço e orgulha-se dos seus belos olhos escuros e meigos, as grossas sobrancelhas que os realçam e a pele clara e delicada. É bonita. (REVISTA VEJA, 1982).

É fundamental demonstrar que essa não era uma ação isolada de um veículo de imprensa. A revista **Placar**, com toda sua pauta dedicada para o esporte, traz em sua única matéria sobre o voleibol, na edição de 2 de março de 1984, uma matéria intitulada “Nossa Musa Olímpica”, com a jogadora Vera Mossa, com fotos de biquíni, trechos sobre tarefas domésticas, o cuidado com filho. Além disso, ressaltava as outras “musas” do voleibol daquele tempo, como Jaqueline e Isabel, sobrando pouco espaço para falar de seu trabalho enquanto jogadora.

Duas coisas, no entanto, destacam-se na entrevista com Vera: primeiro, sua resposta ao ser questionada sobre a situação política do Brasil, a atleta é direta: “[...] se o brasileiro não votar, nunca vai aprender a fazer isto direito”; e segundo, o triste cenário que ela descreve, quando questionada sobre qual carreira seguir após sua vida de atleta: “Não sei o que irei fazer sem o esporte. Não conheço nem uma única técnica de vôlei” (REVISTA PLACAR, 1984, p. 44).

É bem certo afirmar, também, que esse adjetivo de musa para jogadoras de vôlei foi e ainda é muito usado em menção a essas atletas. Em uma reportagem de 2001 na Folha de São Paulo sobre a jovem de 17 anos Jaqueline, destacava-se ser “ vaidosa assumida – vai ao treino com os cabelos pretos encaracolados impecavelmente presos por fivelinhas coloridas” (LAJOLO, 2001). Em uma reportagem ainda mais recente, o jornal **Extra** inicia sua manchete com “Musa do

vôlei”, ao falar da comemoração de aniversário da jogadora Marianne Steinbrecher (EXTRA, 2020).

Entretanto, o certo é que, de sua primeira participação, em 1980, o voleibol feminino não saiu mais das edições olímpicas, com resultados importantes. É no início dessa década que se regulamenta também o uso de patrocínios nos uniformes; e acontece uma disputa entre clubes e CBV que acaba com uma decisão do CND favorável à proposta de Nuzman<sup>13</sup>. Entre as propostas da CBV, estava a intenção de divulgar ainda mais o voleibol no país, e, para isso, criou-se o Mundialito, que contou com as maiores forças do voleibol.

Em um Maracanãzinho lotado, a seleção masculina saiu campeã, seguida de uma conquista da medalha de prata no Mundial e, nos Jogos Olímpicos de 1984, em Los Angeles, a primeira medalha olímpica do voleibol brasileiro. Por sua vez, a seleção feminina conquistou a prata naquele Mundialito; e um novo boicote aos Jogos, dessa vez do lado soviético (que decidiu pela não participação olímpica) garantiu a seleção feminina nos Jogos de Los Angeles, em 1984, novamente terminando em sétimo lugar. Um título Mundial juvenil, com direito à condecoração de melhor jogadora do campeonato para Ana Moser, colocava o Brasil feminino em outro patamar perante o mundo; e, nos Jogos de 1988, foi com uma equipe completamente renovada que a seleção feminina se fez representar (VALPORTO, 2007).

Frente aos novos contextos econômicos, políticos e sociais do Brasil, com o processo de redemocratização, os diversos planos financeiros nacionais, e com a queda do muro de Berlim, que reinventou paradigmas nas relações entre capitalismo e socialismo, os anos 1990 marcam a consolidação do profissionalismo como fase olímpica. Contudo, muitas das características permaneciam amadoras, sob o ponto de vista das condições de treinamento e da estrutura, especialmente para as mulheres. Especificamente no plano nacional, as propostas econômicas geravam muitas dificuldades e incertezas que afetavam clubes, patrocinadores e, conseqüentemente, o voleibol (MARCHI JÚNIOR, 2004). Todavia, há um processo

---

<sup>13</sup> De acordo com Valporto (2007), houve uma grande disputa entre a CBV, que buscava profissionalizar o esporte, com uma inserção forte nas mídias e novas formas de arrecadação de recursos, e as federações estaduais e clubes, que se manifestavam contra a exposição de marcas nos uniformes, por temer uma competição desigual entre as associações classistas formadas por grandes empresas e marcas.

de consolidação da mercantilização da modalidade que a direciona para uma espetacularização, ainda que com propostas de massificação:

[...] a partir do momento em que o Voleibol passa a receber o tratamento mercantilizado de produto, por consequência espetacularizado, ele incorpora as estruturas e disposições de um esporte que está massificando seus agentes não só para a prática, mas, principalmente, para o potencial de consumo que eles são capazes de gerar (MARCHI JÚNIOR, 2004, p. 170).

É nesse cenário que se conquistam nos Jogos de Barcelona, em 1992, o inédito ouro olímpico com a equipe masculina em 1992 e o quarto lugar, também inédito, para a seleção feminina; mas preferiu-se ampliar as condições de desigualdade entre os naipes. Curiosamente, como em tantos outros momentos e espaços de seleções femininas em diferentes modalidades, e não apenas do voleibol, há uma ruptura entre atletas e comissão técnica, dessa vez entre uma das melhores jogadoras do mundo daquele momento, Ana Moser, e o treinador Wadson Lima.

A atleta, elo frágil, parece sempre ser quem deve deixar a equipe, retirada nas discordâncias com treinadores ou pela própria estrutura das confederações; e Ana Moser acaba por pedir dispensa. Ela retornou apenas com o convite do novo treinador, Bernardo Rezende, iniciando uma nova e positiva era da seleção feminina, com conquistas de Grand Prix, prata no Mundial e a conquista do bronze nos Jogos de Atlanta, em 1996, sempre tendo as jogadoras cubanas como rivais (VALPORTO, 2007).

Essas conquistas da seleção feminina mostram o desenvolvimento de uma trajetória que não se inicia e nem se finaliza com essas que subiram ao pódio olímpico pela primeira vez, mas se configura como um série de lutas individuais, mas não coletivas, uma vez que as ações acabam por serem individualizadas, seja pelas jogadoras ou por discursos. Cabe lembrar também que é também na edição de Atlanta que o voleibol de praia estreia nos Jogos Olímpicos e traz para o Brasil a primeira medalha de ouro feminina, com Jaqueline Silva, aquela que fora excluída das quadras nos anos 1980, e Sandra Pires.

Em 1998, mudanças drásticas alteraram regras, dentre as quais: a possibilidade de contato da bola com diferentes partes do corpo; a continuidade do jogo após o saque tocar a rede; as mudanças paradigmáticas que transformaram a vantagem em uma disputa de pontos corridos, o que facilitou as transmissões na televisão, pois criou-se uma possibilidade maior de previsão do tempo da partida; e, especialmente, a inclusão da função de líbero, atleta com especialização na recepção e defesa, promovendo rallies com durações maiores. Houve ainda também, nesse mesmo ano, a troca da bola totalmente branca por um modelo com diferentes cores, facilitando, assim, a visualização pelos jogadores, mas também pelos espectadores nas transmissões televisivas. Tais mudanças não alteram pontualmente uma questão da regra, mas modificam a forma de se jogar uma partida, as técnicas e táticas a serem desenvolvidas e aplicadas, numa intenção de dar maior dinamicidade às partidas e tornar a modalidade mais atrativa sob o aspecto comercial (FIVB, 2016).

As conquistas femininas na quadra não pararam com a medalha de bronze conquistada em 1996, e em 1999 a equipe interrompeu uma série de seis ouros consecutivos das cubanas nos Jogos Pan-Americanos, realizando um feito histórico em Winnipeg, sede desses Jogos. No ano seguinte, porém, as brasileiras ficaram diante daquela mesma seleção, que as empurrou para mais um bronze, em uma eletrizante semifinal olímpica. As cubanas conquistaram, então, o ouro dos Jogos de Sydney, em 2000, e se tornaram tricampeãs olímpicas (VALPORTO, 2007).

Após alguns anos sem bons resultados da seleção masculina, inclusive com uma eliminação olímpica surpreendente nas quartas de final de Sidney, contra a Argentina, Bernardo Rezende é convidado a deixar o cargo de treinador da seleção feminina para comandar a seleção masculina, e teve um dos ciclos mais vitoriosos da história do esporte moderno: em quinze anos, a seleção masculina conquistou mais dois ouros olímpicos, nos Jogos de Atenas (2004) e Rio de Janeiro (2016), duas pratas olímpicas, em Pequim (2008) e Londres (2012), além de diversos títulos mundiais, pan-americanos, entre muitos outros.

Todo esse contexto vitorioso ocorreu em paralelo a momentos de incertezas, renovação, dúvidas e resultados inesperados por parte da seleção feminina: após a troca de comando em 2001, novas questões da relação entre

treinador e atleta surgiram e, vendo-se a necessidade de outro treinador, José Roberto Guimarães assumiu em 2003 às pressas o comando da seleção. Convocando novamente nomes consagrados, a seleção feminina seguiu um ciclo de importantes resultados, porém com marcantes derrotas.

Em Atenas, o grupo perdeu novamente a semifinal olímpica, dessa vez para as russas, quando venciam o quarto set por 24 a 19 – algo que marcou profundamente, não somente a quem estava naquela quadra –, e terminaram em quarto lugar. Dois anos depois, as brasileiras perderam a final do campeonato mundial frente àquelas que se tornaram as principais algozes daquela geração, as russas. No ano seguinte, em 2007, na final dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, o Brasil perdeu a disputa da medalha de ouro contra as cubanas, em mais um *tie-break* disputado, o que se tornou, segundo algumas daquelas atletas, a mais sofrida das derrotas. A série somente foi encerrada com o ouro olímpico, conquistado de forma irretocável, nos Jogos Olímpicos de 2008 (RUBIO & GRILO, 2018).

Com diferentes processos de renovação da seleção feminina, temos ainda a superação de um início de campanha olímpica ruim para mais um ouro, em Londres, 2012; uma eliminação nas quartas de final em casa, nos Jogos de 2016, para a que seria a campeã olímpica, China; e a conquista da medalha de prata nos Jogos de Tóquio.

É curioso notar, contudo, que as percepções e repercussões acerca dos resultados das seleções femininas e masculinas parecem ser muito diferentes. Ainda, enquadrar as atletas na esfera da estética, beleza e função maternal, retira-lhes a possibilidade de tratar sobre quaisquer outras questões, incluindo-se as de ordem técnica e do jogo. O voleibol parece, ao longo de toda sua história, ser uma modalidade que, nas narrativas dominantes, corrobora para manter as mulheres em lugares e papéis bem definidos.

Observando brevemente a trajetória histórica do voleibol brasileiro, os principais postos de comando foram e são masculinos, de treinadores de clubes e seleções aos presidentes de federações e confederações. As mulheres que ocuparam e ocupam os espaços na modalidade e desejam romper com esses

padrões fazem isso com lutas e enfrentamentos. Às mulheres, os lugares de comando no voleibol brasileiro, especialmente esse lugar que traz o conceito de um espaço público, de liderança e poder, parece ser cerceado ou, quem sabe, não se faz como possibilidade de presença.

### **5.3. Voleibol e os cargos de comando**

Para finalizar este capítulo, mister se faz elencar alguns dados que nos auxiliam a compreender o cenário da modalidade, especialmente no que se refere aos cargos de comando das federações e da confederação, bem como os números relativos às comissões técnicas e o cargo de treinadora. Neste caminho, procurarei apresentar a discrepância caracterizada por gênero no cenário brasileiro do voleibol, uma modalidade que talvez siga os preceitos de uma cordialidade típica do nosso país (HOLANDA, 2014; RUBIO, 2011).

Desde as primeiras competições até hoje, a seleção brasileira já teve dezessete trocas de treinador nos conjuntos femininos e dezesseis trocas de treinador nos conjuntos masculinos, entre alguns profissionais que estiveram à frente como treinadores por mais de uma vez. Além disso, são mais de quarenta profissionais aproximadamente que atuam ou já atuaram como auxiliares técnicos, seja pela seleção feminina, masculina ou ambas, desde a década de 1950 até os dias atuais. Com esse expressivo número de profissionais, há o registro de apenas uma mulher, Ana Beatriz Moser<sup>14</sup>, que desempenhou o papel de auxiliar técnica da equipe feminina, treinada por José Roberto Guimarães, e alcançou o segundo lugar na Copa do Mundo de 2003. Ao longo de toda a história, o Brasil jamais teve uma treinadora mulher liderando as comissões técnicas das seleções brasileiras, femininas ou masculinas<sup>15</sup> (CBV, 2023).

Nas comissões técnicas das equipes que disputam a principal competição brasileira, a Superliga, tivemos na edição 2020–21, um total de 170 pessoas inscritas nas comissões técnicas em ambos os naipes, distribuídas em doze equipes femininas e doze masculinas, sendo apenas nove mulheres e nenhuma treinadora.

---

<sup>14</sup> Ana Beatriz Moser acabou de se tornar também a primeira mulher a chefiar o Ministério do Esporte no Brasil.

<sup>15</sup> Para mais detalhes, veja os Anexos I e II desta dissertação.

As mulheres inscritas ocupavam cargos de assistente técnica (1), fisioterapeuta (6), médica (1) e preparadora física (1). Na edição 2021–22, novamente com doze equipes por naipe, são 162 membros inscritos nas comissões técnicas e apenas quinze mulheres.

Destrinchando ainda mais esses dados, é possível observar que na temporada 2020–2021, do total de nove mulheres nas comissões técnicas, sete inscreviam-se em equipes femininas. Na temporada 2021-22, das quinze mulheres inscritas, dez pertenciam às comissões técnicas de equipes femininas. Tentando buscar sinais positivos, temos, na última temporada 2021-22, uma equipe com quatro membros inscritos, sendo três mulheres, incluindo-se a treinadora, o que é relevante porque símbolo, mas pouco representativo numericamente<sup>16</sup> (CBV, 2023).

Na atual edição das Superligas masculina e feminina, edição 2022-23, os números mostram uma manutenção dessa discrepância, ou ainda um aumento desse abismo. Entre 160 profissionais inscritos na CBV para integrarem as comissões técnicas das equipes, temos apenas onze mulheres. Esse dado nos revela que não há nenhuma mudança neste cenário, nenhum avanço por menor que seja aparece no horizonte.

Como estratégia para desenvolver e elevar a qualidade de profissionais do voleibol, a CBV rotineiramente promove cursos de formação para treinadores, buscando qualificar e, de certa forma, ranquear todas e todos que desejarem ser treinadores pelo Brasil, inclusive exigindo titulações específicas de acordo com o nível de competição no qual se inserem. Dos cursos de níveis I a III, basta que a pessoa se interesse por eles e possa realizá-los; o curso de nível IV depende de convite da CBV; e o nível V é destinado àqueles campeões mundiais ou olímpicos.

Analisando-se os dados de atletas olímpicos presentes desde os Jogos de 1980, temos um total de 68 atletas olímpicas mulheres e 63 olímpicos homens. Desse total, temos nove mulheres que já cursaram ao menos um desses cursos, sendo uma atleta com curso de nível I, seis atletas com nível II, uma com nível II de praia e outra com nível III. Os atletas olímpicos do mesmo período com cursos de

---

<sup>16</sup> Para mais detalhes, veja os Anexos III e IV.



nível para treinadores somam 24, sendo um com o nível I, quatro com nível II, dezoito com o nível III e um com o nível V<sup>17</sup>.

Concluindo, ao pesquisarem-se os cargos de presidência nas diferentes instâncias da estrutura do voleibol brasileiro – cargos estes que seriam os de mais elevado comando –, tem-se uma desigualdade abismal. Atualmente, entre 27 federações estaduais, há apenas três mulheres presidentes: Edelma Rodrigues Figueiredo, na Federação Roraimense de Voleibol; Sabrina Negreiros, presidindo a Federação Rondoniense de Voleibol; e Tatiana Vieira Rodrigues, na Federação Piauiense de Voleibol. Como presidente máximo do voleibol do Brasil, sete pessoas já ocuparam o cargo, todos homens (CBV, 2023).

A Federação Internacional de Voleibol (FIVB) jamais teve uma mulher como presidente, solidificando a impressão de que nos altos cargos parece não caber uma mulher. Em quase oitenta anos de história, a FIVB teve apenas quatro presidentes: de 1947 a 1984, o francês Paul Libaud; de 1984 a 2008, o mexicano Rubén Acosta; de 2008 a 2012, Jizhong Wei, da China; e desde 2012, o brasileiro Ary da Silva Graça Filho. Por fim, em destaque em sua página na internet, a federação internacional elenca onze metas que se propõe a alcançar até 2024, mas não há nenhuma menção em relação a qualquer política de promoção da igualdade de gênero (FIVB, 2021).

---

<sup>17</sup> Para mais detalhes, veja os Anexos V e VI.

## 6. TREINADORAS, ESPAÇO PÚBLICO E TRANSIÇÃO

### 6.1. Controle, espaço público e esporte

Muito além de compor-se com regras, identidades ou características próprias do cargo, a área à beira de uma quadra e o comando de uma equipe se fazem como um espaço público de poder, culturalmente relevante e destacado, dentro de um contexto maior, o esporte, que, por seu turno, busca um controle, a manutenção de domínios e hegemonias. O esporte como fenômeno sociocultural complexo e multifacetado, como afirma Brohm (1978; 1995), é também um ato de disciplinarização dos corpos.

Foucault (1987) desenvolve a ideia da disciplinarização como forma de controle de corpos, não com a imposição da força, o controle dos meios de produção ou de dominações maciças, mas com a construção de uma dominação que preza pela docilidade-utilidade. Dessa forma, discursa-se hegemonicamente até mesmo pela necessidade de dispensar esses meios de outrora. Nas suas palavras:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as 'disciplinas'. [...] é o momento em que nasce uma arte do corpo humano que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula, o recompõe (FOUCAULT, 1987, p. 126-7).

Desde suas construções, as democracias eurocêntricas e estadunidense vêm acompanhadas e apoiadas em definições precisas sobre os papéis dos corpos nos espaços públicos e privados, de acordo com as suas representações de gênero. Nesses processos, a exclusão dos corpos femininos dos poderes públicos e políticos ocorre tanto de forma direta e sem grandes argumentações, com tentativas de compensar de acordo com as próprias escolhas daqueles que controlam os espaços, quanto por caminhos que permeiam essas possibilidades (PERROT, 2017).

O esporte, e precisamente o voleibol, cabem muito nessa disciplinarização, uma vez que suas formas de domínio e controle não se colocam pela força física ou por recursos econômicos diretamente, mas pelo discurso, pela compartimentalização de estruturas, de possibilidades, de gestos e comportamentos. As questões de gênero no voleibol parecem ser colocadas nesse lugar, nas práticas e discursos, que, essencialmente, criam acessos determinados aos espaços, pois as vozes não se fazem possíveis a todas; e nem os espaços, uma vez que os de comando ainda são ditados por relações de poder hegemonicamente masculinas.

Na construção de poder sobre os discursos de gênero – estes, fortalecidos sobretudo pelas ciências médicas e biológicas –, há uma ideia que liga as mulheres a uma fragilidade física e emocional, limitante de suas perspectivas, objetificando o corpo da mulher e patologizando-o para determinar as suas naturezas e possibilidades. Esse é um processo de sujeição milenar de corpos, em um sistema complexo e sutil, tanto no que se refere à sua distribuição, quanto a seus mecanismos, seus controles e ajustamentos (FOUCAULT, 1979).

Ao discutirmos as relações de gênero, é importante marcar que abordam-se todos os sujeitos existentes nesse contexto, seus papéis sociais e sistemas de interdependência. De acordo com Scott (1995), ao debater gênero, devemos ter em mente que quaisquer informações, dados ou conjunturas da sociedade envolvem todas as relações sociais entre os indivíduos, não imputando a um lado apenas as consequências de uma organização estrutural. Assim, discutem-se as construções culturais sobre papéis adequados às pessoas de acordo com o gênero com que se identificam, ainda que necessite-se pensar a quebra de um paradigma binário.

Em um espaço ainda muito masculino, é importante frisar que as masculinidades são padrões de práticas de gênero igualmente construídos socialmente, hegemônicos e com controle de poderes; mas através de diversos processos históricos marcados e difundidos pelas expansões colonizadoras. Assim, de acordo com Connell (2015), é necessário também olharmos para as masculinidades presentes no espaço esportivo, para se romper com o arquétipo de que um único gênero, o masculino, deva possuir presença, força, liderança e poder;

e assim alterar os contextos de desigualdades, sem esquecer-se de que são elas que devem estar à frente desses processos e conquistas.

As estruturas do esporte organizam-se e excluem ainda na separação entre homens e mulheres, seja nos seus espaços ou nas suas determinações institucionais, refletindo fortemente as desigualdades presentes na grande parte dos espaços sociais. Gênero conceitua-se então como um elemento distintivo das relações da sociedade notadas pelas diferenças entre os sexos, ao mesmo tempo em que se posta como uma forma primária de significar as relações de poder – da construção de símbolos culturalmente relevantes, tanto no campo do imaginário, quanto dos bens culturais, à criação de normas e regras que vão expressar as interpretações do que significam esses símbolos.

Inclui-se, ainda, a produção de identidades subjetivas que reforcem seus conceitos. A noção de gênero se faz em vias de solidificar as estruturas de domínio nas diferentes esferas sociais. Entende-se gênero, assim, sempre como uma construção coletiva, pois pauta-se na relação com o outro, de forma ampla, dentro da sociedade; embora historicamente tenham sido produzidos elementos normativos, discursivos e políticos para que se faça a correspondência ao sexo biológico e se produzam, promovam e implementem essas relações de gênero (SCOTT, 1995).

Lauretis (1996) reforça essa ideia, ao apontar o gênero como representação de um relacionamento dentro de um grupo ou categoria em que aquele se constrói, em uma relação entre o indivíduo e os demais, em um sentido de pertencimento, atribuindo a um indivíduo uma posição dentro de uma sociedade e, portanto, também um arranjo face a face com outros grupos pré-constituídos, sendo, assim, não uma representação individual, mas somente uma concepção em uma relação social, representando um indivíduo em uma classe.

A autora salienta, ainda, que embora os significados sejam distintos em cada cultura, a construção cultural do sexo em gênero sistematicamente organiza as desigualdades, uma vez que está sempre intimamente interligada em cada sociedade com fatores e estruturas políticos e econômicos. Oyěwùmí (2004) nos relembra, também, que, de forma significativa, gênero, assim como categorizações

raciais, foram instrumentos fundamentais de exploração e estratificação das sociedades. A família nuclear e a sua generificação é um modelo euro-americano, não universal, mas que serve como base para a definição de papéis sociais públicos e privados.

Nesse caminho, cabe ressaltar a compreensão do lugar de treinadoras como uma vertente pública do esporte, sendo fundamental pensar as relações de gênero presentes também em outros espaços e tempos a partir da associação entre público e privado. As relações de gênero apresentam muitas vertentes e possibilidades, mas parece-me que há especificidades tanto nos lugares de poder, quanto profundamente na concepção construída sobre as perspectivas de ocupação de um espaço de decisão com caráter público, que aparenta ser um lugar com uma ocupação feminina ainda menor.

Rago (2009) investiga a construção sócio-histórica de um entendimento da face pública das mulheres. Quando existe uma expressão pública feminina, ela está sempre ligada a estigmas e é marginalizada socialmente, principalmente na relação com a comercialização sexual do corpo feminino, ainda que essas trabalhadoras estejam mais livres quanto às possibilidades de escolhas para suas vidas, dado seu rompimento com o ideal de mulher que busca um casamento indissociável, para exercer a sua dita função maternal. Embora a face pública do trabalho fosse exercida pelas mulheres, especialmente para as camadas mais pobres da população, no campo das decisões e escolhas, sejam elas individuais ou coletivas, as mulheres foram e são cerceadas há muito tempo (RAGO, 2009).

Buscando historicamente, Stearns (2007) nos afirma que é a partir do domínio da agricultura que as diferenças de gênero começam a se marcar com mais força, uma vez que o entendimento da fertilidade já havia se estabelecido e iniciava-se uma nova forma de subsistência das populações, alterando-se, por assim dizer, seu modo econômico de vida. Com o controle e uma segurança maior sobre o que comer e quando ter seus meios para se alimentar, a humanidade divide-se em papéis sociais mais definidos, aumentando a taxa de natalidade e fazendo com que as mulheres dediquem-se mais aos cuidados das crianças, enquanto o homem poderia dedicar-se mais ao plantio e colheita.

Muito embora fique evidente que a mulher também atuasse no trabalho para a subsistência coletiva, contrasta-se este período com o da caça e coleta, quando os grupos dividiam-se de forma mais igualitária nas funções de subsistência de seus pares. Constroem-se, assim, dois conceitos importantes: o primeiro relacionado à função da mulher como mãe na sociedade e ao controle do seu corpo, uma vez que, nas sociedades agrícolas, a ideia da herança começa a tomar forma; e o segundo, a exposição a um viés público de decisão sobre si e sobre o seu ambiente social, entendendo-se que aqui os homens começam ainda mais a controlar os espaços de poder (STEARNS, 2007).

Na Grécia Antiga, fonte de inspiração para a criação dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, ainda que, é importante frisar, naquela sociedade havia outras mulheres, em um outro espaço e tempo, a noção de espaço público novamente se caracteriza por uma diferença de gênero. Dos Jogos Olímpicos, as mulheres somente poderiam participar se solteiras e como espectadoras, não cabendo a elas nenhuma outra função a ser desempenhada.

As atividades atléticas eram próprias aos cidadãos gregos, aqueles que participavam da vida política da Polis. Relembrando, cidadãos, para aquela sociedade, eram apenas os homens gregos, que tinham também aquela forma de se manifestar publicamente. Ali, já estava manifestada uma relação entre o controle de corpos, as práticas atléticas e as atribuições públicas da sociedade em questão; não havia, como não há hoje, dissociação entre as possibilidades dos corpos e suas funções políticas. O controle dos corpos femininos através das práticas gregas posta-se como uma escolha política; e inclusive, foi usado como justificativa pelos criadores dos Jogos da Era Moderna.

Voltando à Grécia Antiga, conta a história, porém, que Calipátira, mãe do atleta de pugilato Psidoros, rompeu essa barreira que a proibia de participar ativamente dos Jogos, ao treinar o seu filho e assisti-lo vencer suas disputas. Ao comemorar junto com seu filho, ela acabou por tirar sua túnica, deixando todos atônitos com aquela mulher naquele espaço. Esse feito foi compreendido pelos magistrados e punido de forma branda, embora a punição devesse ser a pena de morte. No entanto, a partir daquele momento, os treinadores deveriam também apresentar-se desnudos para as competições (GODOY, 1996).

Calipátira talvez tenha sido a primeira mulher a exercer a função de treinadora de forma pública, conforme os registros históricos – entendendo-se que aquelas práticas corporais da Grécia Antiga eram muito distintas do que compreendemos hoje como esporte moderno. A sua figura marca a audácia de uma mulher, como possivelmente tantas outras que as histórias oficiais não registraram, a se colocar em um espaço para homens (cidadãos gregos), com voz ativa, com lugar de destaque. Por fim, com a vitória, ela ainda superou todos os outros, em um contexto em que as mulheres não eram consideradas nem cidadãs, não tinham direito à voz e ao poder público e político, muito além dos Jogos Olímpicos ou das práticas corporais, na grande parte das cidades-estado.

Aproximando-se historicamente do período em que o esporte moderno foi criado, a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX é fundamental para reforçar um estereótipo de gênero com uma profundidade e amplitude ímpares na história, seja na relação de espaço, seja nas determinações dos papéis sociais. A mecanização substancia um discurso de que tipos de máquinas são próprias para mulheres, para quais elas têm mais destrezas e competência, desde as etapas dos processos da industrialização à sutileza da máquina de escrever. Naturaliza-se um discurso de suas habilidades ao destinarem-se lugares específicos na sociedade a elas, rompendo com uma lógica anterior, segundo a qual mulheres artesãs podiam ter o controle sobre seus trabalhos (PERROT, 2005). Assim, especifica Perrot,

Toda máquina nova entregue às mulheres é apresentada como inscrevendo-se em uma sequência natural de movimentos que exigem uma simples adaptação. [...] Passa-se, assim, da bordadeira à costureira da fábrica, da pianista à datilógrafa, e depois, à mecanógrafa, da costureira tímida à montadora de transistores, como consequência lógica, sem que fosse preciso aprendizagem ou reciclagem, ao passo que lhes é recusada qualquer outra "qualificação". Elogiam-se seus "dedos de fada"; negam-lhe a ciência que por si só funda um ensino. Empírico, ou mágico, o seu saber é sem qualidades (PERROT, 2005, p. 226-7).

Nesse sentido, adiciona a autora, às mulheres trabalhadoras é permitido um trabalho sempre dentro de um parâmetro definido, em postos auxiliares, com pouca especialização, sempre subordinados, nunca de comando. Define-se com veemência aquilo que seria destinado às mulheres, mas não se procura retirá-las

daquilo que se considerava sua função doméstica, apenas acrescentam-se outras tarefas à sua rotina. Ou seja, ao passo que a industrialização legitima as mulheres em um espaço público, continua-se querendo conservá-las no espaço privado. Esses discursos e práticas percorrem variadas esferas: desde os núcleos de poder nas fábricas, até mesmo as lideranças sindicais, todos cerceiam o direito à participação das vozes femininas, utilizando-se de “verdades” científicas a religiosas para corroborar com que essas vozes pertençam à esfera privada (PERROT, 2005).

Rago (2004) pesquisa as diferentes vozes femininas do século XIX e início do XX no Brasil, demonstrando os obstáculos enfrentados por elas para a participação na vida pública, independente da classe social a que pertenciam – mas, obviamente, em algumas com ainda mais dificuldade. Seja com a relação salarial desigual, seja com a desqualificação intelectual feminina – e suas “comprovações científicas” –, seja com o assédio sexual e moral, definiram-se o espaço de poder, a voz e a decisão como naturalmente masculinos, sendo o trabalho feminino hostilizado, ainda que necessário, tanto para a família, quanto para a conservação da sociedade, através da exploração daquela mão-de-obra.

É importante retomar que, aliada a esse discurso de domesticidade e manutenção da mulher na esfera privada, está, com muita força, a retórica da maternidade, que vincula única e exclusivamente o papel de cuidado com as crianças às mulheres, de uma forma essencialmente subjetiva, naturalizada nas relações de gênero, condicionando assim todas as ações e possibilidades do corpo feminino. A verdade médica ou científica sempre buscou alinhar seus conceitos à função genuína da mulher, como um desejo base, mais do que parir, de cuidar, educar e orientar os filhos, cabendo-lhe exclusivamente a responsabilidade sobre o futuro da sociedade (GLENN, FORCEY & CHANG, 2016; RAGO, 2004).

Nesse caminho, a família patriarcal, em um Brasil extremamente colonizado nas suas estruturas institucionais e sociais, ocupa todos os campos da sociedade brasileira, econômicos, políticos e sociais, determinando formas e relações privadas, mas sobretudo públicas. E faz isso com uma cordialidade que não é aquela da polidez ou bons modos, mas a da aceitação de paradigmas, constrangimentos e proibições. Apresentam-se oposições, é verdade, mas com normas: “uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos



homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto, deve ser rigorosamente respeitada e cumprida” (HOLANDA, 2014, p. 100-1).

Ao longo da segunda metade do século XX, com a polarização da Guerra Fria e a ditadura militar no Brasil, privilegiou-se uma política de reforço da domesticidade do feminino, criando a ideia de que jovens comunistas eram inimigos do regime. A Doutrina de Segurança Nacional salientava que uma luta contra o comunismo se daria também através da relação da mulher com a vida pública, associando inclusive o trabalho da mulher à deficiência na educação moral e cívica dos filhos, em um processo também de invisibilização de grande parte das mulheres trabalhadoras. Há aqui a tentativa de perpetuação de um conceito segundo o qual os acontecimentos da esfera privada, doméstica, sustentam a vida social e política, devendo, assim, as mulheres ocuparem o espaço que lhes cabe, ficando longe do poder político e econômico, mas trabalhando para a sua sustentação (MELLO, 2019). Rago corrobora:

Até recentemente, de modo geral, as mulheres não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade não apenas do acesso aos negócios, aos cargos políticos e de direção, à cultura e à educação, como também ao do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafés e de determinados espaços de lazer ou prazer, pelo menos não nas mesmas condições que os homens. Além de serem consideradas incapazes de governar a si mesmas e aos outros, devendo, portanto, submeter-se à autoridade masculina, em casa e fora dela, eram também excluídas do direito ao corpo e ao prazer sexual, sob pena de serem olhadas como anormalidades ou monstruosidades (2004, p. 34).

É com esses princípios que o esporte moderno surge no século XIX na Europa e se difunde no Brasil ao longo do século XX. O esporte, forjado para ser um espaço ocupado e mandado por homens, constituiu-se em uma manifestação cultural do patriarcado, produzindo e reproduzindo os estereótipos de gênero de maneira naturalizada; por outro lado, houve enfrentamentos, resistências e lutas para que esse pudesse ser um espaço também ocupado pelas mulheres.

A presença feminina no esporte, de forma sintética, representa certa contradição sincrônica, ao se caracterizar como uma ameaça; pois, dentro de um

universo construído e dominado por valores masculinos, ela chama para si a atenção da sociedade, colocando em risco aquilo que se tem como natural do feminino. Ao mesmo tempo, essa presença expressa complementaridade, já que, ao procurar igualar-se em atitudes e hábitos sociais, ela simboliza os avanços e as formas de se viver da sociedade moderna e civilizada (GOELLNER, 2005).

Foi assim que as vozes e os espaços no COI começaram a ser ocupados por mulheres. Desde sua criação até 1981, o Comitê tinha sido ocupado apenas por homens, quando as primeiras mulheres começaram a ser convidadas a compor as gestões da entidade, ainda com baixa representação – e, note-se, jamais uma mulher no alto comando da entidade. Se a ocupação de lugares teve implemento ao longo dos anos, o espaço e a voz conquistados mostram uma desigualdade ainda abissal. As estruturas das entidades esportivas parecem ser organizadas para atravancar a ocupação das mulheres nos diferentes cargos, de liderança, gerenciamento ou de treinamento, uma vez mais buscando aqueles argumentos que naturalizam o corpo feminino e suas possibilidades (FASTING, 2004).

Pfister (2003) colige, em um estudo, a presença de mulheres nos cargos de gestão e liderança em diferentes países, apresentando a pequena representatividade, com números abaixo dos 15%, na maioria dos casos. Dados diferentes são somente encontrados em países com políticas afirmativas ou modalidades consideradas “femininas”. A autora discute acerca da relação entre o sistema econômico e a domesticidade, que compelem a mulher a lidar com a dupla ou tripla jornadas de trabalho a fim de ocupar esses lugares.

Assim como na industrialização, o esporte acaba por alinhar um discurso que serve para a manutenção das desigualdades de gênero. Por mais que verifiquemos alguma ocupação feminina de cargos de gestão nas entidades esportivas, muitas vezes ela ainda é repleta de rótulos, como a habilidade de organização ou a capacidade de fazer várias tarefas ao mesmo tempo, para que se permita sua presença ali. Essa ocupação, além de lenta e pequena numericamente, não é completa: temos um baixo quórum de mulheres como treinadoras. Se o esporte em si já é um espaço de domínio masculino, dentro dele, esse lugar de comando, voz e liderança parece estar ainda mais imperado pelos homens.

## 6.2. Treinadoras: liderança, voz e visibilidade

Assumindo o caráter simplista, podemos segmentar o esporte entre três campos que atuam diretamente com os processos da competição, ainda que muitos outros pudessem fazer parte dessa discussão: atletas, gestão e treinadoras. Ao olharmos a ocupação de espaço e poder das mulheres em cada um desses segmentos, temos uma grande diversidade histórica e de ganho real, seja na observação quantitativa, seja nas influências exercidas nas decisões.

Como atletas, as mulheres foram oficialmente excluídas dos primeiros Jogos Olímpicos, em Atenas, mas mais tarde conseguiram sua participação em todas as outras edições dos Jogos até os dias atuais. Foram excluídas como atletas na primeira edição; em Paris, eram apenas 1,3% do total de atletas. O percentual de atletas femininas alcançou os dois dígitos (11,5%) em 1956, nos Jogos de Melbourne; 35,1%, nos Jogos de Atlanta, em 1996; e 48,8%, nos Jogos de Tóquio; sendo que apenas em 2012 se igualou no número de modalidades, com uma modalidade a mais para competir nos subseqüentes Jogos do Rio de Janeiro e de Tóquio (PFISTER, 2004; ONU, 2021).

É bem certo, todavia, que essa igualdade ou até superioridade não representa equidade, uma vez que a mulher ainda é proibida de participar de algumas modalidades, tal qual a luta olímpica estilo livre, enquanto outras variedades são marcadas por certa naturalização quanto a gestos e movimentos ditos adequados aos corpos femininos, como a ginástica rítmica desportiva ou o nado sincronizado.

Na gestão esportiva, podemos distinguir diferentes momentos de luta e resistência, seguidos por alguns mais recentes de políticas afirmativas, ensaiando uma melhor ocupação. Se 87 anos foram necessários para que uma mulher ocupasse um cargo no COI, diversos encontros, congressos e espaços<sup>18</sup> foram

---

<sup>18</sup> Devide (2005) aponta a Declaração de Brighton de 1994, a criação do Grupo de Trabalho “Mulher e Esporte” em 1995, a participação do COI na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulher, entre outros. Ainda segundo o autor, na II Conferência Mundial sobre Mulher e Esporte, em 2000, Juan Antonio Samaranch, então presidente do COI, discursou projetando um novo século para as mulheres no esporte, com uma melhor representação na administração esportiva, além de paridade no programa olímpico.

criados para discutir o espaço da mulher no esporte olímpico, buscando ou ao menos discursando em prol de uma participação efetiva nas tomadas de decisão e poder.

Em um estudo sobre lideranças e gestão no esporte, Fasting (2004) apontou que naquele ano havia 10% de mulheres no COI, mas apenas uma comissão dirigida por mulher, entre outras 21 com liderança masculina; Rubio e Veloso (2019) demonstraram que entre 39 confederações brasileiras de modalidades esportivas, apenas uma era presidida por uma mulher, e entre as federações, a presidência feminina representava míseros 7%, sendo 14% de efetivo formado por mulheres nas principais entidades esportivas.

No entanto, considera-se neste estudo que, de fato, há apenas duas faces literalmente públicas do esporte, duas em que todas as ações são espetacularizadas e retratadas com suas dimensões do imaginário: como atletas e como treinadoras. Se como atletas as mulheres acabam por cada vez mais buscar e alcançar espaços iguais, ainda que apenas na questão espacial e menos nas condições, estruturas e vozes desses e nesses espaços, é no campo das treinadoras que observamos a maior disparidade entre a presença masculina e feminina, especialmente nas modalidades coletivas.

A lacuna feminina na liderança de comissões técnicas parece ser um cenário encontrado em diferentes contextos espaciais e temporais, representando uma disparidade enorme. Entre os Jogos Olímpicos de 1976 e 1988, embora a relação de atletas tenha apresentado numérica aproximação entre homens e mulheres, o percentual de treinadoras olímpicas foi de 4%, em Montreal, 9%, em Moscou, 2%, e em Los Angeles e nos Jogos de Seul, 8% (HARGREAVES, 1994).

Fasting e Pfister (2000) apresentam cenários mais positivos, mas que não alcançam um terço da representação, em países como Alemanha, Noruega e Estados Unidos; Ferreira (2013) aponta que em 2005 o COI estabeleceu como meta ao menos 20% das mulheres como treinadoras. Mas esse número chegava a 7% no Brasil entre treinadoras, sendo que 71,4% das federações esportivas não possuem sequer um cadastro de mulheres como treinadoras. Os dados divulgados pelo COI (2020) a respeito dos Jogos, sem os dados de Tóquio, não parecem trazer grandes

alterações desse cenário: de todos os credenciamentos na liderança de comissões técnicas, nos Jogos de Londres e do Rio de Janeiro, apenas 10% eram registros de mulheres.

Todos esses números parecem ser ainda mais díspares, como já mencionado, no esporte olímpico brasileiro, que teve apenas duas treinadoras na história das modalidades coletivas<sup>19</sup>, e especificamente no voleibol brasileiro, que teve apenas uma treinadora, entre vinte e quatro equipes, da principal competição do país, na temporada 2021-2022, e jamais uma mulher como treinadora dos seus selecionados adultos.

É importante ressaltar que, no voleibol, treinadoras e treinadores têm um papel ativo durante as partidas, no que se refere às determinações do sexteto titular, às substituições ao longo da partida e aos pedidos de tempo, tendo a comunicação direta com o segundo árbitro da partida e oferecendo uma frequente orientação técnica e tática a atletas, uma vez que é a única pessoa com permissão para ficar em pé ao lado da quadra. Diz a regra:

Durante a partida, o técnico conduz as jogadas de sua equipe de fora da quadra de jogo. Ele/ela indica a formação inicial, os reservas e solicita tempos. (...) Pode, assim como outros membros da equipe, passar instruções aos jogadores em quadra. Somente o técnico poderá desempenhar esta função enquanto em pé ou caminhando, dentro do espaço da zona livre à frente do banco de sua equipe, delimitada pela extensão da linha de ataque até a área de aquecimento, sem perturbar ou retardar partida (CBV, 2023, p. 20).

Ainda devemos entender que a função de treinadora traz muitos símbolos e significados, implícitos e explícitos, que se relacionam com sua capacidade de gerir um grupo, de liderá-lo e conduzi-lo para os resultados. Treinadoras e treinadores parecem ter conhecimentos para além das questões técnicas e táticas de uma modalidade; possuem algo como que especial, tornando-se figuras de grande relevância para aquelas e aqueles que lideram. A gestão de pessoas, a

---

<sup>19</sup> Maria Helena Cardoso, nos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992 com o basquetebol feminino, e Pia Sundhage, sueca, treinadora da seleção feminina de futebol, presente nos Jogos Olímpicos de Tóquio. No capítulo “Sob o comando deles: as barreiras para mulheres técnicas nas equipes brasileiras”, além de traçarem um breve panorama desta questão, os autores apresentam a pesquisa com Maria Helena Cardoso, a única treinadora olímpica brasileira (ALMEIDA & FREITAS, 2021).

observação do estado emocional, a capacidade de auxiliar na concentração e motivação de atletas, a capacidade de se adaptar frente a diferentes situações e conjunturas, somada à liderança da própria comissão técnica parecem abranger um pouco do que essa pessoa necessita fazer à beira da quadra (FETTER & SILVA, 2011).

A treinadora ou o treinador do voleibol, cujas características específicas são dadas pelo formato do jogo<sup>20</sup>, possui uma liderança naturalizada perante a equipe, uma vez que está em uma escala hierárquica acima de atletas e do restante da comissão técnica. E, mais ainda do que se constrói nas questões de gênero ao discutirmos atletas, os espaços de liderança das comissões técnicas são afirmados e constituídos como espaços masculinos. Silva (1967) comparava o técnico a um “super-homem” e afirmou:

Normalmente, o técnico é o líder natural da equipe perante a qual desempenha uma função catalisadora. Os atletas tendem a se identificar com ele e até introjetá-lo. Sendo um líder, deve o treinador ser capaz de assumir a responsabilidade dos feitos, positivos e negativos do grupo. Precisa ter sensibilidade psicológica, precisa ter muita capacidade de estabelecer comunicação, deve usar, cuidadosamente, os métodos persuasivos de influenciar, de ter a atitude de comando sem a coação (SILVA, 1967, p. 118).

Na relação de atletas com esse papel, então, de hierarquia e liderança, Weinberg, Reveles e Jackson (1984), em pesquisa com atletas entre 14 e 21 anos, apresentaram que os atletas homens/meninos responderam com diferentes percepções ao comparar técnicos por gênero, exibindo mais atitudes negativas frente às treinadoras, enquanto treinadores homens não eram percebidos diferentemente por atletas de ambos os gêneros. Constataram os autores que a mulher treinadora era menos valorizada por homens, com reforço e ênfase em competitividade e masculinidade como um par compatível, ao mesmo tempo em que

---

<sup>20</sup> O *rally system*, regra do voleibol em que cada rali tem uma pausa até a próxima disputa de ponto (FIVB, 2016), cria uma forma de disputa da modalidade única, ao compararmos com as demais modalidades coletivas que, em geral, não têm pausas tão marcadas. Assim, a presença da treinadora na beira da quadra permite que esta faça intervenções, correções e mudanças de estratégia entre cada ponto disputado.

feminilidade e competitividade não poderiam ser vistas como qualidades associáveis.

No entanto, a carreira de treinadora parece ser uma forte escolha de muitas atletas ao pensarem sua transição de carreira, a partir de cursos de formação e ensino superior que decidem fazer. Essa fase representa a observação, por parte de cada atleta, da necessidade de se iniciar uma nova etapa na vida, seja pelas questões físicas e técnicas que não estão no nível desejado (pelo atleta ou pelo alto rendimento), seja pela estafa em relação ao esporte, seus treinamentos e competições (MELO, CIRINO & RABELO, 2021).

Mister se faz afirmar que o encerramento da carreira esportiva apresenta como principais questões a adaptação a uma nova rotina e estilo de vida, o qual o esporte perde a sua centralidade e passa a ser parte da memória sobre si, uma memória individual e coletiva, com uma ruptura da própria identidade daquela que era então reconhecida pelos seus feitos esportivos e agora deve se realocar socialmente, começar uma nova carreira profissional e repensar sua estruturas e hábitos, buscando novos fundamentos e sentidos para sua vida (BARROS, 2008).

Melo, Cirino e Rabelo (2021) também apresentaram em seu estudo que a principal escolha para atletas é de fato a carreira de treinadora, mas indicam que essa decisão pessoal não se reflete na ocupação dos espaços de treinamento das categorias adultas, ficando essas mulheres muitas vezes submetidas apenas às categorias de base ou escolas de formação. Esses dados parecem corroborar com uma ideia de mulher que deve ser alocada considerando o seu papel social da maternidade, sua função maternal sendo transferida também para atletas na formação, nas tarefas de cuidado e de desenvolver as futuras gerações; ou seja, uma manutenção de um sistema patriarcal, no qual o homem cuidaria de grandes responsabilidades, enquanto a mulher fica restrita a esse espaço de base (FETTER & SILVA, 2011).

Romariz (2008) nos convoca para a ideia de um espaço de constante conflito e preconceito, sendo necessário às mulheres que almejam e que ocupam o posto de treinadoras superarem barreiras intrínsecas e extrínsecas, como a desconfiança de atletas, dirigentes e colegas. Entre os preconceitos ligados a seus corpos, a autora observa uma tendência a inferiorizá-las e invisibilizá-las, vendo-as

obrigadas a construir uma imagem corporal que se assemelhe a uma imagem masculina. Em uma relação com o corpo que adentra a própria identidade, diz a autora, “as mulheres constroem seus lugares de sujeito neste universo assemelhando a sua imagem corporal a um modelo tradicional construído, ancorado no símbolo masculino” (ROMARIZ, 2008, p. 5).

É curioso notar que são os corpos das mulheres que serão uma vez mais questionados, invisibilizados e inferiorizados; são sempre os corpos femininos que devem se adaptar, se moldar ou não caberão nesses espaços; enquanto os corpos masculinos, de maneira naturalizada, pertencem a qualquer espaço esportivo. Simbolicamente, a heterossexualidade<sup>21</sup> masculina desempenha um papel importante na legitimação do poder organizacional; a masculinidade hegemônica, tipificada pela imagem do líder forte, tecnicamente competente, autoritário, sexualmente potente e atraente, com família e com suas emoções sob controle.

Ainda, essa imagem do líder masculino pode ser ampliada, sem alterar seus elementos básicos, para incluir outras qualidades também necessárias às organizações contemporâneas, como flexibilidade e sensibilidade às capacidades e necessidades dos subordinados. Estas, se antes eram características pertencentes às mulheres, são incorporadas a um modelo de treinador sábio e experiente, empático e solidário com suas e seus atletas e capaz de conduzir sua equipe de forma flexível (ACKER, 1990).

Essa construção de corpo para o esporte não se define nela mesma, mas é na discursividade sobre esse corpo que se demarca o que é ou não adequado, bem como o que a mulher é capaz ou não de fazer ou de ocupar, como dirigir uma federação esportiva ou desempenhar a função de treinadora (GOELLNER, 2007). Retornando à discussão sobre a invisibilidade e perda de identidade dos corpos femininos, Acker afirma que aos corpos das mulheres não se permite a mera adaptação à masculinidade hegemônica – como se isso já não se caracterizasse enquanto algo agressivo e desigual. Mas, para funcionarem no topo das hierarquias masculinas, elas devem tornar irrelevante tudo o que as torna mulheres. Sobretudo, a contradição e o controle de corpos se estabelecem:

---

<sup>21</sup> Podemos pensar na relação de uma sociedade que se pauta pela heteronormatividade, e esse conceito invade e determina as relações de gênero nos diferentes ambientes, inclusive, ou melhor, com força, no ambiente esportivo.



[...] o corpo do homem, sua sexualidade, sua responsabilidade mínima com a procriação, seu controle convencional das emoções perpassam o processo laboral e organizacional. Os corpos das mulheres – a sexualidade feminina, sua habilidade de procriar e sua gravidez, a amamentação, o cuidado com os filhos, a menstruação e a "emocionalidade" mítica – são suspeitos, estigmatizados e utilizados como argumento para controle e exclusão (ACKER, 1990, p.152, tradução nossa<sup>22</sup>).

Adentrando as questões da maternidade, embora se saiba que grandes transformações ocorreram ao longo dos tempos e que esta não é uma questão que possa ser universalizada a todas as mulheres e espaços, ela se mostra como um instrumento de controle, de poder, em uma maneira masculina de adequar discursos, tempos e espaços possíveis às mulheres, da sua esfera privada à social. No esporte, a rotina de competições, eventos e treinamentos parece reforçar esse discurso, anexando compulsoriamente maternidade e maternagem a toda mulher, como se fosse algo de sua responsabilidade individual. Concomitantemente, concebe-se o espaço esportivo de maneira que gestação e cuidado de uma criança não se fazem possíveis; enquanto isso, para os atletas homens, a questão da paternidade é, quando considerada, superficialmente elaborada, sem pesos, culpas ou grandes responsabilidades (FETTER, 2021).

Em contrapartida, uma pesquisa apresentada em 2006 com treinadoras da liga universitária estadunidense, a NCAA, apontou que, para uma possibilidade de sucesso na conciliação entre a carreira de treinadora e a família, há uma série de requisitos das estruturas sociais os quais as treinadoras mães apontaram ter: a importância de cônjuges com grande parceria; uma rede de apoio com amigos e parentes dispostos a auxiliar; além de menções à necessidade de priorizar e modificar padrões e expectativas, como aprender a delegar, pedir e aceitar ajuda – habilidades essenciais ao enfrentamento dos desafios encontrados (KILTY, 2006). Mas, ressalto novamente, a questão da família e do cuidado com filhos é abordada como incumbência apenas das mulheres.

---

<sup>22</sup> Trecho original: “[...] it is the man's body, its sexuality, minimal responsibility in procreation, and conventional control of emotions that pervades work and organizational processes. Women's bodies - female sexuality, their ability to procreate and their pregnancy, breast-feeding, and child care, menstruation, and mythic "emotionality" - are suspect, stigmatized, and used as grounds for control and exclusion.”

Trazendo mais algumas subjetividades à tona, temos a relutância de homens em ter treinadoras como colegas (ou até subalternos a elas), que se apresenta como um grande obstáculo, acompanhado de um grande reforço da retórica sobre as mulheres pertencerem ao privado. Entretanto, a maternidade e sua função na vida doméstica, culturalmente construídas e impostas como funções femininas, impedem o ingresso, o progresso e a continuidade nessa área do esporte.

Enquanto atletas homens relatam que a infraestrutura do local de trabalho são problemas a serem enfrentados, atletas mulheres declaram que a conciliação desse duplo papel é o que as afasta do esporte como treinadoras, ao fim de suas carreiras em quadra – além de questões de ordem intrínseca, como a superação de dificuldades emocionais. Enfim, há uma estrutura subjetiva do e para o homem, no nível individual e no coletivo, que suporta e consolida o seu trabalho, à medida que a mulher deve provar para si e para os outros que é capaz de exercer esse papel (FETTER & SILVA, 2011).

Afora a questão da maternidade, diversos estudos apontam as razões pelas quais há poucas mulheres ocupando cargos de treinadoras. No mesmo estudo supracitado, Kilty (2006) identificou barreiras externas que interferem nas oportunidades profissionais como treinadoras para mulheres, e dividiu essas barreiras em quatro subcategorias: assunção desigual de competência, isto é, um treinador homem já tem assumida sua competência, enquanto as mulheres precisam demonstrar a sua arduamente; a contratação a partir de um princípio de similaridade, ou seja, em um ambiente dominado por homens, a contratação será de maioria masculina; homofobia, com práticas discursivas em que treinadoras competentes tem sua sexualidade discutida em público, como se fosse algo correlacionado; e a falta de mentoras do sexo feminino, tanto no que se refere à busca por modelos, como na relação de confiança, encorajamento e compartilhamento de experiências.

Já Oliveira (2004), em uma análise no contexto brasileiro, apontou alguns aspectos encontrados quando mulheres ocupam o cargo de treinadoras: mudança no comportamento, mas com reforço a estereótipos femininos; uso de transferência da figura materna na relação com atletas; interação dificultada com treinadores homens que, provavelmente, consideram uma ameaça a hegemonia masculina naquele espaço; resistência, por parte de clubes, na contratação de mulheres ao trabalho de treinadoras e de dirigentes; e, por fim, modelo de treinadoras que

possam inspirar e influenciar outras mulheres a verem esse espaço como uma possibilidade concreta. Fetter e Silva adicionam (2011, p. 191):

A resistência por parte dos homens ao pensar ter uma mulher como companheira ou liderando sua comissão técnica torna-se também mais um obstáculo nessa caminhada feminina. Somado a esse aspecto, sua função de “provedora” é vista com outra barreira, impedindo o sucesso na sua carreira. O grande número de viagens, jogos aos finais de semana, quantidade de horas dispensadas com as/os atletas e com os treinamentos, entre outras características do esporte de alto rendimento, são constantemente postos como concorrentes à opção da maternidade e casamento.

Não podemos desconsiderar ainda que o cargo de treinadora localiza-se em um ambiente que, para muitas mulheres, é lugar de opressão, injustiças e assédios de diferentes tipos, naturalizados por muito tempo. Para alguém que já sofreu com esses fatores durante seu tempo de atleta, por dirigentes ou treinadores, persistir no espaço esportivo, que é dirigido e comandado em seus mais preciosos e menores detalhes por homens (que detêm o poder sobre a relação com autonomia no trabalho, regras, verbas e condições estruturais), parece não ser apenas um empecilho, mas um grande e limitante obstáculo (RUBIO & VELOSO, 2019)

Contudo, parece haver uma espécie de teto de vidro, uma barreira invisível e intransponível, que garante às mulheres muitos dos espaços dentro da pirâmide, mas nunca o topo do espaço esportivo. Alguns estudos utilizam-se dessa metáfora do “teto de vidro”, que se coloca não como uma obstrução individual ou explícita, um limite pessoal imposto a uma mulher por suas características, mas sim como um obstáculo coletivo, aplicado às mulheres enquanto grupo, e que parte, ao menos nas sociedades ocidentais industrializadas, da organização dos gêneros (PFISTER, 2003; 2010).

Norman (2008), concorda com a questão coletiva; todavia, compara o acesso feminino ao cargo de treinadora com o gargalo de uma garrafa, afirmando que a cada momento em que uma mulher se aproxima do topo, mais estreito são os caminhos e as oportunidades para ela. Essas análises mostram ainda mais as dificuldades, os obstáculos e os impedimentos para que mulheres alcancem esse posto tão relevante no esporte, e que a princípio pareceria naturalmente entregue a

atletas ao fim de suas carreiras como uma possibilidade real e factível, sem quaisquer objeções ou questionamentos acerca de suas escolhas pessoais e outros papéis sociais.

Dessa forma, parece-me que há uma construção nas objetividades e subjetividades, implícita e explicitamente, que faz com que mulheres sejam representadas em um número muito baixo como treinadoras. Há uma associação constante, declarada ou nas nuances, que sempre anexa essas construções sociais, especialmente em um modelo colonizador, a todas as mulheres, naturalizando-se seus papéis sociais, retirando-lhes suas identidades.

Na modalidade foco deste estudo, essa relação se mostra fortemente desigual, e suas particularidades precisam ser aprofundadas e observadas com cuidado. Na busca por entender as especificidades do voleibol e da ausência de treinadoras no alto rendimento, as vozes e narrativas daquelas que viveram a modalidade profissionalmente possibilitam entrever os vestígios e elementos para a compreensão desse cenário.

## 7. VOZES E VESTÍGIOS

Os textos que se seguem neste capítulo apresentam elementos dos encontros realizados com as três atletas escolhidas para esta pesquisa. Todas as conversas foram realizadas de forma remota, mas não sem acolhimento e escuta. Ao longo das narrativas, deparamo-nos com diferentes vestígios, indícios e reflexões que nos mostraram parte daquilo que pode se caracterizar como os obstáculos para as atletas ocuparem lugares de comando nas comissões técnicas. Os relatos, como apresentados aqui individualmente, seguem a ordem cronológica da participação das atletas nos Jogos Olímpicos.

Como estratégia para este capítulo, serão utilizadas sempre as aspas para caracterizar algo referenciado pelas atletas de forma explícita, como dito por elas nas suas narrativas, quando evoca suas memórias e inferências ou cita falas de terceiros. Tal estratégia não objetiva uma análise de discurso ou uma busca de dados quantitativos, mas sim uma exemplificação das linhas de pensamento que desenvolvemos, na forma e intensidade com que a entrevistada verbalizou.

Trataremos, assim, de três aspectos importantes para esta pesquisa: da formação da atleta enquanto sujeito, da maneira como ela se enxerga, se constitui, das questões vividas ao longo de sua carreira, dos momentos marcantes e das conquistas; da condição de ser mulher no esporte, dos momentos em que ela, objetiva ou subjetivamente, nos traz elementos que nos remetem às questões de gênero, das possíveis desigualdades, dos desconfortos e obstáculos; e da sua transição de carreira, dos fatores envolvidos na decisão, das possibilidades e estratégias, bem como dos caminhos futuros que ainda estão em seus sonhos ou projetos.

Ao abordar a formação de cada atleta, fica mais evidente a sua construção identitária, o seu histórico familiar e social, o seu lugar de fala, os seus valores. Tais elementos são fundamentais para compreendermos a perspectiva dos pontos que elas abordam, os obstáculos muitas vezes implícitos que elas tiveram que superar, as barreiras que as impediu de alcançar outros espaços, e até mesmo as violências que sofreram e podem ter marcado sua trajetória.

Especificamente sobre as questões de gênero, por mais que esta possa parecer uma tentativa de dissociar a trajetória da atleta de sua condição como mulher na sociedade, procurei destacar apenas os trechos de sua narrativa em que a sua identidade de gênero se tornou explícita ou subjetiva, marcada em sua fala ou presente em entrelinhas, na percepção sobre si, na relação com outras mulheres ou na compreensão do fenômeno esportivo de forma mais global. É impossível dissociar da sua trajetória a sua condição de mulher na sociedade e no esporte, mas é também preciso dar mais destaque a algumas das falas em que essa condição necessita ser enfatizada para uma discussão mais profunda.

Por fim, as falas que se remetem à transição de carreira nos trouxeram vestígios e indicativos que, somados aos trechos anteriores, apresentaram as possibilidades, as motivações e os caminhos que essas atletas puderam seguir ou cogitar durante seus processos de transição. Esses trechos do capítulo expuseram elementos mais concretos sobre como o cargo de treinadora foi ofertado ou pensado, se é que o foi, ao longo da carreira, nos anos finais de disputas dentro de quadra e nos primeiros anos de transição.

Embora as temáticas sejam próximas, a forma, o conteúdo e a intensidade com que cada entrevistada narrou suas questões são totalmente únicos. Dessa forma, como veremos, as questões de gênero, por exemplo, são específicas das suas trajetórias, e cada uma das atletas nos ofereceu apontamentos muito singulares. Entendendo que esses aspectos se entrelaçam, se complementam, se contradizem e se fundem, todo este capítulo se constrói a partir de suas falas e reflexões, produzidas ao longo de cada encontro – quando, como uma atleta verbalizou, “você também me deixam à vontade”, ou, nas palavras de outra atleta, era “como se estivesse batendo um papo, mesmo”.

### 7.1. Jackie Silva: ‘eu tenho que trabalhar, gente!’

*Viver é melhor que sonhar*

Belchior

Ela vem de uma família composta por um irmão, uma mãe dona de casa e um pai goleiro do Vasco da Gama, tradicional clube carioca. Uma família muito atlética, afeita à praia, sendo ali o lazer de fins de semana e feriados, brincando de vôlei, peteca ou futebol. Eram parte do divertimento deles mergulhar, nadar, jogar bola – algo que, na sua narrativa, transmitiu uma conexão, um prazer, um lugar de pertencimento. Com essa rotina, ela também se desenvolveu de forma muito atlética, com grande repertório motor e habilidades. Para ela, era muito fácil jogar um esporte ou aprender um novo.

Por volta dos seus 8, 9 anos, surgiu o interesse em participar da escolinha de voleibol do Fluminense, mas quis o destino que a mãe se atrasasse e não conseguisse levar a filha. Talvez carregando uma culpa materna, a mãe da Jackie foi pedir para o treinador da escola em que ela estudava para que a filha fizesse parte da equipe de vôlei. Mas a menina ainda era muito pequena, e o treinador somente trabalhava com a categoria adulto. A mãe insistiu, convenceu o treinador a ajudá-la por ali, e, ao fim de suas aulas, a menina subia para a quadra e ficava à espreita, na parede, com uma bola.

“Como a parede não errava”, até que foi bom para que ela se esforçasse ao máximo para não errar também. Ao fim de cada treino, o treinador Ênio Figueiredo fazia alguma atividade, um exercício ou um jogo com a menina, fazendo com que ela aguardasse por esse momento. Foi esse treinador que levou a Jacqueline Silva, ou somente Jackie, então com 10 anos de idade, para as categorias de base do Flamengo, junto com outras meninas que aquele treinador, também recém-chegado ao clube, convidou para montar sua equipe.

Jackie era reserva do mirim quando, em uma final de Campeonato Brasileiro, e vestindo uma camisa que alcançava seus joelhos, entrou na partida para fazer algumas defesas no fundo de quadra que acabaram sendo importantes para a conquista flamenguista daquele momento. As notícias do título, então, foram

sobre uma garota muito pequena que defendeu as bolas e ajudou a garantir a conquista – recorte de jornal que ela guardou por muito tempo na porta do seu armário. Foi se desenvolvendo na modalidade, subindo as categorias e sempre as disputando acima da sua idade. Foi um desenvolvimento pelo prazer, com muita vontade de fazer aquilo bem.

De forma muito precoce, aos 14 anos, foi convocada para a Seleção Brasileira feminina de vôlei adulta. Ela não se via pronta para aquilo, especialmente nos quesitos emocionais, de maturidade. A escola, além de deixar de ser sua prioridade, deveria se adequar à sua nova rotina; e a jovem também teve que contar com algumas ajudas para ser aprovada nas diferentes matérias. Ela mesma considera esse processo “uma forçação de barra”, uma mudança na vida de uma menina que, por maiores as habilidades técnicas e táticas, pouco pôde cuidar da maturidade cognitiva e emocional.

Foi cortada da seleção já naquele ano, reconvocada no ano seguinte, cortada novamente. Esse processo se desenrolou por muito tempo. Era cortada por ser jovem demais ou por ser indisciplinada, ou então acabava por pedir dispensa, porque sua mãe não concordava com algumas questões daquele ambiente. Ali, já perto dos 17 anos, Jackie estava morando em Belo Horizonte, longe da família, longe de casa, e o que antes era um prazer e despertava grande motivação intrínseca, passou a ser uma atividade muito profissional, com concentração e organização institucional: “deu uma certa desanimada”.

Na seleção, sentia que havia uma panelinha das jogadoras mais velhas e titulares, e que ela, tentando buscar seu espaço, acabava sendo excluída ou levando muita culpa, junto com sua amiga desde aqueles tempos, a Isabel Salgado, ou simplesmente Bel para ela: “Eu nunca tive muito grupo, no meu grupo era eu e a Isabel”. Foi essa amiga que acompanhou muito da sua trajetória; ambas dividiram histórias e momentos de seleção, apoiavam-se e tinham a liberdade para criticarem-se mutuamente durante todo o percurso das duas – uma amizade que transcende em muito às quadras

Mesmo entre essas idas e vindas na seleção, Jackie conquistou uma medalha panamericana em 1979, e teve sua primeira participação olímpica nos Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980 – vaga conquistada graças ao boicote dos países do bloco capitalista. Nos Jogos de Los Angeles, em 1984, conquistou o



mesmo sétimo lugar da edição anterior, mas em solo estadunidense foi eleita a melhor levantadora da competição.

Essa era uma fase ainda amadora, as jogadoras não precisavam do voleibol para viver, mas a modalidade – e o esporte de forma geral – mostrava um crescimento, uma busca por uma estruturação para a profissionalização de todos os seus componentes. E é após os Jogos de Los Angeles que Jackie narrou perceber um crescimento, dentro dela, de uma consciência em relação à profissionalização, uma vontade maior de lutar por condições e estruturas, pelos valores em que acreditava.

Foram esses também os Jogos da Geração de Prata, a equipe masculina de voleibol, que conquistou, pela primeira vez, uma medalha olímpica. Aliás, no Rio de Janeiro, era habitual encontrar com aqueles jogadores, jogar com eles pelas praias, no clube. Esse grupo de jogadores foi também uma inspiração naquele momento para ela – que, ao fim de seus treinos, corria para vê-los jogar. Por acompanhá-los, ela percebeu um tratamento já profissional dentro da CBV.

Vendo os seus sacrifícios para estar na seleção feminina, em detrimento das condições que recebia, a atleta entendeu que deveria lutar por igualdade de condições e mostrar contrariedade frente às decisões e ordens das instituições que comandavam o voleibol brasileiro. Em Los Angeles, ela já havia mostrado seu descontentamento, não seguindo a regra de permanecer na Vila Olímpica e procurando alguma praia que tivesse o novo esporte que ela tinha visto em uma revista – nem que, para isso, ela tivesse que fazer amizade com o pessoal da Vela, afinal, eles saberiam ajudá-la a achar uma praia. Foi aí que uma semente começou a ser plantada, ao ver o novo movimento que surgia nas praias californianas. Quando Jackie retornou ao Brasil, aquela ideia de um voleibol na praia ainda estava em sua mente.

Ao fim da temporada, época de renovações, descobriu que a importante levantadora peruana Rosa Garcia estava sendo sondada para o seu lugar, pelo dobro do valor que ofereciam a ela. Mais uma vez sentiu-se desvalorizada e, depois de tentar se equiparar em termos financeiros à jogadora peruana, viu-se sem clube para jogar por aqui. Somada a isso, havia também uma desavença com o então presidente da CBV, Carlos Nuzman. Após uma transação financeira com uma marca esportiva, que demandava a ambos os naipes a utilização de seus uniformes, a

atleta percebeu que o masculino tinha compensações financeiras, e o feminino, nenhuma; então, a Jackie resolveu colocar seu uniforme do lado avesso.

Não foi uma tentativa de revolução coletiva; ela fez aquilo por ela mesma e viu-se isolada. Aquela atitude repercutiu de tal forma que foi o próprio presidente que a cortou da seleção. Um corte pré-anunciado, pois antes mesmo de chegar para uma conversa em que tentariam mudar as ideias da Jackie, ela ouviu no rádio que “é hoje que vai ter o corte da jogadora de voleibol”. Como sabemos, ela não mudou de ideia, foi cortada; e de lá, terminando uma temporada sem clube, com sua cabeça já se voltando para outras propostas, ela foi para os Estados Unidos.

Além de buscar a modalidade com a qual tinha se encantado, estava também na busca por encontrar sua própria identidade, tentando ver além das estruturas esportivas e amarras que as instituições impunham. Já havia participado do voleibol em todos os níveis, desde a categoria de base até adulta, de competições brasileiras aos Jogos Olímpicos, mas precisava resgatar a paixão, a diversão e liberdade que sentia antes, ao estar em quadra.

Mas aquele início no voleibol de praia estadunidense não tinha tanta profissionalização tampouco; muitas vezes as premiações consistiam em um *cooler* para armazenar refrigerante ou cerveja, ou um jantar para dois em algum restaurante da região. Naquele momento, era disso que ela precisava. Pois juntou-se a isso um reconhecimento por ser uma levantadora olímpica, com convites para auxiliar em treinamentos de universidades, ou mesmo times profissionais dos Estados Unidos.

E, como que também para inflar o ego, houve o convite para disputar o Campeonato Italiano, no período do ano em que as competições de praia não aconteciam. No que era considerado o campeonato das melhores jogadoras do mundo, ela obteve a premiação da melhor jogadora estrangeira, no seu primeiro ano. No segundo ano, ao compor equipe maior e mais estruturada, ela pediu para rescindirem seu contrato antes do fim, pois toda aquela estruturação, institucionalização e falta de liberdade estavam novamente tirando seu prazer de estar em quadra.

Em definitivo nas praias estadunidenses, a atleta ajudou a fundar a Associação de Jogadores Profissionais e viu, em dois anos, uma grande expansão da modalidade, o que consolidou a sua condição, inclusive financeira, de jogadora de voleibol de praia. É nesse momento também que conhece o Pete Zartman,

encontro que sobrepujou o que aquela jogadora conhecia até então sobre a função de treinador.

Ele foi capaz de ensinar questões técnicas, dissociando e melhorando seus movimentos, explicando questões táticas e melhorando sua visão de jogo. Mas a transformação maior ocorreu no entendimento que ele consolidou sobre esporte e carreira. Pete ensinou Jackie a se tornar uma atleta completa, tanto nesse “problema meio indisciplinar”, quanto no planejamento de carreira, isto é, a pensar os próximos passos e etapas de sua estabilização e profissionalização no esporte. Embora ela não tivesse a menor vontade de disputar novamente uma edição olímpica, pois estava entre as melhores jogadoras do mundo de voleibol de praia, o treinador fez com que ela se dedicasse não apenas a si, mas à função de ser precursora no voleibol de praia no Brasil.

Seguindo as instruções do treinador, voltou para o Brasil ao fim de 1993 e encontrou a jovem jogadora Sandra, muito diferente dela em aspectos emocionais, mas que aceitou o desafio de ir treinar nos Estados Unidos, com o objetivo de ganhar a medalha de ouro olímpica. Nesse momento da narrativa, Jackie reconheceu que suas conquistas acabaram por sair muito barato para o Brasil, uma vez que pouca estrutura recebeu das instituições brasileiras.

Nesse primeiro ano, com muitas brigas e poucos resultados positivos, parece que houve o entendimento de que ambas tinham o mesmo objetivo, apesar de todos os obstáculos. Ao retornarem para o Brasil, a diferença delas para as demais duplas das competições brasileiras era muito grande. Mas, em 1995, mais um obstáculo se apresentou para ela de forma institucional: Nuzman, novamente, chamou Jackie para uma conversa e a informou de que elas deveriam escolher entre disputar as competições nacionais, tendo assim chances de representarem o Brasil nos Jogos de Atlanta, em 1996, e as competições dos Estados Unidos. Se optassem pelas últimas, elas não teriam a oportunidade de representar o Brasil na estreia da modalidade do vôlei de praia nos Jogos.

Oito anos depois daquela manifestação com a camisa ao avesso, Jackie se mostrou muito mais madura e, embora estivesse trocando o “cem pelo zero”, confiou em seu treinador, vendeu todas as coisas que tinha no seu país de morada e voltou para o Brasil. A superioridade de sua equipe frente a qualquer outra por aqui lhe garantia muita confiança. Em competições internacionais, entretanto, as estadunidenses ainda eram superiores naqueles primeiros anos. Três meses antes

dos Jogos, porém, as brasileiras começaram a ter resultados internacionais expressivos, somado a isso seu grande reconhecimento individual, o que lhes deu um certo favoritismo nos Jogos – para o pavor da Jackie.

Chegando aos Jogos, ela queria uma casa fora da Vila Olímpica, pois sabia que as condições dentro da Vila não seriam as ideais para que ela atingisse seu objetivo. Ela acreditava que, para ser campeã olímpica, havia toda uma trajetória a ser percorrida. Sua memória pouco reteve das outras partidas, focando na semifinal contra as donas da casa e na surpreendente vitória da outra equipe brasileira – que não se configurava como uma possibilidade real antes dos Jogos. “O Brasil parou”, embora ela não tenha entendido muito naquele momento toda aquela euforia. E sabia que seu foco não estava na final entre brasileiras, mas na conquista da medalha de ouro.

Aproveitou a aprendizagem com o treinador Pete para organizar cada etapa daquele dia. Desde a comida até o trajeto, nada poderia dar errado. Na final, a dupla adversária entrou com uma estratégia diferente e inteligente, o que desestabilizou um pouco a equipe de Jackie. Mas não o suficiente para que ela não conseguisse transmitir calma para sua parceira, vencer aquele primeiro set nervoso e o segundo com mais tranquilidade. Ela confessou, em sua narrativa, que “passou assim, um cineminha durante o jogo”.

Pronta para as comemorações com seus amigos e pessoas queridas, foi sorteada para o exame *antidoping* e, após as duas horas dos procedimentos da testagem, não encontrou quase ninguém mais na arena. O que encontrou foi uma limusine à sua espera que a levou para uma festa protocolar da Federação Internacional, num lugar cafona; ela, ainda cheia de areia e com agasalho de competição.

Após aquela conquista, que a colocou na história olímpica brasileira, ela conseguiu jogar muito tempo ainda. Disputou por muito tempo o circuito brasileiro e mundial, até perceber que aquele prazer começava a se esvaír nas eternas amarras que as instituições lhe colocavam. A praia ajudou na sua longevidade, já que era um desgaste menor. E durante toda sua carreira, teve como parceiras atletas mais novas; colocava-se então muito mais do que sua dupla, mas como alguém que deveria ter a paciência para ensinar as artimanhas da modalidade.

Ainda durante a fase competitiva de sua carreira, ela conseguiu desenvolver também as escolinhas, que abriu logo que voltou com o título olímpico.

Ainda que houvesse a possibilidade de utilizar seu nome para ampliar o voleibol de praia – e seu negócio –, o projeto da Jackie foi sempre uma escola, mais focada no ensinar com cuidado e atenção do que numa generalização de uma metodologia específica de ensino. Ela pareceu gostar da proximidade com quem ensina, deleitar-se em acompanhar o desenvolvimento de cada atleta por quem ela passa.

Desde cedo, quando ainda estava na base, ouviu de treinadores pedidos para ajudar as categorias menores. Aquilo parecia ser um caminho natural para ela. Inclusive, chegou a treinar algumas atletas de alto rendimento, mas sentiu-se sobrecarregada frente a todas as exigências que uma treinadora no voleibol de praia tem. Na quadra, confessou, o espaço machista e as poucas referências sempre foram barreiras.

Conseguiu uma longa carreira nas areias, até os 44 anos de idade, com grandes e importantes premiações, tanto em sua atuação nas quadras, quanto em sua paixão por ensinar o esporte, com seus projetos de desenvolvimento da modalidade, que lhe renderam uma premiação pela UNESCO. Mas, apesar de tudo, carregou uma marca que foi carimbada nela, das suas primeiras convocações para a seleção e dos protestos com os uniformes do patrocinador no lado avesso.

Em certo tom melancólico, narrou que suas escolhas e lutas por igualdade de gênero no passado a fizeram pagar altos preços e ser excluída de diversas oportunidades. Para ela, foram essas escolhas que a tiraram, por exemplo, da possibilidade de carregar a tocha olímpica quando os Jogos foram realizados no Rio de Janeiro, mesmo sendo a primeira mulher brasileira a conquistar uma medalha olímpica de ouro – nunca é demais lembrar. Ela ainda se mostrou pensativa sobre quantas outras possibilidades lhe foram tiradas por defender sua opinião, lutar pelo que acreditava, propor mudanças e pedir que atletas tivessem mais voz.

Ao mesmo tempo, continuou a construir o seu trabalho, compor parcerias e agregar contribuições onde quer que ela fosse chamada – ainda que sua amiga Bel ficasse enlouquecida com algumas de suas escolhas. Ela foi categórica ao afirmar que seu trabalho com esporte vai além das divergências e contradições dos setores governamentais: independentemente de sua posição política ou de quem está nos altos postos do poder público, “eu tenho que trabalhar, gente”.

Outro grande mérito da Jackie é conseguir utilizar-se de seu nome e suas conquistas, mas sobretudo de seu conhecimento e suas capacidades, para desenvolver atletas no voleibol de praia, mais especificamente, nos passos iniciais

daquelas e daqueles que desejam caminhos maiores, como um encaminhamento para universidades dos Estados Unidos. Entre relações complexas com os poderes públicos que viabilizam seus projetos, a maturidade faz com que entenda a necessidade de ocupar os espaços, ainda que tenha desacordos com diretrizes e posicionamentos, sendo alçada inclusive ao posto de embaixadora dos Jogos Estudantis Brasileiros, o que demonstra a importância da sua figura, o alcance da sua imagem e as possibilidades de atuação que ela pode ter.

#### 7.1.1. As questões de gênero

Segundo sua narrativa, sua configuração familiar, os fins de semana e os feriados constantes na praia democratizaram o seu acesso a explorar seu corpo, ao brincar, ao aprender e ter prazer pelo movimento. Em nenhum momento ela declarou ter sido cerceada ou limitada, mas é parte de uma família que lhe mostrou as possibilidades, a incentivou e apoiou para a escolha daquelas que seriam as suas práticas esportivas. Foi o esporte que, aos poucos, lhe apresentou as desigualdades de gênero, as diferenças de tratamento, de oportunidades e de direitos.

Nas suas primeiras convocações para a seleção brasileira, ainda muito jovem, criou-se uma disputa interna que nenhum treinador – entenda-se, alguém com liderança e suposta maturidade para tal – conseguiu solucionar. Uma disputa que seria normal, por espaço e titularidade na própria equipe, tornou-se uma briga de meninas egocêntricas, ainda que muitas vezes os desgastes das viagens e dos calendários desorganizados fossem mais combustíveis para os desentendimentos. Restavam sempre, quase como regra, algumas selecionadas a sofrerem uma punição; e no caso, Jackie foi cortada algumas vezes com essa alegação.

Mas, com o tempo e o amadurecimento na seleção, outro obstáculo nas relações de gênero se colocou de forma impiedosa para aquela atleta cheia de valores e uma gana por lutar pelo que acreditava: a geração masculina de 1984, prata nos Jogos daquele mesmo ano, não recebia apenas um tratamento diferenciado de fãs – grupo com o qual Jackie também se identificava. Houve, naquele momento, um conjunto de condições entregue ao selecionado masculino, de forma que suas práticas, espaços e premiações eram também diferenciados.

Explicitou-se naquele momento, graças à atitude da Jackie, uma diferença que estava colocada pela CBV. A seleção masculina possuía uma estrutura profissional à sua disposição, enquanto a seleção feminina ainda vivia o amadorismo naquilo que a instituição lhe ofertava. O estopim teria sido o acordo financeiro com a empresa de materiais esportivos e a divisão desses recursos pela CBV: não fazia sentido, para a Jackie, que os dois naipes estampassem em seus materiais esportivos o patrocinador, e apenas o conjunto masculino recebesse uma compensação financeira, uma vez que elas também expunham a marca e suas próprias imagens: “a gente tinha que lutar por aquilo”.

A postura de começar a brigar pelos seus direitos, por aquilo em que ela acreditava, era uma postura muito individual; ela fazia aquilo não de forma coletiva e organizada, para criar uma revolução, mas para demonstrar seu descontentamento e conquistar direitos para si. Nesse momento da sua narrativa, ela apresentou uma coerência ímpar, compreendendo as diferenças de resultados entre os dois naipes, pois o feminino tinha conquistas menos expressivas; mas é importante marcar que o selecionado feminino tinha conquistas relevantes, mesmo sem as mesmas condições dadas aos homens.

Na discussão com o chefe máximo da instituição, a argumentação era exatamente esta: os resultados da seleção brasileira masculina eram mais relevantes e consistentes. A seleção feminina deveria, então, primeiro conquistar títulos e lugares importantes internacionalmente, para então impor-se por mais direitos, recursos e um contexto mais profissional. Uma argumentação, vale ressaltar novamente, que perdia o seu sentido, uma vez que atletas homens e mulheres estavam na mesma condição no que se refere a expor a marca – além de ser uma configuração que apenas amplia as desigualdades entre os gêneros.

Curiosamente, ou não, quando retornaram para o Brasil após as conquistas, nos Jogos de Atlanta, da medalha de ouro e de prata, por Mônica e Adriana, os torneios de voleibol de praia pagavam premiações mais altas às duplas masculinas. Apesar da conquista inédita e única – as duplas masculinas sequer pegaram medalhas – e das arenas lotadas para vê-las jogar, a argumentação era de que havia um maior número de duplas masculinas disputando os torneios e, por isso, o prêmio era maior.

É necessário marcar essa mudança de justificativa em um curto período de tempo, para questões relativamente muito próximas. Em um determinado

momento, são os resultados em quadra que determinam a premiação; em outro, não muito distante, é a quantidade de atletas, e resultados não importam mais. O que é igual nos dois casos é que ambos os momentos favorecem os atletas homens, são dadas a eles as melhores condições, estruturas e recompensas. Em mais esse momento, a Jackie tem que utilizar-se de sua voz, agora como campeã olímpica, para que essa desigualdade não se perpetuasse.

Embora nunca tenha sido seu objetivo principal, ela acabou por se tornar, ao longo de sua carreira nas quadras, a porta-voz de um movimento que transcende as suas conquistas. Sua voz se tornou coletiva, na luta por direitos mais equilibrados para as mulheres atletas. “Mas só que aí ela vira briguenta”, ela argumentou, contando que foi se construindo uma narrativa covarde em torno dela, pois aqueles detentores das narrativas oficiais a colocaram nesse lugar.

Foi um lugar em que foi colocada em uma tentativa de isolá-la e silenciá-la, de rotular o discurso da atleta sempre como generificado, de difícil relacionamento, questionadora em demasia. De certa forma, tiraram-lhe inclusive o prazer e a motivação intrínseca por uma representação nacional nos Jogos Olímpicos. Foi necessário muito convencimento de seu treinador americano para que ela entrasse na disputa olímpica para vestir a camisa do Brasil nos Jogos de 1996, mesmo consciente de suas possibilidades técnicas para essa conquista – “não tinha a menor vontade de ser campeã olímpica”.

A primeira mulher campeã olímpica, que por essa conquista deveria estar em lugar de grande destaque e exaltação, foi ainda excluída das cerimônias olímpicas durante as Olimpíadas do Rio de Janeiro, para os Jogos de 2016, inclusive de conduzir a tocha olímpica, ato que foi realizado por mais de dez mil pessoas. “Mas isso foi só a tocha, você imagina nesses anos todos quantas coisas que eu não fiz?”. Novamente, construiu-se um discurso que a colocou, enquanto mulher, em um lugar de impotência e de apagamento.

E seus desconfortos em relação às questões de gênero não ficavam restritos àquilo que lhe traria quaisquer consequências diretas, pois ela demonstrou uma empatia na hora de se insurgir. Se, na história da camiseta ao avesso, ela foi excluída e nem teve acesso às conquistas da sua luta – foi apenas um “saque principal” –, em seu período pós-carreira, durante um evento em um centro de treinamento de boxe, ela não se silenciou ao observar mais uma cena de desigualdade e certa violência, que em nada a afetava pessoalmente. Ao ver as



atletas daquela modalidade tendo que utilizar shorts masculinos, sem que fosse perguntado a elas se assim desejavam e aceitavam, e ainda sendo ridicularizadas pelos seus próprios treinadores, que calaram-se e não ouviram os anseios e as opiniões daquelas que se vestiam daquela maneira, ela se posicionou e não deixou o espaço sem que sua opinião fosse externada.

Logo no início de sua narrativa, Jackie sacramentou outra opinião importante, marcando o voleibol como um espaço machista e enfatizando que poucas mulheres conseguem ocupar o cargo de treinadoras. Nesse caminho, ela também salientou a ausência de referências, de modelos que possam servir como base para as mais jovens, lembrando as conquistas da sua amiga Isabel.

Sempre demonstrando disposição para agir, ela salientou que procura colocar suas atletas nesse lugar, fazendo-as experimentar a função, vivenciar um espaço de troca de conhecimento técnico e tático. As atletas precisam experimentar a função, ver que é possível ali estar, que ali é um espaço – como qualquer outro – também delas. Ela disse se impressionar com o voleibol de quadra e a ausência de mulheres como treinadoras, o que coloca as atletas como “totalmente comandadas, [...] não tem uma voz feminina, um olhar feminino”.

Na sua narrativa, as possibilidades, os desejos e as disponibilidades para que ela mesma ocupasse um desses lugares como treinadora apareceram de maneira contraditória e complexa, como o próprio esporte. Por vezes, ela abordou a dificuldade de as mulheres entrarem nesse campo, os entraves e o machismo desses espaços, narrando até algumas de suas tentativas para ali estar, quando treinou atletas importantes do circuito brasileiro. Em outros momentos, sua narrativa se mostrou conformada e feliz com sua atuação em um espaço de formação, de desenvolvimento de atletas. De forma bem marcada no seu relato, também está a consciência de um conhecimento para atuar nas duas frentes, faltando-lhe espaço e consistência.

De todo esse contexto, o que se apresentou no momento do encontro em que expôs sua narrativa foi uma pós-atleta com consciência da sua voz; da importância de suas lutas e conquistas, dentro e fora da quadra; das desigualdades que as mulheres atletas e pós-atletas enfrentam ao longo de suas carreiras ou em seus processos de transição, faltando-lhes estrutura, recursos e oportunidades. Soma-se ainda a percepção de um poder hegemônico que controla a história oficial e procura diminuir e apagar o lugar da primeira mulher brasileira a conquistar uma

medalha olímpica de ouro – tentativa que, empreendida contra uma pessoa com a força e a resiliência de Jackie, é na verdade impossível.

### 7.1.2. A transição

“A coisa mais difícil que tem é você realmente parar de jogar e virar qualquer outra coisa”, afirmou a campeã olímpica, logo após iniciar sua fala sobre a transição de carreira. Sua narrativa apresentou importantes e profundos aspectos acerca da transição. Tais elementos se fundem à sua formação e às questões de gênero, mas sobretudo ampliam o olhar, ao trazer outras perspectivas, de exemplos compartilhados com ela e vividos por pessoas próximas, e ainda ao refletir sobre formas de se transformarem essas questões ativamente.

Segundo a atleta, não há qualquer preparação ao longo da carreira, pelas instituições esportivas, para quando atletas finalizarem suas fases competitivas. Não há a construção de nenhum pensamento sobre o dia de parar de jogar, sobre o que fazer no dia seguinte, “e, de repente, do dia para a noite, aquilo acaba”. A impressão que se tem, quando se escuta sua narrativa, é de que esse processo parece retirar de atletas os seus objetivos de uma rotina diária, fazendo-as questionarem-se sobre os motivos de ir treinar em uma academia, por exemplo. Ou então: para que acordar cedo? Uma reconstrução forçada e abrupta de metas e planos, uma perda de significado e identidade.

Nesse sentido, um encontro em Cuba com outra ícone da modalidade, Mireya Luis, tricampeã olímpica, provocou reflexões. Naquele momento, Jackie se deparava com alguém que também sofria com o fim da carreira esportiva, alguém que se viu doente e sem saber o que fazer – muito embora ainda houvesse um projeto de transição de carreira naquele país e o encaminhamento de muitos atletas cubanos para atividades ligadas ao esporte, como marketing e gestão, além do próprio treinamento.

Para Jackie, ainda mais sendo uma atleta bem sucedida, a dificuldade estava, não só no começo de uma carreira nova, mas também na necessidade de provar suas qualidades naquilo que estava fazendo, seus conhecimentos, escolhas e ações – sem mencionar a perda de um status que antes se tinha facilmente. Independente da área, finda a carreira nas quadras, um processo totalmente novo se

coloca, quando seu valor deve ser conquistado e provado, pelo menos para as mulheres atletas.

A escolha dela em parar de jogar, por mais que as condições físicas não lhe fossem uma grande questão, deu-se por um esgotamento mental. A cabeça cansada, de ter que se pôr à prova frente aos treinos diários; a convivência permanente com dores; as atletas jovens, que têm como grande objetivo vencer aquela campeã olímpica do outro lado. “Você é melhor que eles, mas pô, você não tá mais disposto a fazer aquilo que aqueles caras tão fazendo”.

A visualização dessas questões já colocava a cabeça e o foco da Jackie em outro lugar. Questionamentos começaram a ser frequentes; e, para ela, se estava se questionando muito, a hora de parar talvez já tivesse chegado ou até passado. Além disso, o tempo para a recuperação física após uma partida ou após uma lesão tornou-se maior, e esse foi se somando a todos os outros questionamentos.

O que facilitou a sua vida, no entanto, foi que ela não parou de fazer uma coisa para começar outra. No decorrer da sua carreira, foi desenvolvendo as suas escolhinhas, e ocupando portanto um outro lugar, diferente do de jogadora. Ali, já pôde pôr em prática toda uma forma de entender o esporte: trabalhar a formação do atleta, pensar no desenvolvimento do indivíduo e encontrar também objetivos em outros horizontes, que não aqueles como atleta.

Na sua transição, houve, igualmente, tentativas de alcançar um posto de treinadora de alto rendimento, com duplas importantes em seu currículo. Contudo, considerou esse processo “sufocante”, pois precisaria estar por trás de toda uma estrutura, procurar recursos e patrocínios; e para isso, segundo ela, faltou consistência. Ainda, considerou em sua fala o esporte de alto rendimento como uma “egotrip”, um espaço onde as individualidades estão muito acima do espírito coletivo, onde também lhe faltaram oportunidades e onde, de certa forma, não conseguiu pôr em prática tudo o que conseguia fazer enquanto jogadora.

Mas não houve lamentação na sua fala, porque Jackie considera que se encaixa melhor no espaço de formação, mesmo tendo capacidade para estar no alto rendimento. Como treinadora de base, ela consegue buscar progressivamente algo novo, uma maneira diferente de lidar com atletas, com as estruturas; ali “parece que eu consigo abrir mais portas”. Existem mais escolhas durante o processo, participa-se mais da coordenação, ao mesmo tempo, acompanha-se o

desenvolvimento de atletas, que melhoram dia a dia, enfim, envolve-se com a transformação concreta e visível de cada sujeito.

Nesse contexto, ela enxerga que sua atuação consegue alcançar atletas jovens, atuando em escolas públicas, utilizando sua imagem como inspiração para toda uma geração – que muitas vezes nem a viu jogar. É essa atuação que ela acredita ser sua nova função, esse é o seu trabalho, que pode incluir um número maior de pessoas, diferentemente de um trabalho no alto nível; ali, ela mantém o contato com cada uma e cada um com quem trabalha.

Para isso, ela busca suas parcerias, muitas vezes complexas e dissonantes com seu próprio pensar, para que seus objetivos sejam alcançados. Ela revelou ter que transitar com certa delicadeza em alguns espaços, em prol de um trabalho com o esporte que “tem que ser feito”, sem que fique preso a bandeiras ideológicas. Essa é uma dimensão de que ela procura se esquivar, uma vez mais em benefício do desenvolvimento da modalidade e de atletas – sem deixar de lado os valores em que acredita.

Por fim, cabe destacar que ela descreveu, em diferentes momentos do encontro, a ausência de formação de atletas no que concerne ao fechamento de ciclo de suas carreiras. Se aquela adolescente recém-convocada para a seleção brasileira teve que deixar os estudos menos prioritários em sua vida, esta é uma realidade para qualquer atleta do Brasil: os conflitos entre estudar e tornar-se profissional. Para ela, atletas deveriam ter em sua formação atividades que desenvolvessem suas habilidades para um pós-carreira, seja na gestão, seja no domínio da internet e das mídias.

Ainda que ela já tenha realizado sua transição há algum tempo e conseguido ocupar diferentes espaços, ficou claro em sua narrativa que nem todas as possibilidades foram de fato abertas e apresentaram-se consistentemente como uma opção viável. Se sua entrada nas instituições do voleibol brasileiro não é uma perspectiva concreta, mesmo com toda sua experiência, seu conhecimento e sua visão, o seu trabalho continua sendo feito, suas crenças continuam sendo postas em prática, e seus valores são colocados diariamente no esporte, para seu desenvolvimento e sua transformação.

## 7.2. Érika Coimbra: ‘eu preciso ajudar essa menina’

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça*

*É preciso ter sonho sempre*

Fernando Brant & Milton Nascimento

Nascida em 1980, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a Érika começa se apresentando de forma detalhada, mencionando o horário de nascimento e inclusive brincando sobre signos e ascendentes. Foi lá que ela cresceu, com seus pais sempre por perto, mas com grande liberdade, em uma região mais rural da cidade. Tirando as brigas que arrumava na escola, pelo seu acúmulo de energia, ela estudou até a quarta série a dois quarteirões de sua casa. Após uma mudança de escola, em razão da inadaptação, começou a estudar na escola Pedro Guerra, onde conheceu seu amigo Carlos, amigo até os dias de hoje.

Carlos amava vôlei, achava a modalidade linda e sempre insistia para a Érika assistir aos treinos, que ocorriam após o horário escolar regular. No entanto, ainda que muito se permitisse àquela garota, a mãe de Érika nunca a deixava ficar além do horário por conta dos treinos. Mas, como um chamado, certo dia a Érika ficou. Ela o descreve de forma mágica: “eu entrei no ginásio, parece aquelas coisas clichê de historinha de criança, eu vi as meninas e eu achei aquilo a coisa mais linda do mundo”. Além de se encantar com joelheiras, tênis e cabelos bem arrumados para o treino, o encantamento se deu também por uma semelhança física, que de certa forma fazia a Érika sofrer certo *bullying* em outros espaços: a altura.

Chegando em casa, ela foi logo pedindo uma joelheira para um pai que nem sabia que equipamento era aquele, mas atendeu ao pedido da filha. “Toda fantasiada” de jogadora de vôlei, ela tomou a iniciativa e foi direto ao treinador da equipe, Gerston, que, sem graça, teve que dizer não àquela menina, pois não havia vagas na equipe. A gravidez precoce de uma das meninas do time abriu, porém, uma vaga, e Érika foi para o teste realizado com a escola inteira. Aprovada, em três meses ela já era titular da equipe e, em menos de um semestre, começou a treinar no clube Mackenzie.

No entanto, a menina cheia de personalidade achou aquele início no Mackenzie algo muito profissional, e inventou umas historinhas, de “que tinha caído no buraco”, para não voltar ao time. O que na verdade também assustava Érika era

a convivência com as meninas da zona sul, meninas de um outro perfil – “aquilo era muito assustador”, segundo suas palavras. Após grande insistência da treinadora Regina, ela voltou para o Mackenzie no ano seguinte, e acabaram por ganhar o campeonato metropolitano e tudo o mais que apareceu. Foi convocada para a seleção brasileira infante em 1995, categoria acima da sua idade, e logo participou também da seleção juvenil, duas categorias acima.

Se, no início do clube Mackenzie, ela ganhava o vale-transporte – que trocava por coxinha e Coca-Cola, se virando para conseguir uma carona depois –, logo conseguiu uma ajuda de custo e em seguida um patrocínio do jornal local, em três anos de dedicação ao clube. Consciente de suas habilidades técnicas, táticas e físicas, era a treinadora Regina que empurrava aquela menina para melhorar ainda mais. Não bastava, para a treinadora, que a atleta mostrasse superioridade frente às demais, mas sim a sua capacidade máxima nos treinamentos e competições.

E foi isso que pareceu ser construído naquela menina, que começou a criar uma motivação com os fatores de que dispunha, buscando ser sempre a melhor da partida, competindo intrinsecamente com as melhores da quadra, com uma autoconfiança que a fazia querer “bater uma bola mais bonita” que qualquer outra em quadra, fosse na sua categoria, fosse na categoria acima, que sempre disputou.

Assim, no seu primeiro ano na base da seleção, ela participou do Campeonato Mundial Infante-juvenil. O Brasil saía vencedor, e a menina Érika, com vergonha de tantas premiações individuais que conquistou. Para ela, aquilo ainda era uma brincadeira, e ela se importava mais em ser igual a suas amigas do que ganhar algum destaque. Em seguida, no Campeonato Mundial Juvenil, para meninas dois, três anos mais velhas que ela, “deu tudo errado”. Apesar de ser a sensação do momento, Érika vivenciou um abalo de energias ruins, primeiro porque uma de suas colegas de equipe sofreu um assédio naquela ocasião, e depois, por sua experiência no teste de verificação de gênero<sup>23</sup>.

Elisângela, companheira de seleção daquele tempo e amiga nos dias atuais, estava com a Érika na fila, e as duas até brincavam que o resultado daria que uma delas era homem. Coletada a saliva, a equipe se preparou para o jogo daquele

---

<sup>23</sup> O teste de verificação de gênero surgiu ainda nos anos 1960, durante o período da Guerra Fria, para evitar que atletas homens, especialmente do eixo oriental, de alguma forma tentassem burlar as regras e competir no naipe feminino.

dia, mas a Érika passou mal. Em seguida, não deixaram ela jogar as quartas de final, solicitando que ela dissesse que estava passando mal. Um encontro casual em uma lojinha de conveniência com a atleta russa Gamova produziu uma cena curiosa: Gamova pegou o jornal com uma foto da Érika e apontou para a brasileira; sem entender o que estava escrito no jornal polonês, essa última apenas pensou: “beleza, legal, né, tô famosa”.

Apenas ao chegar ao Brasil, Érika foi chamada com sua mãe e seu pai ao Minas Tênis Clube, para conversar com o médico da seleção, que anunciou que a Érika não havia passado no teste de verificação de gênero. A família, impactada – a mãe da Érika em certo desespero, sendo inclusive consolada pela filha –, saiu daquele encontro sem muitas respostas, apenas sabendo que seria necessária uma cirurgia.

Naquela situação toda, Érika recebeu o suporte do técnico Bernardinho, que a acolheu, lhe deu toda a assistência necessária, blindou-a da imprensa e também brigou por ela. Indo jogar no Rexona, na cidade de Curitiba, ela teve antes que viajar até Lyon, na França, para passar por mais um teste provando ser mulher, na companhia do Dr. De Rose, médico do Comitê Olímpico Brasileiro daquele momento. Depois de quatro ou cinco dias de testes, ela voltou para o Brasil com a “capa rosa”, a liberação oficial para disputar enquanto mulher, comprovada a existência de uma síndrome, a Síndrome de Morris.

Nesse retorno, houve uma votação com as demais equipes da Superliga para decidirem se ela poderia ou não jogar. Foi liberada e pôde disputar as competições daquele ano. No ano seguinte, porém, ela teve que se submeter à cirurgia, sem grandes explicações sobre quais seriam os procedimentos. O que Érika lembra é do processo dolorido de recuperação, levando mais de um mês para que pudesse retomar uma vida normal. Bernardo, no entanto, obrigava aquela menina a passar no psicólogo, o que a ajudou muito.

Ao longo desse processo, a primeira convocação teria sido em 1997, quando o também treinador da seleção brasileira adulta feminina teve que desconvocar a atleta, que só pôde participar da equipe nacional em 1998. Apesar dos primeiros dias sem conseguir acertar nenhuma bola com a já consagrada levantadora Fernanda Venturini, o nervosismo inicial de Érika foi facilmente superado, pois tinha grande segurança de suas capacidades na quadra.

Naquele momento, ela não queria lidar com as questões e os sofrimentos que pudessem vir de todas as adversidades por que passara; e, ao mesmo tempo, veio o Campeonato Mundial – já pela equipe principal – em 1998. Apesar de seu grande destaque técnico e tático, ela pouco participou daquele torneio em que o Brasil alcançou o quarto lugar, mas recebia de diversos setores (torcida, mídia) o foco nos seus aspectos físicos/estéticos: “ah, é bonitinha, loirinha, musa”, inclusive com presentes recebidos da torcida japonesa. Tudo isso, de certa forma, a ajudou a esquecer, ou ao menos não enfrentar, a questão de outrora.

No ano seguinte, titular também, em virtude de uma cirurgia da Ana Moser, após um terceiro lugar na Copa do Mundo de Voleibol, Érika conquistou com a equipe um importante e marcante resultado: frente às cubanas, que venciam esse torneio havia muitas edições, conquistaram de forma incrível o título, ao final da disputa no *tie-break*. Ali já estava explícita a sua importância para a seleção feminina brasileira adulta.

Chegam então os Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000, e após quinze dias se adaptando ao fuso horário em Camberra, foi para seu primeiro treino no ginásio oficial da competição. Aquela confiança inabalável foi abalada: “Cheguei naquele treino, menino, falei ‘nossa, o que é que é isso?’, eu não conseguia acertar a quadra. [...] Tinha mais ou menos um milhão (um milhão é exagero), mas tinha mil fotógrafos de um lado, mil fotógrafos do outro.”

“Aquela menina marrentinha” voltou para o ônibus triste e preocupada com sua atuação, recebendo o apoio do auxiliar técnico Ricardo Tabach, que a orientou, acalmou e lhe explicou que o jogo da estreia, contra a equipe do Quênia, serviria para auxiliar naquele nervosismo. Érika, como não poderia deixar de ser com qualquer atleta, havia se deslumbrado com um ambiente em que Rafael Nadal, tenista, pegava ônibus junto com ela, Gustavo Kuerten tocava violão em outra roda próxima, e muitos de seus ídolos queriam tirar foto com ela. Dado todo esse ambiente assustador, ela recebeu ajuda das mais experientes, que blindaram-na dessas questões; e, juntas, conquistaram a medalha olímpica de bronze.

No ciclo olímpico seguinte, tumultuado na seleção pela troca de treinadores, um jogo marcou não apenas a Érika ou aquelas que estavam na quadra ateniense. Apesar de ter apenas 23, 24 anos, ela já era uma jogadora experiente e estava fazendo uma ótima participação olímpica; e a equipe avançava bem na competição. No dia da semifinal, no entanto, sentiu uma forte dor abdominal, tendo



que recorrer ao hospital dentro da Vila Olímpica. Com forte medicação, chegou a jogar o primeiro set, mas não sentia-se bem. Por diversas vezes, suas companheiras de equipe insistiam para que ela pedisse para entrar “mesmo se estiver morta”. No entanto, Érika não entrou, o Brasil sofreu uma virada espetacular e, mesmo sabendo que era seu momento, uma quebra ocorreu em diversas direções.

Em 2004, apesar de jovem, a famosa derrota para a Rússia fez com que ela tivesse pela primeira vez vontade de parar de jogar. Após o fim do torneio, quando perderam em seguida para Cuba na disputa pela medalha de bronze, Érika não retornou para o Brasil com as companheiras e ficou uma semana sozinha na Austrália. Preferiu se isolar a ter que enfrentar imprensa e torcida. No retorno, foi a principal contratação da equipe de Osasco e o trabalhou novamente com o treinador da seleção José Roberto Guimarães.

Viu-se então no meio de outras situações em que não tinha poder de escolha, pois uma briga da levantadora titular com o treinador lhe gerou uma proposta de mudança de posição, de ponteira para levantadora. Encontrava-se no centro das questões entre os dois maiores treinadores brasileiros: José Roberto querendo treiná-la na nova posição, Bernardinho afirmando que aquilo acabaria com sua carreira. Foi um ano tumultuado, durante o qual conheceu seu primeiro marido e teve que lidar com a questão de sua síndrome, ao explicar para ele a impossibilidade de ter filhos. Ela recorda, no entanto, que, superados esses desafios, ao fim da temporada, foi jogar na Itália.

Em 2008, com 28 anos, foi campeã nacional pelo Rexona, bem colocada nas estatísticas, mas algo já lhe dizia que não seria convocada para os Jogos de Pequim – talvez por aquele conflito entre os treinadores sobre suas funções em quadra. Na vida pessoal, estava terminando um casamento de seis anos; enquanto isso, jogava novamente pela equipe do Rexona, com o treinador Bernardinho. Era um momento muito difícil, pois havia uma idealização da relação matrimonial. “Pra curar esse amor, eu quero jogar fora”, decidiu.

Por lá, conheceu um outro jogador, que se tornou seu noivo por alguns anos. Passou por Istambul, Azerbaijão e Polônia. Mas, terminado o noivado, voltou ao Brasil novamente para jogar pelo Brasília, equipe que ela rememora com muito carinho, pois a equipe era repleta de grandes amigas jogadoras, como aquela mesma Elisângela da época da base, a Paula Pequeno, e, na gestão da equipe, a Leila.

Após um curto período na equipe de Bauru, surgiu um convite do treinador da seleção feminina, que estava construindo um projeto novo, mas sem recursos financeiros, para jogar pelo Barueri. José Roberto Guimarães acreditava que o nome da Érika poderia alavancar o projeto e, assim, trazer mais recursos. O que ela não lembrava é que o treinador “treina igual maluco”. Em mais um momento de pausa na carreira, decidiu realizar um sonho pessoal, conhecer Israel, e conseguiu uma equipe que tornaria o sonho viável – após ouvir conselhos de que por lá ela poderia jogar “com uma perna”, dada a facilidade do campeonato. Contudo, a equipe israelense não arcou com as responsabilidades financeiras, e a Érika voltou novamente para o Brasil.

Decidiu então realizar outro sonho: morar em Londres e aprender inglês, algo que almejava havia uns dez anos. Ela ficou em uma casa com duas inglesas e, embora muito divertida, foi uma “experiência desesperadora”, pois a Érika não entendia nada do que elas falavam e ficava fingindo que tudo compreendia. Conseguiu fazer alguns *campings*, onde adolescentes de toda Europa iam para aprender sobre vôlei, e a Érika fazia uma presença VIP.

Antes da ida para a capital inglesa, porém, uma festa de uma amiga no Rio de Janeiro alteraria a forma como esse sonho seria construído. A festa foi em uma quarta-feira. Ao invés de voltar no dia seguinte, a atleta decidiu ficar na cidade até o domingo. No sábado, conheceu seu atual marido, Ricardo, e, sem levar muito a sério no início, se deparou com ele passando dez dias com ela logo na sua primeira semana em Londres. Após mais um tempo, ele morou por três meses com ela por lá; os planejados dois meses de um intercâmbio tornaram-se seis; e de lá eles retornaram já casados, passando a morar juntos aqui no Brasil.

De volta ao Brasil, eles encaram as dúvidas relacionadas a mais um sonho, o da maternidade. Entre as possibilidades para realizar esse desejo, a construção de um projeto de adoção entra no radar da Érika. A sua própria voz, ao relatar isso, pensando em ouvir alguém chamando “mamãe”, já muda de tom. Ao mesmo tempo, a pandemia que paralisou o mundo também se fez presente na vida dela, trazendo outras perspectivas profissionais e oportunidades, fazendo-a refletir e buscar muitas direções para sua vida.

### 7.2.1. As questões de gênero

Na vida da Érika, pensar, refletir sobre e lidar com a sua própria identidade de gênero – ainda que outras problemáticas e questionamentos devam ter aparecido em tempos anteriores –, apareceram de uma forma muito abrupta, direta e antes mesmo de se profissionalizar como atleta. Se ela teve uma infância muito livre, sempre com apoio e autonomia para escolher seus passos, tendo iniciativa para ocupar espaços, para permitir experimentar a vida, foi o esporte, no seu primeiro Campeonato Mundial Juvenil de Voleibol, que apresentou para ela, de maneira mais direta e incisiva, as diferenças de direitos, possibilidades e tratamentos de acordo com o gênero de cada indivíduo.

Primeiramente, ela menciona o assédio sofrido por uma de suas companheiras, uma menina de menos de 20 anos, por um desconhecido na rua. Esse acontecimento tão marcante está presente em sua fala ao tratar deste campeonato, enquanto nenhum jogo ou qualquer atuação específica são citados em sua narrativa. Em seguida, vem o momento que mudaria a sua vida de diferentes formas. Hoje, ela consegue observar, problematizar e agir, com relação a tudo o que se passou após o teste de verificação de gênero.

Segundo sua concepção sobre si, seu entendimento e inclusive sua documentação, um teste de verificação de gênero não fazia o menor sentido, sendo tópico de piada, inclusive, na fila do exame, com a amiga Elisângela. Mas o que poderia ser um comunicado cuidadoso de uma síndrome, a Síndrome de Morris, que a atleta possuía, foi informado, após muito tempo de incerteza e a proibição de participar de um jogo, com a seguinte frieza: “Olha, a Érika não passou no teste de feminilidade”.

Aquela notícia não parecia ter o menor cabimento para a Érika, pois seu corpo, de uma menina ainda franzina aos seus 17 anos, era anatomicamente o corpo de uma mulher. Mas soltaram essa “bomba”, sem dar nenhuma grande explicação ou mesmo opção, informando-a apenas que ela deveria fazer uma cirurgia que repararia a questão e que ela não seria capaz de gerar uma criança em seu corpo.

Desprovida, com sua família, de qualquer conhecimento sobre a síndrome, bem como de escolhas, ela foi obrigada a viajar para a França para comprovar que era de fato mulher. Se os seus direitos às opções, à informação e à

identidade sobre seu corpo enquanto mulher já estavam nas mãos de outros, quando ela retorna ao Brasil, outro direito seu é violado: o direito à privacidade. “O Brasil inteiro já estava sabendo, aí cada um achava que era uma coisa, muitos achavam que eu me bombava, outras achavam que eu era hermafrodita.”

Em meio a tudo isso, inclusive com uma votação para que seu futuro no voleibol fosse possível, estava uma menina jovem enfrentando o mundo e que sabia se defender de qualquer coisa que viesse – ou assim achava. Mas, como proteção, apoia-se nos adjetivos relativos à sua aparência física utilizados por imprensa e torcedores. Embora ela saiba que a adjetivação de “musa” a reduziu à sua estética e limitou suas falas sobre sua atuação técnica, o voleibol brasileiro ou outras questões que ela quisesse abordar, essa repercussão na mídia lhe serviu como blindagem, evitando que ela falasse ou respondesse sobre sua síndrome.

Foi uma forma que ela encontrou de não lidar com toda aquela dor, a confusão pela falta de informação e a ausência de privacidade. Deixando-se transformar em “aquela bonitinha, não precisava falar da minha dor”. Isso a fez entender que nada daquilo mudaria quem ela era; nunca vocacionada para o exagero, Érika não quis tornar a questão um drama. Enquanto isso, a opinião pública parecia esquecer-se de que ela jogava vôlei, que era uma atleta de seleção, medalhista olímpica e sempre voltava a focar na sua aparência. Essa foi, e ainda é, quase que uma forma de determinar o discurso que lhe possibilitam fazer, como se quisessem delimitar a Érika em uma questão bem específica.

Seu único incômodo, que a impelia a enfrentar aquela dor, era ter que abordar com um novo parceiro a sua impossibilidade de gerar um filho, algo com que sempre sonhou. A maior dor que viveu foi, com seus 17 anos e aflorando, a notícia do impedimento de gerar um filho em seu próprio corpo. Todavia, com a maturidade ganha ano a ano, ela compreendeu como a maternidade é anexada ao gênero feminino, e que ela própria é oriunda de uma geração em que toda e qualquer mulher era “obrigada a procriar”. Não adepta a permanecer no sofrimento, ela criou uma outra certeza para que o seu sonho pudesse se realizar e começou a entender então que havia alguém que ela precisava encontrar no mundo, e esse alguém, agora, seria seu filho.

Embora por muito tempo tenha se afastado da discussão sobre o assunto, na sua narrativa ela mostrou-se muito consciente dos erros e das violências cometidos contra ela. Entrava “numa guerra de gigantes, sendo uma menina” de

menos de 20 anos. Ela se deparava ainda com uma briga de egos dos principais treinadores do país, ao mesmo tempo em que informações muito pessoais vazavam para jornais do Brasil e da Europa, e muitas pessoas sentiam-se no direito de opinar sobre seu corpo e sua vida. Ela não pôde optar por operar ou não, e viu-se obrigada a tomar medicações que suprissem as novas necessidades hormonais – tudo feito como determinação médica, sem nenhum espaço para seu questionamento ou sua vontade.

Érika mostrou, na sua narrativa, muita ciência sobre os cerceamentos e brutalidades a que foi exposta pelo único fato de ser mulher. Na ausência de esclarecimentos, na frieza com que foi tratada diversas vezes, na falta de opção ou direito ao seu corpo, a escolha e até mesmo a sua profissão sempre foram colocadas nas mãos de outros, em geral, homens, que buscaram definir seu destino, suas possibilidades e seus caminhos. Nunca lhe foi dada a opção de não passar pelos procedimentos a que foi exposta, e que trouxeram dor e uma longa recuperação física. Mesmo assim, ela demonstrou ter uma autoconfiança peculiar e sempre perseguiu seus desejos para se fortalecer a partir daquilo que a vida lhe trazia.

Outros fatores que o distanciamento temporal ajudam-na a compreender é que o esporte se faz como um ambiente machista e difícil, em que é necessário continuar uma luta para que outras meninas mais jovens não precisem percorrer os mesmos obstáculos e violências que ela. Violências ao seu corpo, à sua privacidade, à possibilidade de não ter sua vida pessoal e profissional discutida por outros, com base em valores outros que não os seus.

Ainda, ela entende hoje ter uma missão que antes não identificava: ajudar outras meninas e suas famílias com a mesma síndrome dela. Ao tratar, durante sua narrativa, de uma matéria que fez para um importante programa dominical da televisão brasileira, ou ao pensar seus próximos passos, ela repetiu por mais de quinze vezes, de diferentes formas e com diversas palavras e expressões, que sua função seria ajudar meninas, mulheres e mães (especificando a maternidade) na mesma condição. Por vezes, mencionou em especial uma mulher congoleza que estava passando por violências múltiplas e havia sido obrigada a deixar o seu país de origem. “Pelo menos com a minha voz”, ela disse ser possível ajudar essa cidadã do Congo, como também outras muitas, sejam mães aflitas com a descoberta de que suas filhas apresentam a síndrome, sejam outras mulheres que sofrem ou

sofreram repercussões variadas nas suas trajetórias específicas, uma vez que “todo mundo tem a sua história”. A sororidade e a empatia que ela apresentou durante sua narrativa é deslumbrante, pois ela frisou seu objetivo em uma enorme diversidade de maneiras e intensidades, acerca da importância de utilizar sua história – nunca para vitimizar-se, mas para que outras não passem por tudo que ela passou.

Em um trecho de sua narrativa, ela afirmou:

A principal coisa da minha vida foi que eu nasci numa família, né, tradicional mineira, família da classe C, simples, honesta, que me ensinou o caminho e que eu fui uma puta atleta, entendeu? Eu cheguei aonde todo mundo sonha em chegar, independente... com pedra, espinho, cruz, tudo em cima. [...] Então eu não quero realmente dramatizar nela, mas eu quero contribuir com ela, porque é uma doença rara, mas tem muitas mulheres com Síndrome de Morris e assim eu quero contribuir com isso.

Esse trecho, em que ela resume como entende a forma respeitosa de outros contarem sua história, demonstra apenas em parte muito da força, vitalidade e disposição que ela tem, tanto consigo mesma, quanto na relação com outras mulheres, a fim de que não passem pelas mesmas questões às quais ela foi obrigada a passar, ou pela forma com que ela teve seu processo negligenciado e violentado. Ela compreende suas “cicatrizes”, mas acredita que deve “jogar” coisas boas para o universo, para que outras retornem para si também.

Ela assume uma postura em que reconhece tudo pelo que passou, entendendo que tudo poderia ter sido diferente, de forma mais respeitosa e humana. Ao mesmo tempo, e talvez com mais força ainda, coloca-se a importância de sua voz como atleta, o alcance que pode ter, a sororidade e a disposição em abrir-se, agora não como uma imposição de outros, mas com a potencialidade de ser uma inspiração: “é essa aí que a gente tem que seguir”.

### 7.2.2. A transição

A primeira vez em que Érika pensou em parar de jogar remete-se a quando ela tinha 36 anos e, após algumas voltas pelo mundo, passou por um projeto em Bauru, que durou muito pouco tempo, apenas três meses. No entanto, um convite do treinador José Roberto Guimarães a convenceu a continuar, pelo prazer de estar no esporte, jogando mais três temporadas. Esse novo projeto começaria a

disputar por torneios de nível mais baixo e ainda não tinha recursos financeiros significativos, mas o desafio a motivou. Ali também ficou manifestado um desejo de seguir no caminho da gestão esportiva, um aceno à possibilidade de seguir esse rumo no projeto do treinador da seleção – que não se concretizou, ficou apenas no campo do desejo.

Mas em sua narrativa também fica claro um altruísmo com o voleibol, isto é, a contribuição para a modalidade; em paralelo, uma vontade de buscar compreender possibilidades futuras e uma procura por formações sobre gestão e *coaching*, que a fizessem enxergar possibilidades, finda sua fase de atleta. Vendo o fim da carreira na quadra, ela percebeu que, embora acreditasse saber como seriam os passos do período pós-carreira, “quando você pára, você vê que não sabe nenhum”.

Ela sentiu falta da endorfina, do clima de competição, o perde-ganha, “essa droga que é o esporte que a gente recebe todos os dias”. Por mais que viesse pensando em parar desde 2016, ela relatou que adorava jogar, que poderia jogar até os 60 anos, se assim fosse possível. Mas as dores no joelho e no ombro foram sinalizando que seu tempo era curto e que, entre 2019 e 2020, ela pararia de vez. Uma coisa é pensar, porém; outra é parar de fato.

A mal sucedida passagem pelas quadras de Israel (já que a parte do turismo ela conseguiu aproveitar bem) mostrou que tudo o que viria dali para frente seriam projetos em que seriam utilizados seu nome e sua história no voleibol, com cobranças na mesma proporção, mas que não lhe dariam as estruturas necessárias para tais cobranças – até porque ela já estava mais propensa a competir de uma forma mais leve.

Quando interrompeu em definitivo a sua carreira, também por conta da pandemia e do contrato não cumprido pela equipe israelense, ela se deparou com um mundo novo. Um mundo que não lhe dava mais passagens de avião, que não organizava suas viagens, um mundo em que “a cochiladinha da tarde, nem pensar”. Ela teve que lidar com uma nova realidade, em que ela deveria procurar mais seus projetos, planejar suas atividades e coordenar suas tarefas.

E seu pensamento transbordava de forma ampla na direção de projetos sociais, palestras, trabalho com comunicação, ou até mesmo um restaurante de comida vegana, o que aliaria o seu prazer por cozinhar com uma necessidade de mercado observada na região em que mora. A parte boa da pandemia foi marcada

pela reexibição de jogos de vôlei mais antigos, que lhe deram uma visibilidade, e o aumento de seguidores nas redes sociais. Com isso, empresas e comércios iniciaram ofertas de parcerias para a exibição de seus produtos pela Érika, em troca dos produtos em si, inclusive alimentícios – o que fez Érika esbanjar um pouco mais de seu bom humor, ao descrever: “aí falei ‘marido, a comida eu coloco em casa, o resto você paga’”.

Retornando para o período londrino, por lá ela teve a oportunidade de experimentar uma função próxima da de treinadora. Como presença VIP, estava em um ambiente de treinamento, auxiliava na aprendizagem de atletas mais novos e observava toda a estrutura. Ainda que estivesse em um país onde o voleibol não está nem entre as cinco principais modalidades, ela sentia a mesma adrenalina, a mesma sensação de seus tempos de atleta. Na Inglaterra, entretanto, questões burocráticas impediram que ela continuasse; simultaneamente, o relacionamento com o atual marido ganhava cada vez mais seriedade. Em terras brasileiras, ela confessou que nunca tentou, nunca apareceu a oportunidade e nunca havia pensado sobre tornar-se treinadora.

Seu processo de transição de carreira, contudo, pareceu ainda não definido, não estruturado. Ela confessou estar com o dia todo agitado, cheio de tarefas e compromissos, com projetos em muitas direções, ainda que de toda essa agenda não consiga ter retorno financeiro. O que pareceu certo foi a vontade de utilizar sua história de vida, sua experiência nas quadras, com uma intenção explícita, tanto em uma proposta de *e-book*, quanto organizando-se para ajudar pessoas que possam passar pelas mesmas questões que ela.

Mais certa ainda é sua capacidade de seguir em movimento, de procurar seus caminhos, de criar novos sonhos concretos. Não combinam com ela, segundo suas próprias palavras, a lamentação, a estagnação ou o estado de sofrimento. Embora ela saiba, na sua humanidade, que todos temos dias não tão bons, ela afirmou quase ao fim da entrevista: “porque a gente tem que seguir pra luz, trabalhar e continuar, sabe? Eu vivo todo dia me reconstruindo, na luta, ‘tô’ aí desempregada, inventando e de boa, feliz, sabe?”.



### 7.3. Fabi Alvim: ‘só a gente pode mudar essa história’

*Nada será como antes, amanhã*

Milton Nascimento & Ronaldo Bastos

Fabiana Alvim, a Fabi, com 40 anos à época da entrevista, foi líbero da seleção brasileira de voleibol por aproximadamente treze anos, entre 2001 e 2014. Foi destaque mundial na posição e fundamental para a conquista das medalhas olímpicas de ouro que as atletas brasileiras trouxeram ao país em 2008 e 2012. A narrativa construiu-se numa noite, de forma remota, depois de Fabi ter passado um longo dia cuidando da filha e já tê-la posto para dormir.

No decorrer da sua fala, parece difícil distinguir o que se coloca como formação identitária da pessoa e sua identidade como atleta. Aliás, essa tarefa se torna impossível, uma vez que ela própria afirma, em diversos momentos, que a função de líbero, ou seja, sua posição como atleta, alterou a sua forma de se relacionar com o mundo à sua volta, a sua maneira de ser e entender a vida.

Fabi nasceu e cresceu no subúrbio do Rio de Janeiro, filha de mãe manicure e pai taxista. Morou em conjunto habitacional e teve uma infância muito livre, brincando na rua logo após chegar em casa e almoçar. Adoradora de práticas físicas, teve na educação física escolar o seu primeiro contato com a prática esportiva. Dentro de casa, no entanto, a paixão da família pelo Flamengo, através do futebol, foi o que se construiu como sua primeira relação com o esporte.

Aos 12 anos, algo que marcou a história do esporte brasileiro também transformou sua vida: a conquista da primeira medalha de ouro olímpica do Brasil em uma modalidade coletiva, o ouro do voleibol masculino de 1992, nos Jogos Olímpicos de Barcelona. Por morar em um lugar onde tudo era motivo para festa, as pessoas se reuniram para assistir aquela final olímpica, vencida por três sets a zero, que a encantou, mexeu com o seu imaginário e inspirou aquela menina a buscar a modalidade e, por que não, o sonho de também estar no lugar mais alto de um pódio olímpico. Ao analisarmos essa conquista de 1992 e a carreira dessa atleta, podemos

dizer que aquela vitória foi responsável, ainda que indiretamente, não apenas por uma, mas por três medalhas olímpicas de ouro.

Ali no Irajá, subúrbio carioca, ela iniciou a busca por escolinhas de voleibol, já que sempre foi considerada uma menina que “levava jeito para vários esportes”. Teve a oportunidade de experimentar de tudo, do atletismo ao futebol, em meio aos meninos – uma questão que a fez pausar a narrativa da sua trajetória e refletir sobre a realidade que a sua filha terá, com todas as problemáticas que a contemporaneidade traz para a infância na sua relação com os espaços públicos.

Entre pequenas competições, ocorreu uma em um *shopping* de Madureira, outra região do subúrbio do Rio de Janeiro. Entre os árbitros, estava um treinador das categorias de base do Flamengo, que lhe fez o convite irrecusável de treinar voleibol no Flamengo. Ela pôde, afinal, juntar a sua paixão pelo Flamengo com sua paixão por esse esporte caro e de difícil acesso que se apresentara a ela naquela conquista de 1992.

A distância, no entanto, de sua casa para o local de treinamento do Flamengo era muito grande, e somando-se a isso, havia a premissa familiar de que a escola seria prioridade – aos pais, não foi possível completar o segundo grau e, como que para garantir um sonho, estes queriam garantir que os filhos o fizessem. Então, por volta dos 13, 14 anos, sua vida se dividiu em estudar pela manhã e se deslocar apressadamente para seus treinos no centro de treinamento da Gávea, rotina que se estabeleceu até aproximadamente seus 18 anos, quando ainda exercia a função de atacante.

Naquele momento histórico, a seleção feminina de Cuba, ainda que o Brasil apresentasse alguma rivalidade, dominava o cenário mundial. A jogadora de baixa estatura Mireya Luis apresentava à Fabi outro fator de inspiração, por sua suposta proximidade física – semelhança corrigida no futuro, pois, depois de conhecê-la pessoalmente, Fabi percebeu que Mireya era baixa em relação às suas colegas de equipe, mas bem mais alta que Fabi. De qualquer forma, a cubana serviu por um bom tempo para que a Fabi pensasse que conseguiria, para fazê-la continuar a acreditar e buscar o sonho em ser uma olímpica.

Ao longo de sua narrativa, desde o início, fica evidente a persistência como uma característica marcante da atleta, elemento basal de sua identidade já na época das categorias iniciais, quando fazia valer o seu esforço pessoal – almoçar correndo, passar horas no transporte público – dentro de quadra, com entrega e dedicação acima das demais atletas: “ninguém vai treinar mais”. Essa dedicação era recompensada com convocações para as seleções estaduais e até uma convocação para a Seleção Brasileira infante, em 1996 – mas desta, ela foi logo cortada, e orientada a se transformar em levantadora, função para a qual não levava o menor jeito.

Assim, por mais que sua dedicação e seu resultado como atleta fossem observados e valorizados por outros, entre tantos marcos que a atleta relatou ter em sua vida, esse momento se apresentou como um importante sinalizador de que um futuro como profissional do voleibol, com consequente estabelecimento financeiro através da modalidade, não parecia se desenhar para ela. Positiva como demonstrou em sua narrativa, ela decidiu então aproveitar da melhor forma possível a experiência e construir outras possibilidades, entre as quais estudar fora do Brasil com uma bolsa como atleta, algo ainda muito embrionário naqueles tempos.

Em 1997, ela já estava cursando a faculdade de Educação Física, escolha óbvia para aquela menina tão ligada às práticas motoras e esportivas. Em 1998, oficializou-se uma regra que mudaria, uma vez mais, os rumos da modalidade, mas também daquela garota do subúrbio do Rio de Janeiro: a criação da posição de líbero. Jacques Araújo Netto, hoje docente no curso de Educação Física em uma universidade carioca, era seu treinador na época e chegou com o irônico convite de mudar a posição daquela atacante habilidosa, mas de baixa estatura, para líbero, função criada e testada pela Federação Internacional anos antes, e que agora se colocava como única possibilidade para a Fabi seguir a carreira no voleibol.

O convite, no entanto, não foi bem recebido, ou até o foi, já que ela retornou desse treino rindo e de certo modo irritada, tentando entender o absurdo de se tornar uma jogadora de voleibol que não ataca, não saca, não bloqueia, não faz ponto. Mas no convite, Jacques fez uso de uma palavra que a marcou com muita força e pareceu ficar no pensamento daquela jovem atleta: oportunidade. Ali, apesar

de a Fabi não compreender imediatamente, postava-se a única chance de ela alcançar o sonho despertado em 1992.

Em um desses acasos que o destino proporciona, em 1998, inicia-se a construção de uma equipe em Macaé, região dos Lagos do Rio de Janeiro, liderada por um treinador conhecido de equipes de base masculinas, Mauro Lima, com grandes jogadoras já consagradas, tais como Isabel, Janina e Márcia Fu. Mauro conhecia Fabi e decidiu convidá-la, entre outras jovens, para ser uma de suas líberos.

Primeiramente, existe um conflito entre seus valores familiares, de estudar e ultrapassar estágios que seus pais não puderam, e seguir seu sonho. Esse impasse se apresentou para sua família, pois os pais desejavam que ela se formasse no Ensino Superior. Para ela, aquele momento era uma oportunidade de experimentar, aproveitar os quinhentos reais que o clube lhe pagaria – já que tinha jogado sempre sem nada a receber – e ver se seria possível viver de vôlei. Caso não fosse, voltaria aos seus estudos na faculdade com um ou dois semestres de atraso, ou tentaria os estudos nos Estados Unidos, como havia planejado antes.

Agarrada a essa oportunidade, mudanças no comando da equipe também a promoveram à titularidade da equipe, que antes pertencia a outra jogadora já com espaço nas equipes adultas, Ana Lúcia. Esse feito era algo raro para uma menina de 18 anos em uma equipe adulta na época, ainda que as pretensões de seu time não fossem grandes no campeonato. Mas foi a chance de experimentar, se provar e se mostrar nessa recém-criada posição que ainda vivia da adaptação de jogadoras atacantes com habilidades de fundo de quadra.

No ano seguinte, a oportunidade se apresentou com a Isabel, sua então colega de quadra, que estava construindo uma equipe como treinadora, e a convidou para ser titular da equipe do Flamengo. Esse foi o primeiro momento de testar suas capacidades, sua força, em uma camisa pesada como a do Flamengo. Nas suas palavras, essa primeira temporada completa como titular foi de altos e baixos, mas garantiram-lhe um convite para, novamente com a Isabel como treinadora, ir para a equipe do Vasco, dessa vez na condição de reserva da equipe, já que Sandra, a primeira líbero do Brasil, ocupava a titularidade.

Essa temporada, 2000/2001, é mais um marco que Fabi considera na sua vida, pois ali firmou-se o que ela faria na sua carreira, ali foi um momento de definição. Aquela dúvida surgida no convite para mudar de posição não existiria mais, a partir de então; aquele ódio verbalizado por não poder atacar, bloquear e pontuar se transforma em entrega, em um entendimento de outra ordem: o de que aquela posição foi criada para a Fabi.

Uma vez mais, questões que extrapolavam a quadra invadiram a equipe, e a líbero titular decidiu sair. Uma equipe com outras estrelas da modalidade como Fernanda Venturini, Márcia Fu e Natasa Leto, alcançou a final da Superliga e terminou, em um *tie-break* extremamente disputado, com a segunda posição. Nesse ponto, também começou a ficar claro para a sua família que o voleibol era uma modalidade profissional e que seria possível para a Fabi viver dele.

Em 2001 foi convocada então pela primeira vez para a Seleção Brasileira, quando boa parte do grupo experiente e titular decidiu abandonar a equipe por desavenças com o seu comandante, o recém-técnico Marco Aurélio Motta, que havia ocupado o posto do medalhista olímpico de bronze de 1996 e 2000, Bernardinho. A equipe participou do campeonato mundial de 2002 cheia de atletas vindas da base juvenil campeã mundial em 2001, como Sheila, Sassá, Jaqueline, Paula e Fabíola.

Tiveram um resultado muito ruim naquela competição, que se repetiu no Grand Prix em 2003, quando José Roberto Guimarães, então, assumiu o comando da equipe. Houve, então, o retorno daquelas atletas que pediram dispensa por conta das desavenças com o antigo treinador e, para os Jogos Olímpicos de 2004, por mais que os números da Fabi e da então titular Arlene fossem parecidos, foi esta última que ganhou a vaga para Atenas.

Ainda que o corte fosse esperado, outro marco saltou na vida – palavras da Fabi –, pois outra característica evidenciou-se na sua narrativa: a de sempre acreditar, persistir e focar para a busca daquilo que almeja. Aquela possibilidade de se viver de voleibol já era concreta, logo, o próximo passo foi buscar o sonho traçado dez anos antes, entregando-se de novo aos treinamentos do clube. Enquanto isso, seguia vivendo o luto do corte olímpico, edição essa que marcou visceralmente os caminhos, as percepções e as construções de toda a seleção, inclusive dela e de

todas aquelas que não estavam na quadra olímpica ateniense: a seleção feminina perdeu a semifinal para a seleção russa quando a disputa estava 24 a 19, no quarto set, e o Brasil, vencendo por 2 a 1 – provavelmente, a maior virada olímpica da história.

Em 2005 houve uma nova convocação para a seleção, desta vez para não sair mais. Nesse primeiro ciclo olímpico completo vivido pela líbero, não há ainda nenhuma outra atleta capaz de lhe fazer sombra na disputa pela titularidade – o que não diminui seu esforço e dedicação. As suas maiores cobranças sempre vieram de si mesma, de fazer valerem a pena seus esforços e de acreditar que, com sua dedicação, ela poderia construir pontes para seus sonhos.

Se em 2005 os resultados foram bons, com uma equipe renovada, em 2006 o Brasil contou com o retorno de nomes já consagrados como Fofão e Waleska. Entretanto, uma vez mais, as russas tiraram o título mundial das mãos das brasileiras, que, como em Atenas, tiveram algumas possibilidades de fechar o jogo. Vem 2007, e com ele, a que foi a derrota mais doída na carreira da atleta: nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, a final contra as cubanas, uma derrota com a presença de amigos, famílias e fãs em um Maracanãzinho lotado. Parecia que ali se chancelava uma marca que outros colocavam: a de equipe boa e talentosa, mas que não sabia suportar a pressão dos momentos decisivos e vencer.

Se a marca de “amarelonas” não era tão forte dentro do grupo no início do ciclo olímpico, com essa sequência de derrotas em momentos finais, ainda que conquistando marcas importantes, o próprio grupo passou a se questionar em relação ao que de fato era: “será que a gente realmente não é isso que tão dizendo? Será que a gente é capaz?”. O rótulo atinge em profundidade as suas próprias concepções de gênero quando Fabi se questiona: “será que enquanto mulher a gente não é realmente frágil, é isso mesmo?”.

Todas essas dúvidas, esses incômodos e essas inquietações passam, em 2007, a ser algo do grupo, compartilhado, discutido e pensado nas reapresentações da seleção em Saquarema. O primeiro retorno após o Pan-Americano para o Centro de Desenvolvimento do Voleibol, local de treinamentos da seleção, é recheado desses momentos e de conversas sobre essas incertezas. Então, com uma força

expressiva em sua fala, vem uma frase que a atleta repete seis vezes ao longo de sua narrativa. Não se trata de uma ou duas palavras-chave repetidas, mas uma frase que claramente a motivou e a fez ressignificar seu papel e de sua equipe: “só a gente pode mudar essa história!”.

No mesmo ano de 2007, aconteceu a Copa do Mundo de voleibol e um reencontro com as cubanas, que haviam sambado no pódio panamericano. Mas dessa vez, não houve a menor chance. Remetendo-se a Ana Moser e companhia, o Brasil venceu com uma grande facilidade, como que para mostrar o devido respeito que a equipe merecia. Nesse ciclo, embora totalmente dona da posição, a Fabi treinou como se tivesse três adversárias ao se reapresentar, por volta de abril de 2008, na preparação para os Jogos de Pequim, repetindo tal qual um mantra: “só a gente pode mudar essa história”; e atropelando todos os adversários do Grand Prix.

Vem a contagem regressiva para a final dos Jogos Olímpicos de Pequim, onde novamente as jogadoras venceram todos os adversários, reencontrando a Rússia que, dessa vez, Fabi lembrava, não conseguiu superar vinte pontos em um *set* – na realidade, o máximo de pontos russos em um *set* foram dezesseis. A equipe chegou à final olímpica sem perder nenhum *set*, com uma superioridade incrível, mas, ainda assim, ao passar pela área de imprensa, Fabi se lembra de escutar “olha, mas na hora do vamos ver a gente sabe como termina essa história” – como se para testar sua capacidade de concentração, de resiliência e até mesmo orgulho próprio. Com o foco totalmente para a final olímpica, Fabi, que não é de levar desaforo e sair sem contra-argumentar, decidiu seguir seu caminho. Embora soubesse da desconfiança, seu olhar estava todo voltado para o seu principal objetivo, e nada tiraria dela e nem de seu grupo a atenção e o desprendimento de energia para o que realmente importava.

Ouvindo um poema de uma companheira de equipe, a Paula, e o pedido do técnico José Roberto para que elas recuperassem a metade dele que havia ficado em Atenas, e talvez esperando Cuba para uma revanche, foram as estadunidenses as adversárias na disputa do ouro olímpico. Apesar das jogadoras dos Estados Unidos empatarem a disputa no segundo *set*, e Fabi ter certeza de que muita gente desconfiou da sua equipe com aquele empate, “uma convicção inexplicável” levou a seleção feminina à conquista olímpica, com direito a “amarelo

sim, mas é ouro”, o sinal de silêncio e a um desabafo sobre tudo o que elas passaram naqueles últimos anos.

Dois anos depois da conquista inédita, memorável e com muita superioridade, uma já renovada seleção perdeu a disputa do Campeonato Mundial para a Rússia. Voltou todo aquele discurso – externo ao grupo – sobre a instabilidade emocional das jogadoras brasileiras, algo que trouxe dor e sofrimento à Fabi, além de tirar dessa jogadora algo que está muito presente em suas falas, isto é, a possibilidade de argumentar – o que levou a líbero e as demais atletas a se questionarem de novo sobre a veracidade desse discurso.

Se no ciclo anterior não havia disputa por posição, neste, Camila Brait, uma jovem jogadora, chegava para testar Fabi, colocá-la no limite, fazê-la dedicar-se ainda mais. Mas, em 2012, sem grandes surpresas, ela é a líbero da seleção em mais uma edição de Jogos Olímpicos, agora em Londres, e com um favoritismo do Brasil criado por outros, um favoritismo que não era do jogo, afinal não haviam feito um brilhante ciclo olímpico; elas eram favoritas muito mais por serem as atuais campeãs olímpicas do que por apresentarem um voleibol superior ao das demais.

Se em 2008 a superioridade física e técnica era muito evidente, agora esta era uma equipe que certamente estaria na briga por medalhas, mas enfrentaria mais dificuldades. As dificuldades esperadas estavam muito longe das encontradas: uma estreia com uma vitória difícil contra a Turquia, vencendo por três a dois; uma derrota até esperada para os Estados Unidos, seguida de uma derrota surpreendente para a singela equipe da Coreia, que contava com uma jogadora excepcional que viria a ser a melhor jogadora daquela edição dos Jogos, a Kim Yeon-koung.

Aquela derrota complicou a classificação brasileira, possibilitando a desclassificação ainda na primeira fase, o que seria o pior resultado brasileiro da história. Exercendo sua liderança, Fabi passou pela zona mista da imprensa, onde teve a sensação não de existirem microfones, mas armas apontadas para ela, tendo que responder o irrespondível, porque “se tivesse alguma coisa pra dizer, eu não diria pra imprensa, eu diria para meu time”. Fabi Alvim, Sheilla e Fabi Claudino – duas outras importantes lideranças também campeãs olímpicas – se colocaram à



frente das demais. As três se reuniram e procuravam o que dizer para as mais jovens da equipe, quando Kim, a jogadora que havia acabado de vencê-las, perguntou quase que profeticamente o motivo daquela cabeça baixa, afinal, elas eram o Brasil e ganhariam os Jogos Olímpicos.

O discurso para suas colegas foi, então, de união, seguido por uma noite não dormida, e uma nova reunião com toda a equipe logo pela manhã, quando José Roberto salientou os motivos de cada uma das jogadoras estar ali. Elas venceram as chinesas por três a dois e passaram a depender de uma vitória estadunidense diante da Turquia para continuar na competição. Se antes era planejada uma classificação em segundo lugar no grupo, as brasileiras acabaram por agradecer a vitória da oposta Hooker e suas colegas sobre as turcas e, ao cumprirem seu papel e vencerem a Sérvia por três *sets* a zero, classificaram-se em quarto lugar do grupo e tiveram pela frente as primeiras colocadas da outra chave da competição.

Foram as russas, novamente, as suas adversárias das quartas de final, que foi encarada, em princípio, como uma nova chance dentro da disputa olímpica. Esse acabou por se tornar, porém, um dos jogos mais épicos da história brasileira. A Fabi disse que, ao rever a partida, não soube ao certo como conseguiu ter calma, em determinados momentos, para as ações do jogo.

Foi outra partida epopeica, uma partida que ela definiu como o “enredo resumido dos dois ciclos”, um jogo que “conta a história das duas medalhas”. Vencendo as russas com certa folga no quinto *set* por 13 a 10, as brasileiras sofrem uma virada, em 13 a 14, mas salvam seis *match points*, com as russas tendo claras chances de fechar a partida, até que, com um ponto da Fabiana Claudino, o Brasil venceu o *tie-break* por 21 a 19 e se classificou para a semifinal olímpica.

Vencendo também uma pouco lembrada partida contra o Japão, por três *sets* a zero, o Brasil encarou novamente as norte-americanas na final, iniciando a partida com um primeiro *set* “feio de ver” – derrota por 25 a 11. Então, aquela união chamada pela Fabi e demais lideranças da equipe foi novamente posta em prática, quando decidiram que iriam ao menos tentar jogar perto do placar contra as suas adversárias e buscar pressioná-las. Com um segundo *set* equilibrado, Fabi percebeu por debaixo da rede que as jogadoras do outro lado pareciam sentir medo; e houve

uma mudança de confiança e postura na equipe brasileira que venceu a partida por três sets a um, praticamente em um resumo de tudo que havia acontecido naqueles quinze dias de Jogos, para conquistar a sua segunda medalha de ouro olímpica.

A narrativa de Fabi voltou para aquele jogo das quartas de final, relembando a dor, a superação e até a representação de tudo aquilo pelo qual passou. Se em 2008 o choro olímpico com a vitória tinha desabafo, mas também muita alegria pela primeira conquista, o choro de 2012 foi com dor, pelo nível mental que elas tiveram que alcançar para superar todos os obstáculos que se colocaram em seus caminhos. O que importava, de fato, é que agora Fabi e mais algumas jogadoras faziam parte de um grupo seletíssimo de bicampeões olímpicos. Aquele grupo, que havia se unido, agarrou-se a uma oportunidade, num ciclo muito distinto, mas terminado com o mesmo fim vitorioso.

Retornou ao Brasil com sua segunda medalha olímpica de ouro e teve um encontro protocolar, junto a outros atletas, com a presidenta do Brasil Dilma Rousseff, quando Fabi mostrou mais uma vez ser uma liderança positiva, capaz de se expressar e de se colocar, ainda que diante da chefe do Estado brasileiro, questionando-a sobre propostas de políticas públicas para a transição de carreira de atletas. Houve uma percepção daquele contexto: Fabi se percebeu e se colocou como voz política importante naquela cerimônia de celebração, aproveitando aquela oportunidade única de ser ouvida pela figura politicamente mais relevante do Brasil de 2012 – em 2020, ano da coleta de sua narrativa, ela talvez nem iria ao Palácio do Planalto.

Ali esteve não apenas o seu entendimento da importância política de seu papel como atleta bicampeã olímpica, sua característica de se impor, de questionar e buscar seus objetivos, mas também o início de uma sinalização de que o seu fim dentro de quadra estava próximo. Algo foi fazendo com que Fabi começasse a girar em outras direções, começasse a sentir falta de coisas que antes não sentia, em caminhos que repensavam desde a utilização de transporte público, a seus momentos de lazer com sua família. Ficar confinada em Saquarema, enfrentar o caminho de volta para casa aos fins de semana e não ter folgas são elementos que nunca doeram na atleta, mas que agora sinalizavam-se através dessa falta. Atenta às entrelinhas, notava que, se estava doendo agora, algo nela havia mudado.

Em 2013 a decisão de finalizar sua vida na seleção parecia estar mais concreta. E, como se para testar seu egocentrismo, ela foi eleita a melhor líbero do Grand Prix daquele ano. Mas a atleta tinha total consciência de seu rendimento e suas possibilidades: “não, eu fui a melhor líbero daquela fase final, eu não fiz um campeonato para ser a melhor líbero”. Houve então a disputa do Sul-americano e, por fim, a Copa dos Campeões, para a qual ela já foi sabendo que seria sua última competição pela seleção.

Para ela, seleção é entrega, 100%, em todos os quesitos, físico, técnico, tático e psicológico. Se sua cabeça não estava mais totalmente entregue àquele contexto, aliada ao físico, que já dava sinais das dificuldades que enfrentaria, não lhe fazia mais sentido estar ali. Disputou a Copa dos Campeões, já revezando a titularidade da posição com Camila Brait e, ao retornar para o clube, teve total certeza de seu fim na seleção.

Depois de várias tentativas de contato com o treinador José Roberto, conseguiu apenas em 2014 realizar a mais longa e franca conversa com o técnico, em Saquarema, onde seu fim na seleção foi anunciado. A saída não repercutiu muito na mídia, pois era ano de Copa do Mundo de Futebol masculino no Brasil. Ela, assistindo ao campeonato mundial de voleibol pela televisão, sentiu saudade do vestiário, sentiu falta de poder apoiar as jogadoras após a derrota da semifinal, mas nunca ficou incerta ou arrependida sobre a decisão tomada.

Naquele momento, com a cabeça totalmente focada em seu clube, a diferença de gerações começou a ser outro aspecto a incomodar Fabi e a sinalizar que seu fim definitivo nas quadras se aproximava. Ela havia se tornado uma das mais velhas da equipe, aquela que gostava de dar conselhos sobre baladas e cuidados com dinheiro, aquela que estranhava muito o celular como rotina de treino. “Sempre gostei dessa coisa de vestiário”, repetiu ela de diferentes formas. Mas sua rotina exigia a mesma carga de treinamento das demais companheiras de equipe. Estava, também, em busca de construir sua própria família com sua companheira, Julia – mais sinais de que seu desejo direcionava-se para outros horizontes.

Entre suas vontades, por ter sempre assistido ao jogo “de um lugar privilegiado”, dada a sua função em quadra, ela, que gostava das conversas, do

espaço do vestiário, buscou os cursos de formação para treinadores da CBV, bem como de *coach* para atletas e pós-atletas oferecido pelo COB, à procura de uma formação que o Esporte não havia lhe dado. Nesse leque de opções que começou a construir para si, surgiu um convite para comentar as partidas de voleibol dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, e, ao fim dessa experiência, uma sinalização da empresa para que, quando fosse parar de jogar, lhe contactasse, pois houvera um interesse em tê-la como comentarista fixa.

Fabi havia gostado daquela experiência, que a desafiava, que a tirava do conforto. Ali também era um espaço de ausência feminina, grande incômodo da atleta. Ao sondar, em 2018, se aquela oferta ainda estava em pé, recebeu uma afirmativa. Todos esses elementos, aliados a uma oferta financeira positiva, lhe indicaram que não seria necessário definir seu futuro. Essa escolha, que é sempre difícil na carreira de atleta, se apresentou e a empurrou para sua aposentadoria das quadras e seus próximos passos profissionais. Não que ela precisasse ter um emprego de imediato; havia se organizado financeiramente para permanecer um tempo em busca de algo definitivo. Mas tudo parecia encaminhá-la para seu destino, faltando, então, informar o comandante da sua equipe sobre sua decisão.

Após já ter conquistado dez títulos, Fabi teve uma conversa com Bernardo Rezende, o Bernardinho, a três dias do que seria sua última final. A conversa tinha sido adiada por diversas circunstâncias, entre as quais problemas pessoais do treinador. Ele, por sinal, é rememorado com muito carinho pela atleta, por ter lhe ajudado durante diversos momentos de sua carreira e pela humanidade que ele sempre apresentou. Fabi terminou sua carreira sem o décimo-primeiro título nacional, mas certa de suas escolhas. E, já em outros espaços, o que era um vestígio tornava-se uma evidência: seria impossível dissociar o que era característico da posição de líbero e o que eram suas marcas identitárias.

Somado a todo esse contexto estava seu desejo em ser mãe, um desejo que esteve sempre presente para a atleta, mas a que o esporte não abriu muitos espaços. A partir da decisão, com sua companheira, de se tornarem mães, “começa uma mudança na Fabiana”, que também passava por uma certa dor, ao perceber que sua filha jamais a veria jogando. De toda maneira, esse sonho seu, aliado à

decisão de sua esposa em passar pelo processo da gravidez, corrobora para a certeza do fim da sua carreira esportiva.

Novamente, ela não estava disposta a participar de um processo pela metade. Fabi se entregou completamente ao processo de idealização, planejamento e execução da maternidade. Nessa nova etapa, seriam com sua filha seus *tie-breaks*, com ela suas energias seriam empenhadas, fazendo-a descobrir músculos que nem sabia que existiam. Esse é o lugar em que mais gosta de estar, “o cansaço mais gostoso de sentir”. Todavia, a certeza de ter muito a contribuir com sua trajetória e a ausência feminina em cargos de treinadora mostram-se incômodos persistentes.

### 7.3.1. As questões de gênero

Ao longo da sua narrativa, apenas para abordar um dado quantitativo objetivo e específico, Fabi nomeou catorze profissionais do voleibol com os quais trabalhou, entre treinadores das categorias de base e da sua fase profissional, sendo dois assistentes técnicos. Desse total, são doze homens e apenas duas mulheres: a Isabel, um marco de sua carreira, e Luiza Roese, uma treinadora da base.

Se aos 18 anos ela se surpreendeu ao fazer parte de uma equipe profissional tendo a Isabel como treinadora, foi uma derrota, da qual nem sequer participou, que mudou a sua percepção sobre esporte. Escancarou-se ainda mais a discussão das questões na perspectiva do gênero, ao invés da performance esportiva. Ela viveu boa parte do ciclo olímpico para os Jogos de Atenas, em 2004 – tendo sido cortada um ano antes – e logo assumiu a posição de forma absoluta a partir de 2005; por mais que não tenha estado em quadra naquela “fatídica derrota” contra as russas, era impossível dissociar aquele resultado da seleção brasileira feminina que se seguiu após aquele placar de 24 a 19.

Ao mesmo tempo, os inúmeros recordes conquistados pelo selecionado masculino, com incríveis resultados desde 2001, entre títulos mundiais e olímpicos, traziam a comparação e a pressão para aquela talentosa geração de mulheres,

criando-se uma narrativa em que os atletas homens seriam competentes, enquanto as brasileiras estavam sujeitas a uma fragilidade emocional que as impossibilitava de vencer. Em termos muito citados à época e pela atleta, as brasileiras amarelavam. Até mesmo uma discussão sobre premiação – e, porque não dizer, sobre condições de trabalho – é encerrada com uma resposta direta: “primeiro vocês têm que ganhar, para depois falar de discussão de grana”.

As duas derrotas nesse ciclo, na final do mundial, outra vez contra as russas, e na final dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, dessa vez contra as cubanas, pareciam selar esse rótulo, carimbar internamente essa afirmação, antes externa, fazendo com que o próprio grupo e Fabi se perguntassem em relação a isso, “será que enquanto mulher a gente não é realmente frágil, é isso mesmo?”. Mas, especialmente após a derrota em pleno Maracanãzinho, houve a construção de um sentimento de que uma deve se solidarizar com a outra. Aquelas questões introjetadas tornaram-se discussões compartilhadas, e criou-se um entendimento comum de que “só a gente pode mudar essa história”.

Fabi concordava que a equipe havia colocado “certos tijolinhos” naquelas narrativas sobre uma equipe super talentosa e incapaz de vencer, tendo escutado isso inclusive instantes após vencer a semifinal olímpica em 2008 – o que já era um feito inédito a ser comemorado. Entretanto, ela narrou, a conquista da medalha dourada representaria uma ruptura da discussão esportiva fora do campo do treinamento técnico e tático. Naquela edição, Fabi se lembrou, as mulheres conquistaram duas medalhas de ouro, com o voleibol e com Maurren Maggi, no salto em distância, contra apenas uma do César Cielo na natação – o voleibol masculino perdendo na disputa final. Sua narrativa revelou a benevolência histórica na maneira de se olhar para os homens, enquanto se reserva um sentimento de desconfiança sobre as mulheres. A discussão “não era do jogo, era, a gente sentia que era uma desconfiança porque nós éramos mulheres”.

Aquela vitória deu voz a essas mulheres, trouxe a possibilidade de verbalizar essa discussão, os sentimentos oriundos dela, as dores, os estereótipos sobre as brasileiras. No entanto, a derrota no Campeonato Mundial em 2010, que poderia ser vista como parte do processo de competição, reacendeu a discussão de forma intensa, contestou novamente o grupo todo, com uma pauta que retirou da

Fabi a possibilidade de argumentar, pois fazia uso do dado “ser mulher” como elemento caracterizador da performance esportiva de maneira quase incontestável – de fato são mulheres – “e sem argumento, a gente não convence ninguém”.

A final do Mundial foi vencida pelas russas por três sets a dois, com direito a erro de arbitragem no *tie-break*, mas a crítica permaneceu insistindo na sua condição enquanto mulheres brasileiras. Para ela, como as derrotas eram sempre alinhadas ao discurso da fragilidade emocional, não havia o que se dissesse, uma vez que nunca as questões técnicas, táticas e físicas eram postas em discussão, mas sim o fato de serem mulheres, em uma argumentação covarde.

A vantagem desse ciclo é que metade da seleção já estava habituada a esses discursos. Não que doesse menos, mas essas jogadoras estavam mais prontas para lidar com essas descrenças. A performance inicial, nos Jogos de 2012, muito abaixo do planejado e com riscos sérios de fazer história negativamente, provocou em Fabi a necessidade de proteger as mais novas. Aquela surpreendente derrota para a Coreia do Sul fez surgir um outro sentimento que, ao menos, transformou aqueles momentos de dor e dúvida: a sororidade. É impossível não marcar todo o sentimento da Fabi ao relatar um comentário de sua adversária de quadra, dizendo-lhes que iriam vencer aqueles Jogos. Kim e Fabi talvez nem tivessem consciência, naquele momento, mas esse apoio teve o efeito de fortalecer e ressignificar o grupo e seu entendimento sobre si.

Porém, de tudo daqueles Jogos, até mesmo a partida final, o mais importante confronto foi contra o selecionado russo, com vitória brasileira por 21 a 19 no *tie-break*. Se antes as russas eram as jogadoras frias, estáveis, que sabiam decidir, aquela partida ressignificou a compreensão sobre as atletas brasileiras e o gênero no voleibol. Ali estava um time com brios, levado a todos os limites e que, com sua performance, trouxe novamente a discussão para o campo do gênero.

Retomando a fala sobre as quartas de final como resumo das duas medalhas, essa vitória direcionou toda a discussão para o campo do jogo e terminou por ser um elemento probatório de que é nesse campo que as questões de quadra têm que ser discutidas. Em paralelo, não podemos desvincular, a cadeira presidencial era ocupada pela primeira vez na história por uma mulher, e Fabi era

então escolhida para ser a porta-voz dos atletas olímpicos em cerimônia no Palácio do Planalto. Não fosse uma presidenta, provavelmente seria outra vez uma voz masculina a representar aquele coletivo.

Em diversos outros trechos da narrativa, aliás, essa ausência de vozes femininas foi exposta, como um incômodo “desde que me entendo por gente”, quando relata ter tido treinadoras na base, por exemplo, mas apenas a Isabel em sua fase profissional. No relato de sua transição, a ausência feminina se expande, parece estar em todos os campos do esporte, incluindo-se o espaço de comentaristas. Esta acabou por ser uma motivação para sacramentar essa nova etapa da vida. Por fim, embora ela se imaginasse em uma comissão técnica, o desejo de ser mãe promoveu uma transformação que a afastou, talvez temporariamente, desse desejo profissional.

“O esporte não te dá o direito de você engravidar”, constituindo-se como um espaço impossível para exercer a maternidade, com exemplos que vão desde a existência de contratos com cláusulas que proibiam mulheres atletas de gestar uma criança, à própria rotina de treinos, jogos e viagens que inviabilizariam a concepção, nos moldes de Fabi – como que para tudo em sua vida, os de se entregar intensamente para esse novo papel, entendido como apenas um novo ciclo. Ao surgir a mãe Fabiana e toda a sua transformação, houve, uma vez mais, uma entrega visceral a todas as etapas, do planejamento ao viver a rotina da gestação e os cuidados da filha.

Ela está entregue a esse papel, dedicou-se e dedica-se a ele como se fossem seus treinamentos em quadra e, assim, entende que essa função é o que seu momento lhe pede e lhe possibilita, conseguindo aliar seus desconfortos pela ausência de mulheres em todos os campos do esporte à forma com que exerce a sua maternidade, não diminuindo sua intensidade, seus questionamentos, sua vontade de agir no mundo. Esse distanciamento entre mulheres e cargos de treinadores, por exemplo, permanece em seu campo de desejo: “se você me perguntar no campo do desejo mesmo, imaginação e daquilo que, que mexe, é isso, assim, eu adoraria voltar a ver mulheres, eu desejaria ser também uma dessas mulheres”.



### 7.3.2. A transição

Talvez o primeiro pensamento sobre sua transição de carreira tenha surgido quando não tinha sequer uma carreira profissional no voleibol brasileiro. Lá por volta de 1998, em seu último ano como juvenil, Fabi percebeu que seu espaço como atacante, no alto de seu 1,65 metro, seria muito limitado ou até mesmo impossibilitado. Nessa fase, contemporânea ao início da faculdade de Educação Física, ela enxergou como possibilidade cursar uma formação no exterior através do esporte e acabou por ter a oportunidade de conviver com Isabel nos anos de sua transição: Isabel havia jogado seu último ano com Fabi e, no ano seguinte, a convidou para fazer parte da equipe que estava construindo. Seu pai, no entanto, demorou para entender que Fabi havia se profissionalizado e, até 2002, ainda aguardava o retorno da filha à faculdade, que teve matrícula trancada, lá naquele primeiro ano em Macaé.

Mas, como já exposto, Fabi foi muito além e atingiu marcas de poucos brasileiros com sua segunda medalha de ouro olímpica em 2012. Esse reconhecimento lhe pareceu mais um sinal, um indicativo de que deveria olhar para outros caminhos após atingir esse raríssimo feito. Aos 32 anos, em Londres, Fabi conseguia reconhecer a dificuldade daquele ciclo olímpico, as dores e a exaustão emocional que confrontava com a lucidez de alguém consciente do seu rendimento, do quanto precisava remar para atravessar seus percursos. Algo que sempre evocava prazer começou a trazer dor. Tudo isso somado aos sinais que lhe dava a sua concorrente pela posição, uma atleta dez anos mais jovem que ela, encantadora, ótima de se conviver, mas que a havia levado ao limite, testado todas as suas capacidades, feito-a superar-se ainda mais.

Após 2012, os incômodos com premiações e folgas e a consciência da Fabi sobre seu rendimento, aliados à confirmação da Camila Brait como uma das principais líberos do país, foram-se construindo outros focos na atleta. As reflexões caminhavam assim: repensava o seu deslocamento na cidade, revia suas escolhas financeiras e repassava em memória os diversos fins de carreiras esportivas que testemunhara. Refletia sobre esse difícil encerrar de etapa para tantos atletas e as

suas incertezas sobre seu futuro: “depois do vôlei, não me preparei para nada além dele, não estudei”. Fabi começou a se questionar em muitos sentidos, a hora de parar, as escolhas pessoais que deveria fazer a partir daquele momento... E tinha um só pedido: “gente, pelo amor de Deus, que eu tenha lucidez neste momento tão duro pro atleta”.

Retomando, novamente, a parada protocolar em Brasília e o confronto público e educado com a então presidenta Dilma sobre propostas para atletas em suas transições de carreira, entendeu que algo deveria ser feito. A transição de carreira é sempre um tema delicado e lhe pareceu sempre negligenciado ao longo das carreiras de atletas. Sem saber quando, Fabi entendeu que os passos deveriam ser pensados, por etapas; não queria ter o fim de outras pessoas que convivera, ou desejava que ao menos seu fim fosse com menos dor, tendo a certeza, ao longo de toda sua narrativa, que fez a escolha no tempo e da forma corretos.

Estar na seleção brasileira para ela significava uma entrega “100%, não tem 99, 98, se você não tiver 100% não vale nem a pena vestir a camisa do Brasil”, sabendo que essa dedicação se dava em todos os sentidos, físico, técnico, emocional. Se fisicamente já estava difícil essa entrega, os sinais de que seu foco girava em outros espectros fizeram-na questionar-se, buscar entender suas próprias entrelinhas. E, em conversas com uma roda restrita de amigos, decidiu preparar sua própria família para esse momento, pondo fim à sua vida na seleção em 2013, ainda que o anúncio tenha vindo apenas no ano seguinte.

É interessante como suas reflexões e inquietações serviram como sinalizadores desse processo. Ainda que eleita a melhor líbero da competição, colocando seu egocentrismo em xeque, a convicção sobre sua performance e seus interesses foram mostras ainda mais poderosas. Fabi não estava mais ali inteiramente, sentia a dor das ausências. O desgaste físico e a hesitação em estar na seleção eram a prova mais que suficiente para a sua decisão.

O ano de 2013 terminou com a Copa dos Campeões. Fabi, já certa de sua sigilosa decisão e, ainda naquele ano, tentou sem sucesso informar o treinador da sua aposentadoria da seleção – essa dificuldade parecendo ser mais um elemento a demovê-la da sua escolha. No ano seguinte, aconteceu uma nova

convocação e, após insistência, uma franca conversa com José Roberto Guimarães. Nem mesmo o convite para ser um suporte para a ainda jovem Camila foi capaz de alterar sua decisão.

Fabi estava muito convicta. Após anunciar sua saída, retornou de Saquarema em lágrimas, mas não era um choro melancólico, e sim pela finalização e despedida de um ciclo. A convicção e a tranquilidade foram embasadas tanto pelos seus próprios motivos, quanto pela certeza de ter ajudado a formar alguém para a posição, que, segundo ela, deveria ter levado o título de melhor líbero do Campeonato Mundial de 2014.

É então nesse curto trecho de sua narrativa, quando contou sobre sua saída definitiva da seleção e a torcedora em que se transformara, assistindo àquele Mundial pela televisão, que uma palavra passou a aparecer com muita frequência: saudade. Por dez vezes ela usou esse termo específico para descrever sua despedida e os momentos que se seguiram ao ver a equipe brasileira em quadra.

Entretanto, a saudade que descreveu não pareceu ter nada de arrependimento, dúvida, inquietação; apenas e tão somente um sentimento de alguém que sempre foi tão intensa ao vestir a camisa, de cor diferente, da seleção brasileira por mais de uma década. Dedicada ao clube, assistiu à campanha brasileira convicta da vitória e, na derrota brasileira na semifinal, queria apenas se teletransportar para o vestiário para consolar suas amigas, sabendo que aquele momento exigia palavras de conforto.

Dada a ciclos, encerrou um, certa de que o fim definitivo da sua carreira como atleta estava também próximo:

sair da seleção é uma coisa, você continua no clube, você tem a sensação de que você está inserido no vôlei, que tá tudo bem, tá jogando em alto nível, final de Superliga, com um grande treinador. A próxima decisão é não ter mais nada disso, né.

Nesse momento, um grande confronto extravasava as quadras e começava a incomodar em demasia a líder da equipe carioca: a diferença de gerações. Fabi já se sentia aquela atleta experiente que lá em seu início ela também criticava, que falava sobre descanso e dinheiro, aquela que gostava de compartilhar suas histórias e sabedoria com as mais novas, nem sempre prontas a ouvi-la.

Somaram-se a isso novos elementos na rotina esportiva: celular, postagens nas redes sociais, músicas no vestiário e maquiagem como itens de jogo, mais a ausência da troca de experiências e vivências após os almoços. Denunciava-se a diferença geracional. E, se em 2014, a parte física havia sido uma questão, a cada ano ficava ainda mais difícil chegar em uma largada, e o tempo de recuperação entre jogos parecia aumentar.

Em seu processo de transição de carreira, Fabi começou a busca por novos caminhos para sua formação técnica e acadêmica, iniciando um curso de inglês, outro curso de formação técnica (nível I) no voleibol pela CBV, outros com o Comitê Olímpico Brasileiro, sempre pensando em continuar inserida no voleibol como treinadora, dada a liderança. O privilégio de ter ocupado uma posição em quadra de onde testemunhava as movimentações técnicas e táticas de jogo, o apreço pelas conversas entre treinadores e atletas e seu prazer pelo espaço esportivo pareciam direcioná-la a ocupar esse espaço.

Entretanto, o convite para ser comentarista das partidas de voleibol dos Jogos Olímpicos de 2016 foi determinante para seu processo de transição. A oportunidade de comentar trouxe prazer para Fabi, ao mesmo tempo em que a desafiava, pois “não era aquela simplicidade, não era aquela vida mansa” que ela imaginava. Ao mesmo tempo, estava posta a chance de continuar inserida no esporte em uma área em que também percebia uma ausência de mulheres. Apesar de não ter a necessidade financeira de estar imediatamente inserida no mercado de trabalho quando parasse de jogar, a proposta como um todo auxiliava sua decisão.

“Se por acaso eu parasse de jogar nessa temporada, vocês têm interesse?”. Com a resposta positiva do canal de esportes, a decisão e a espera em conversar com seu treinador Bernardinho foram sofridas, pois sabia que era

praticamente automática a sua renovação com a equipe, e sabia que o treinador poderia tentar demovê-la dessa ideia.

Mas ao compreender que o processo da Fabi havia se construído com muitos elementos e que sua etapa pós-carreira já seguiria em passos concretos, não havia outra opção a não ser o apoio a ela. Conseguindo segurar a informação até o último momento, Fabi foi para mais uma decisão de Superliga, e, por mais que tenha aberto um leque de opções, parecia que o destino selava o futuro daquela que sempre decidia seus passos.

É fundamental retornar para outro ponto estrutural da decisão da Fabi: a vontade de ser mãe. Ela sempre se imaginara em uma comissão técnica, como treinadora, auxiliando, pois sabia que toda sua experiência em quadra a favorecia para tal função. Ficou marcado em sua fala também o incômodo com a ausência de mulheres treinadoras; então, por que não ser ela uma dessas? E poderia ser com equipes adultas, ou na base, mas ela se via ali, havia até buscado formação inicial para tal papel. Mas, naquele momento, além de o destino ter lhe apresentado uma possibilidade que lhe agradava, manter-se no campo do treinamento esportivo faria com que ela não saísse daquela rotina de jogos, viagens e poucas folgas.

E ela queria ser mãe; não apenas ter uma filha, mas acompanhar cada etapa do processo, estar em casa, sentir as emoções, dores, ansiedades da maternidade. E, dentro de uma comissão técnica, as ausências que deram início à sua vontade de parar iriam se manter. Ela não discutiu outra possibilidade para o seu horizonte pós-carreira, pois a oportunidade como comentarista abraçava todas as suas necessidades. Então, embora tenha lamentado que sua filha não a veria em quadra, ela buscou racionalizar os elementos de sua decisão em parar, afirmando que o choque de geração contribuiu com 40% na sua decisão, enquanto a maternidade com os outros 60%.

Seu sonho em ser mãe, com a decisão de sua companheira em engravidar, foi fundamental na sua decisão, aliando-se à certeza de que, por vinte anos, havia feito tudo de forma intensa, apaixonada, visceral, e de que finalizaria com “a sensação de dever cumprido, [...] fiz muito mais do que eu imaginava fazer”.

Encerrou esse ciclo, iniciando outro em que, de alguma maneira, viu-se passando sua experiência e sua vivência através dos comentários esportivos.

Dali em diante, não sabia afirmar quando esse outro ciclo seria encerrado. Sabia com solidez que os questionamentos e incômodos pela ausência de mulheres treinadoras no voleibol brasileiro persistiam e que, quem sabe, este poderia ser outro passo da sua carreira no esporte.

## 8. REFLEXÕES, INFERÊNCIAS E POSSÍVEIS CAMINHOS

O conjunto de narrativas desta pesquisa trouxe três pós-atletas, que disputaram os Jogos Olímpicos, vivenciaram as estruturas do voleibol brasileiro de clubes e seleções, bem como os espaços internacionais do voleibol, em diferentes contextos político-histórico-sociais, com suas conquistas e a superação de diversos obstáculos. As trajetórias são únicas e singulares, trouxeram elementos muito específicos do que cada uma viveu. Ao mesmo tempo, elas não se fazem de forma isolada, elas representam parte de um coletivo que assim foi vivenciado dentro de um contexto social (HALBWACHS, 1990; BOSI, 2003; RICOEUR, 2007).

As narrativas biográficas da Jackie, Érika e Fabi, que nos falaram abertamente, com franqueza, sem pressa e com muita disposição, mostraram-se como disparador de múltiplos elementos a serem analisados com profundidade, fazendo surgir pontos que sequer estavam postos ou foram pensados previamente. As suas trajetórias rememoradas nos trouxeram um contexto do esporte, o significado de ser mulher dentro deste fenômeno, bem como diversos vestígios e indicações do tema desta pesquisa.

Ainda, as três narrativas carregam muitos elementos que se fundem, que se conectam e entrelaçam, direta ou indiretamente, fortalecendo alguns indícios dos apontamentos que serão apresentados. Sem que se programasse, as narrativas acabaram por complementar muitos argumentos umas das outras. Suas falas possuem certa atemporalidade, ao apresentar questões e problematizar enfaticamente a ausência de treinadoras no voleibol brasileiro, de maneira estruturalmente generificada.

Mas há também vestígios em suas vozes que são exclusivos de cada uma, apareceram apenas na narrativa de uma das entrevistadas, graças a seus caminhos, suas formações e seus valores. Nem por isso, é importante ressaltar, são aspectos que devem ser minimizados, diminuídos ou menosprezados. Seus conteúdos únicos são parte de suas vozes, pedaços imprescindíveis de seus itinerários e o que as fez ser quem são. Assim, os aspectos únicos na vida de cada

uma delas também carregam a coletividade dos conjuntos de acontecimentos sociais nos seus percursos (ELIAS, 1995).

Na análise das narrativas, alicerçando-me nas bases teóricas apresentadas, muitos caminhos parecem-me apontar como razões da problemática proposta. Nenhuma das três entrevistadas está colocada no esporte de alto rendimento como treinadora, nenhuma das três ocupa esse espaço. Este é o fato concreto que, durante suas narrativas, me fez problematizar o cenário, uma vez que são três trajetórias de sucesso no esporte, com conquistas importantes enquanto atletas – das mais significativas para o voleibol brasileiro –, sem que esse espaço seja delas ou de qualquer outra companheira de seus tempos competitivos.

Diversos questionamentos surgem, então: Fabiana Alvim, líbero brasileira bicampeã olímpica, líder de sua geração, uma das melhores de sua posição na história, nunca recebeu um convite para ser treinadora, ainda que visse em si mesma esse caminho como possibilidade; Érika Coimbra, destaque na modalidade desde muito cedo, com diversas premiações, e medalhista olímpica, nunca aventou a ocupação desse espaço como alternativa; e Jackie Silva, a primeira mulher brasileira a conquistar uma medalha olímpica de ouro, eleita melhor levantadora dos Jogos de 1984, não conseguiu ter consistência para ali estar.

Por mais que o “destino” tenha as empurrado para outros caminhos, ao mesmo tempo, atletas homens parecem ser igualmente empurrados para estes cargos em grandes equipes assim que finalizam suas carreiras como atletas. Na atual edição da Superliga, por exemplo, entre 24 treinadores – todos homens –, temos dois campeões olímpicos, afóra outros atletas que foram medalhistas olímpicos, participaram da seleção brasileira ou do voleibol profissional de clubes.

Em nenhum momento das narrativas, as atletas apontaram que receberam negativas frente a qualquer tentativa de serem treinadoras. No entanto, parece haver alguma barreira, ainda que invisível – não dita, não explícita –, que faz com que este não seja um caminho para as mulheres no voleibol. Em contrapartida, está posto e estabelecido o cargo de liderança de uma comissão técnica como masculino, sem questionamentos ou reflexões maiores. Há configurações dessa modalidade que estabelecem o estado das coisas tal como estão.



### 8.1. Controle de corpos

Ao observarmos a criação de uma modalidade que desenvolve o movimento humano, mas sem o esforço excessivo, o suor, o contato físico, desvelamos um discurso que cabe perfeitamente àquele forjado, quase que na mesma época, às mulheres. O voleibol parece encaixar-se dentro da ideia de um *script*, uma prática cultural com significado público selecionada ao longo do tempo, de maneira transgeracional, a partir de um ponto de vista privilegiado do poder, determinando o que é, deve ser ou pode fazer uma pessoa, com influências em suas emoções, saúde e bem-estar, sempre buscando preservar aquilo que é valorizado e eliminar o que é conflitante (ZANELLO, 2018).

Ryder et al. (2011) vão afirmar que os scripts se referem a unidades organizadas de conhecimento que produzem códigos e propagam seus sentidos, significados e práticas, tanto estruturando sentidos e significados na mente, quanto agindo como orientadores de práticas comportamentais. É mais do que o estabelecimento de um roteiro externo, mas a interiorização significativa de conceitos, elementos e valores que determina e controla, por exemplo, os espaços que o sujeito pode ocupar.

A verdade disseminada no fim do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, especialmente, era a de que as mulheres deveriam movimentar seus corpos para alcançar sua função social, a maternidade, mas dentro de preceitos definidos pelas verdades (masculinas) da época. Se às mulheres, o vigor empreendido deveria ser moderado, a aparência física, cuidada, e a aparição pública, controlada, mantendo-se uma distância das relações sociais, essa recém-criada e já esportivizada modalidade alinhou-se facilmente a essa retórica.

Lauretis (1994) vai afirmar que a construção das desigualdades de gêneros se faz pelas diferentes linguagens e tecnologias, que controlam o que é socialmente reconhecido, aceito e valorizado, para a promoção e a produção de determinadas representações de gênero; ficando outros discursos e possibilidades à margem desses hegemônicos. Para a autora, não se trata de uma afirmação direta e

afirmativa, mas sim de uma manutenção de um *status quo*, através de uma ideia construída por simbologias, códigos e promoção de valores.

O voleibol assimila, assim, uma linguagem corporal que atende a essa demanda de um discurso predominante, já que representa um espaço de conquista e poder, ao mesmo tempo pragmaticamente alinhado a um conceito de gênero. Não há nenhuma explicitação acerca de espaços em que mulheres podem ou não ocupar, de maneira geral, no voleibol. No entanto, há um conjunto de marcas não ditas que, faz-se crer, sinaliza para determinadas possibilidades que não lhes cabem.

Foucault (1987) nos faz pensar na relação disciplinadora do esporte, através também da repetição de uma técnica, para a transformação de arranjos sociais, ao mesmo tempo em que individualiza a capacidade do sujeito e busca o controle dos corpos, adequados a um lugar dentro de uma rede de relações. Sobre disciplinarização de corpos, o autor ainda observa

[...] uma teoria geral de adestramento, no centro dos quais reina a noção de 'docilidade' que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 1987, p.126-7).

Nessa ideia de discursos e práticas de controle, as ciências biológicas apontam para distinções de homens e mulheres e, no esporte, servem para regular diferenças entre masculinidade e feminilidade, a fim de justificar e naturalizar as estruturas, possibilidades e valores. Dá-se a construção de um discurso que se encaixe naquilo que politicamente se procura manter; propagam-se ideias que voltem a afirmar, nas nuances, aquilo que cabe aos diferentes corpos.

Há que se entender como um controle de corpos o discurso que prega uma participação esportiva feminina que parece aliá-la a um tipo específico de prática, na medida em que busca a manutenção de poder. Dentro do voleibol, essa narrativa é fortalecida pelos meios discursivos, sejam os oficiais dentro do esporte – e aqui considero os conceitos de sua criação como essências deste –, sejam os

elementos que surgem a partir e por causa dele, como as representações midiáticas. Retomemos ainda as reproduções jornalísticas que colocavam, desde a ascensão do voleibol feminino, na década de 1980, as atletas do voleibol como musas, questionando seus “dons domésticos”, sua maternidade, e em suma, sua suposta feminilidade (REVISTA VEJA, 1982; REVISTA PLACAR, 1984,).

Assim, definia-se a primeira geração feminina de maior destaque no voleibol brasileiro como a “geração das musas” ou “seleção de musas”, como dito por comunicadores da época. As equipes masculinas, no entanto, eram denominadas “seleção de ouro”, ainda que nenhum grande título internacional (olímpico, mundial) houvesse sido conquistado por nenhum dos selecionados brasileiros (MARQUES JUNIOR, 2012). Lembrando-se que com a conquista da prata olímpica pelo voleibol masculino em 1984, houve uma declarada diferenciação no tratamento, o que incorpora não apenas um discurso da ordem do concreto, mas de todas as subjetividades que ele carrega.

Jackie fazia parte dessa primeira geração da seleção feminina que alcançou um lugar de maior reconhecimento social, mas, por não se enquadrar em um modelo específico de atleta, sempre entendendo esse conceito de maneira generificada, e por utilizar sua voz para se mostrar contrária às desigualdades desse contexto, foi rotineiramente excluída dos espaços mais básicos a que tinha direito e mérito, por toda sua qualidade técnica, tática e física – elementos que sempre foram publicamente reconhecidos, desde sua juventude.

Ao se opor às organizações coletivas, ao mostrar suas discordâncias com atitudes e ações, ao não aceitar ver sua imagem ser explorada por outros ou simplesmente ao lutar por aquilo que acreditava ser seu direito, ela era eliminada daquele contexto. Primeiramente, seus treinadores, aquelas figuras que deveriam apresentar hierarquia e liderança, que conseguissem resolver as questões de relacionamento dos grupos no seu início de seleção, não faziam ou não eram capazes de; eram sempre aquelas garotas, ainda em desenvolvimento, as culpadas e punidas por quaisquer questões que pudessem aparecer. A atleta, ao expor sua opinião e não aceitar o que buscavam fazer, de certa forma, com seu corpo, não teve sequer um clube para jogar no Brasil.

É impossível, neste momento, não pensar então em uma organização institucional do voleibol brasileiro que não tenha agido de forma deliberada e coletiva na exclusão da levantadora titular da seleção brasileira. É impensável, entre todos os clubes do Brasil à época, que nenhum estivesse interessado em ter em seu plantel de jogadoras, aquela que representara o Brasil na última edição dos Jogos Olímpicos e fora eleita a melhor do torneio (embora o Brasil não tivesse figurado nem entre os quatro melhores da competição).

Quando ela construiu seus próprios caminhos e conseguiu novamente ser um destaque, dessa vez no voleibol de praia, com reconhecimento internacional, seu corpo é mais uma vez controlado e limitado. Antes dos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, ao se apresentar como a principal chance do Brasil de ganhar uma medalha olímpica, Jackie se viu obrigada a disputar os torneios brasileiros. O presidente da entidade, Carlos Arthur Nuzman, determinou onde ela deveria jogar e onde não poderia, dando-lhe uma possibilidade apenas, sem que nenhum critério técnico ou competitivo fosse de fato apresentado.

Na narrativa da Érika, o controle de seu corpo apareceu de diferentes e violentas formas. No início de sua trajetória, teve de se deparar com o assédio ao corpo de uma colega de seleção, também nova, e observar a determinação de sua identidade de gênero por um grupo de doutos senhores que iriam determinar a sua condição enquanto mulher no esporte. Regras institucionais que instituíam – e ainda instituem – os testes de verificação de gênero (que abordarei mais profundamente a seguir) coagiram a atleta com apenas 17 anos à época a abandonar uma disputa de um Campeonato Mundial, sem mesmo compreender a razão pela qual fazia aquilo.

Se ali já lhe fora negada informação, no desenrolar do processo de descoberta de sua síndrome, as violências e os controles sobre seu corpo e suas escolhas foram ainda mais profundos. No retorno para o Brasil, ela foi convocada com sua família para uma reunião “médica”, em que apenas lhe disseram os caminhos a percorrer e, sem nenhum cuidado ou acolhimento, expuseram as consequências mais diretas, como a impossibilidade de gestar.

A cirurgia não foi uma opção, foi uma determinação, assim como uma nova perícia de seu corpo em um país estrangeiro, cabendo novamente a outros

controlar e determinar a sua condição enquanto mulher. Soma-se a tudo isso, ainda, a determinação de medicamentos e reposições hormonais de que ela deveria fazer uso, de novo sem que lhe fosse explicada ou dada uma opção.

O certo é que apenas o corpo feminino deve ser controlado, normatizado e objetificado. Qualquer desvio desses corpos é colocado em uma posição irregular, que abalará as estruturas e conformações dos modelos definitivos de se ser mulher no esporte. A elas, não é permitida uma ascensão a um destaque muito elevado, especialmente se isso romper com as discussões binárias dentro do esporte.

Se inicialmente, nos anos 1930, a intenção dos gestores esportivos era prevenir a presença de "homens impostores nas competições femininas, os testes de verificação de gênero logo transformaram seus objetivos para o controle de supostas<sup>24</sup> vantagens competitivas. Mesmo que a parte da medicina reconheça a inexistência de um binarismo fixo, identificando a variabilidade de espectros, as instituições esportivas, das mais elevadas, pautam-se em discursos médicos binários para justificar a realização desses mesmos testes (PIEPER, 2016).

Para Pieper, porém, o curioso é que os únicos corpos que não podem produzir vantagens exacerbadas e devem ser "verificados" são os corpos femininos, não havendo quaisquer julgamentos sobre as identidades de gênero de qualquer atleta homem que também possua resultados muito acima de seus rivais. Em uma retórica pautada pelo *fair play*, diz-se ser a intenção assegurar a equidade física das mulheres atletas, sendo essa uma premissa não verdadeira nas competições masculinas.

No entanto, esse sistema binário de divisão e controle de poder, construído com valores patriarcais, da medicina, das ciências e religiões, entre outros, primeiramente coloca todas e todos em duas possibilidades apenas, sujeitando atletas a caberem nessas duas lacunas, homem ou mulher. Ademais, qualquer mulher atleta que não couber nas expectativas sociais, seja por seu desempenho, seja por sua aparência física, terá sua identidade de gênero publicamente posta à prova (WACKWITZ, 2003).

---

<sup>24</sup> Em seu estudo, Francisco, Silva e Enya (2019) apresentam diferentes casos em que a suposta superioridade física masculina, que deveria sempre dar a vitória a esses, não se confirma. Desde casos de atletas trans a outros em que equipes femininas venceram suas competições contra equipes masculinas, essa vantagem não se confirma na totalidade dos casos.

Com diferentes formatos e expondo mulheres atletas a diversas violências, sobretudo, sempre foram os corpos femininos que tiveram que comprovar-se como tais. De testes por apalpação da genitália, na década de 1960, passando pela avaliação cromossômica que a Érika realizou com um teste de saliva, até testes que hoje em dia acontecem de acordo com a requisição de adversárias, essas necessidades de comprovação surgiram e se perpetuam a partir de uma inadequação aos padrões de gênero eurocêtricos e estadunidenses, sejam pelos fenótipos ou por rendimentos que, para as instituições esportivas, não condizem com os de uma mulher. O fator determinante para a manutenção desses testes parece ser a possibilidade de corpos femininos se destacarem fora dos controles patriarcais (FRANCISCO, SILVA & ENYA, 2019).

Érika teve seu corpo submetido a um teste obrigatório que é apenas para a categoria feminina e que tão somente as submetendo à necessidade de comprovação de suas próprias identidades. De forma mais contundente, ela sofre ainda diversas das violências possíveis em virtude dos resultados desse teste, que buscaram controlar todos os aspectos de seu corpo, dos procedimentos à informação.

Mas o controle sobre seu corpo extrapola aquilo que a afetava internamente, para determinar se ela caberia ou não no espaço do voleibol feminino. Antes mesmo de completar 20 anos, um grupo de treinadores e chefes de instituições do voleibol votou pela sua participação nas competições nacionais; ela recebeu inclusive um voto contrário ao seu direito de estar em quadra. Ainda viu sua ficha médica ser divulgada e discutida de forma ampla, irrestrita e na maior parte das vezes, sem conhecimento técnico adequado, por torcedores e mídias.

E, com mais um elemento explícito de controle, Érika se viu no meio de uma disputa entre treinadores que buscavam decidir qual seria o seu futuro na quadra, no que se referia à função que ela deveria executar. Por fatores externos a ela, foi colocada na posição de levantadora e, no meio de uma disputa maior, acabou por se ver no conflito, algo que pode tê-la tirado da chance de disputar os Jogos Olímpicos de 2008, mesmo apresentando condições técnicas para tal.

Os cerceamentos pelos quais passou ao longo de toda sua carreira atravessaram-lhe em muitas esferas, e ela apenas se fez a atleta que representa graças à sua capacidade de superação e de transformar seu foco para outros horizontes. Érika conseguiu aproveitar-se da própria estrutura de gênero para direcionar os discursos sobre si, as suas possibilidades; mas ciente de que ali houve perdas e silenciamentos de si.

Ao verem seus corpos sendo discutidos por outros, Jackie e Érika conheceram as formas como seus corpos de atletas e indivíduos foram controlados, e determinados os espaços que lhes eram possíveis. As diferenças, talvez, partam para o lugar que suas vozes ocuparam: Jackie, ao publicamente manifestar as desigualdades e lutar por seus direitos, fez com que seu corpo saísse da esfera privada, ainda que dentro da seleção. Quando sua voz alcançou um viés público e notório, com manchetes de jornais sobre o uniforme no avesso, houve uma representação explícita de contrariedade às estruturas e ao machismo das instituições do voleibol brasileiro, que davam condições diferenciadas a eles.

Essa exposição pública foi uma situação que não poderia ser tolerada pelos detentores do poder, pois, embora Jackie tenha feito isso pensando em razões particulares, essas estruturas poderiam ser abaladas se outras mulheres a acompanhassem. Às mulheres há sempre um discurso de cordialidade e ocupação dos espaços privados, enquanto os espaços públicos cabem aos homens, em prol da manutenção de um estado das coisas e suas organizações (PERROT, 2005).

Érika, por sua vez, fez uso de outra estratégia que, de certa forma, permitiu com que ela estivesse em determinados espaços do voleibol brasileiro sem grandes questionamentos. Dados seus fenótipos, somados a uma paixão da torcida japonesa quando por lá jogou, ela foi alçada ao lugar de musa e logo percebeu que aquele lugar, por mais que lhe tirasse outras perspectivas sobre o que falar ou onde estar, seria uma possibilidade para que sua intimidade e os discursos sobre seu corpo fossem preservados.

Para Perrot (2005, p. 447), o corpo centraliza-se em todas as relações de poder, mas é o corpo da mulher que é o centro, “sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir

[...] são o objeto de uma perpétua suspeita”. Essa associação primária da atleta enquanto musa, centralizando seu corpo, retira-lhe o direito de falar sobre seu jogo, sua compreensão da modalidade, sobre táticas, desconfortos e reivindicações, e coloca-a em um lugar único da beleza.

É como se fosse esse o assunto, o lugar que lhe coubesse, esvaziando quaisquer outras possibilidades discursivas e de atuação. E, lembrando, essa é uma estratégia que foi utilizada lá com aquele primeiro grupo olímpico, no início da década de 1980, mas também com a geração da Érika, nos dias presentes com jogadoras do plantel atual da seleção; enfim, é algo recorrente.

Invisibilizam-se as mulheres em sua completude e procura-se apagar qualquer outro lugar que ela tente ocupar. No coletivo isso também me parece ter repercussões, na medida em que aquelas que não se encaixam nesses padrões de “musas”, seja na sua estética, seja na sua “docilidade”, terão ainda menos voz e espaço, terão seus lugares determinados, serão descaracterizadas nas suas subjetividades. É certo, porém, que há alguma mudança e avanços, descritos na narrativa da Fabi, por exemplo, quando a mesma reconhece o poder da sua voz e do lugar que ocupa.

O voleibol parece procurar formas de sempre manter suas atletas em lugares restritos, com suas vozes abafadas e possibilidades cerceadas. Não cabe a uma mulher ocupar qualquer espaço, da forma que quiser, no voleibol brasileiro. Evidenciam-se, na totalidade das narrativas aqui coletadas, entre tantas outras, algumas formas de controle dos corpos femininos, de fazê-los sempre caber em caixas pré-estabelecidas a partir de conceitos coloniais, habitualmente com retóricas de adjetivação e silenciamento desses corpos.

## **8.2. A fragilidade**

Esses discursos propagados no e pelo esporte não trazem e difundem apenas o que está neles expresso, mas também todas as imaterialidades direcionadas ao gênero, como a fragilidade, a instabilidade emocional e a incapacidade de suportar a pressão das competições. Volto-me para a fala da Fabi,



quando ela mesma se questiona se, de fato, ela e o grupo não seriam frágeis, suscetíveis às questões da emoção, após serem apontadas constantemente, pela torcida e pelos veículos midiáticos, de não serem capazes nos momentos decisivos, como uma profecia auto realizadora<sup>25</sup>.

A derrota em 2004, vivida pela Érika, mas não pela Fabi, nem pela maioria das atletas que sucederam aquele ciclo, marcou o grupo da líbero brasileira profundamente. Segundo a atleta, a discussão de resultados da seleção feminina foi feita na perspectiva de gênero, excluindo-se quaisquer outros fatores que pudessem levar à vitória e, principalmente, à derrota. Mesmo alcançando o título olímpico em 2008, o que deveria consolidar a capacidade delas, a equipe feminina seguiu sofrendo publicamente com o menor dos deslizes.

Derrota, parte do processo competitivo, localiza-se como sombra social do esporte contemporâneo, ou seja, em lugares individuais e coletivos que são incompatíveis com aquilo que conscientemente desejamos, com elementos que não foram elaborados. A vitória parece não precisar de elaboração, enquanto os “momentos de derrota são sempre tidos como próprios para avaliar erros e refazer planejamentos, levando atletas e equipes a se considerarem duplamente punidos” (RUBIO, 2006, p. 88). Entendo, corroborando com essa perspectiva de Rubio, que as derrotas femininas, que seriam naturais do processo de competição, sofrem com a retomada de discursos como da fragilidade emocional, adicionando uma terceira camada às mulheres atletas.

A seleção masculina, após perder duas finais olímpicas consecutivas – e não quero aqui tirar o mérito de alcançar duas disputas da medalha de ouro – tem como justificativas a superioridade técnica estadunidense ou a ausência de um jogador específico do Brasil, em 2008; em 2012, a justificativa para a derrota foi o xadrez tático russo, que alterou sua forma de jogo e assim venceu a equipe brasileira. Não houve uma contestação maior de ordem emocional, fosse coletiva ou individual.

---

<sup>25</sup> “Profecia auto realizadora é uma consequência da ação dos esquemas sociais. Consiste na exibição de um padrão de comportamentos, que, guiados por esquemas, faz com que a pessoa alvo deste comportamento seja influenciada por ele e responda de forma coerente com as expectativas” (JABLONSKI, 2001, p. 36).

Se na década de 1980 as gerações com conquistas similares eram tratadas por “ouro” e “musas”, as derrotas nos anos 2000 eram justificadas ou pelas superioridades técnica e tática, nos selecionados masculinos, ou pela marca de um gênero que “amarelava”. Segundo a Fabi, com os homens “há sempre uma maneira mais benevolente de se olhar para a história”.

Acker (1990, p. 152, tradução nossa) vai nos afirmar:

A manutenção da hierarquia de gênero é alcançada em parte por meio desses controles muitas vezes tácitos baseados em argumentos sobre a reprodução, a emotividade e a sexualidade das mulheres, ajudando a legitimar as estruturas organizacionais criadas por meio de técnicas abstratas e intelectualizadas<sup>26</sup>.

Nesse sentido, o voleibol apresenta indícios de ser uma modalidade que em todos os seus pilares fortalece uma construção discursiva e prática, concreta e implícita, nas nuances e nas subjetividades, de corpos femininos que se adequam a um modelo de gênero construído, a um padrão que consegue ser feminino de acordo com os conceitos majoritariamente difundidos, a uma forma que elas podem ter e um lugar onde elas podem estar.

Se o esporte de maneira geral evidencia essa dicotomia, observo duas questões: há modalidades que agridem um padrão do ser mulher, e, só por estarem lá, as mulheres já fazem com que esses sejam espaços de enfrentamentos – e conquistas; e há modalidades ditas femininas, cujos gestos, movimentos e práticas são relacionados com esses mesmos padrões, e, nestas, mulheres conseguem ocupar postos de comando.

Modalidades como futebol, boxe, levantamento de peso, mais conectadas a um estereótipo masculino, parecem empurrar as mulheres para um enfrentamento direto, sua ocupação ali já se faz como confronto, fazendo-as desafiar preconceitos ligados aos rótulos. São vistas como desviantes de um padrão feminino esperado e

---

<sup>26</sup> Trecho original: “*The maintenance of gendered hierarchy is achieved partly through such often-tacit controls based on arguments about women’s reproduction, emotionality, and sexuality, helping legitimate the organizational structures created through abstract, intellectualize techniques*”.

enfrentam questionamentos quanto à sua sexualidade e identidade, dadas suas disposições para os treinamentos e competitividade (DEVIDE, 2005).

O voleibol, no entanto, parece-me apontar para uma terceira direção. Os movimentos desta modalidade, quando realizados por mulheres, são aliados à beleza e graciosidade; assim, reforçam-se os padrões ditos do feminino, mas sem o alcance de poder e a diminuição das desigualdades de gênero. É o lugar em que mulheres podem ser atletas, competitivas, até agressivas, pois estando ali, enquanto musas, femininas, graciosas e belas, seus corpos enchem ginásios e mantêm uma estrutura de poder. Seguem, dessa maneira, os preceitos da cordialidade propostos por Holanda (2014) e Rubio (2011), ou seja, de certa complacência com as condições impostas, certa aceitação de um modelo esportivo e social dominante.

Demonstra-se um cenário que parece atender a essa estrutura patriarcal hegemônica, uma vez que produz uma argumentação sobre sua própria prática e seus movimentos, incumbindo ao voleibol feminino adjetivos generificados, embora os mesmos gestos recebam outra adjetivação quando observados no naipe masculino. O voleibol, portanto, preserva as desigualdades nas relações de poder, excluindo ou privando uma ocupação feminina nas diferentes esferas institucionais.

### **8.3. Vozes públicas**

É neste contexto que entendo, sobretudo, o espaço de treinadora: não como uma disputa qualquer por um espaço de comando, mas como as peculiaridades específicas tanto da modalidade, quanto do cargo, somadas às questões de gênero que interferem nas relações de trabalho em si. Se ocupar cargos de poder já se mostra um desafio para as mulheres, atributos como organização e capacidade de realizar múltiplas tarefas simultâneas favorecem uma (limitada) ocupação feminina na área de gestão – não sem luta. O espaço público de treinadora, porém, apresenta outra realidade.

É notável que o sistema patriarcal eurocêntrico, que rege relações familiares, dentro da esfera doméstica, transborda e também determina as relações públicas, ou seja, se torna igualmente visível nos espaços de produção e de

cidadania. Quijano (2014) adiciona que o modelo eurocêntrico de exploração dos espaços e sociedades se formou com base nas classificações raciais, sendo a unidade e a integração familiar burguesas impostas como eixos de um padrão formal, com seus valores e normas conectados à colonialidade do poder. Mas é essa relação familiar a matriz das discriminações, ainda mais nos países do eixo sul, como o Brasil, onde sempre se responsabilizam as mulheres pelas tarefas mais ligadas ao cuidado, seja na esfera privada, seja na esfera pública (SANTOS, 2019).

Perrot (2005) entende, essencialmente, que a diferenciação entre aquilo que é público e o que é privado comporta-se como uma forma de governabilidade, de manutenção de um *status quo*, igualando a divisão dos sexos/gêneros à divisão dos papéis sociais. Ou seja: aos homens a esfera pública, centrada na política; às mulheres o privado, formado pelo cuidado e pelo doméstico.

Zanello (2018) adiciona que a figura masculina sempre foi identificada à racionalidade, enquanto as mulheres são associadas à insanidade, o que provoca uma polaridade entre a justificativa de erros femininos através da loucura e esta mesma como uma essência feminina. Transferindo esse conceito para o voleibol, fica o questionamento de como seria vista uma mulher aos olhos públicos em momentos de exaltação e cobranças ríspidas com atletas, algo tão comum a treinadores homens.

Questionamento que pode ser respondido com a narrativa da Jackie: ao narrar momentos em que foi incisiva, direta e brigou pelo que acreditava, colocaram-lhe a marca de difícil, briguenta. A covardia com que essa chancela lhe é imposta concentra-se na perda do poder de sua voz, na medida em que é isolada e não tem o poder político das instituições. Aqueles que detêm o poder público também tiveram o poder de moldar a história sobre a Jackie que seria contada oficialmente.

Retornando à discussão para o cargo de treinadora, no voleibol essa função centra-se com grandes destaques, pois além das definições de praxe, como a escolha da equipe titular e as substituições, naturais à grande maioria das modalidades coletivas, há ainda as solicitações de tempo técnico e de desafio das jogadas, que têm papel ativo entre os ralis, dada a característica própria do jogo.

Para mais, seja para a torcida, ou para fins midiáticos e de espetacularização, os jogos televisionados têm sempre câmeras que registram as reações dos treinadores, e até um microfone, que capta todos os seus recados e instruções nos pedidos de tempo (CBV, 2023).

Além da análise sobre a relação público e privado, Perrot (2005) nos faz refletir sobre a condição da voz pública da mulher, entendendo a voz como uma forma de expressão, mas também uma forma de regulação das sociedades tradicionais. Às mulheres, diz a autora, é dado o direito à voz, mas a uma voz informal, coletiva, privada, que tira sua identidade e a invisibiliza; o que lhes é recusado é a voz pública.

Ora, essa definição se enquadra no posto de treinadora, pois ali está uma voz explícita, única, gravada em vídeo e divulgada para quem estiver assistindo à transmissão, uma voz que sai da esfera privada, coletiva, e se sobressai. Ser treinadora, assim, é postar sua voz de forma singular, tomando decisões frente a coletivos e, essencialmente, tornando público o fato de ser ela, a treinadora, aquela que está no comando da equipe. Essa voz, dentro desse contexto espetacularizado, será submetida à apreciação e ao julgamento alheio de torcedores, dirigentes, mídia e atletas.

Jackie, podemos dizer, está acostumada a essa baliza coletiva frente ao que fala e faz, e sempre que tentou colocar sua voz publicamente, sofreu as consequências de ousar pôr-se contra os detentores do poder. Hoje, por mais que já tenha se colocado como uma voz entre treinadoras no Brasil, ela entende que as concessões pessoais que deve fazer para tal não valem o sacrifício, e prefere, assim, fazer uso de sua voz com atletas em formação, em escolas públicas, utilizando-se da sua imagem também da maneira que lhe faz sentido – como quando é reconhecida enquanto madrinha dos Jogos Estudantis Brasileiros.

Já Érika pretende colocar sua voz, hoje, a serviço de outras mulheres, meninas e suas famílias que possam vir a passar pelas mesmas questões e violências pelas quais passou. Quando atleta, viu-se também cerceada e colocada em um lugar, o de musa, que era conveniente para as demais estruturas do voleibol, pois evitariam que as questões de gênero que ela pudesse abordar viessem à tona.

Ela, sabiamente, fez uso também dessa imagem, mas reconhece os processos de apagamento pelos quais passou.

Por fim, na trajetória da Fabi, dois aspectos conectam-se a esses pontos: primeiro, enquanto atleta, a condição de sua voz coletiva, pertencente a um grupo; depois, enquanto líder e provavelmente em papéis de comando importantes dentro de suas equipes. Mas sua voz se perde no grupo, reverbera como parte e, de fato, não é ouvida de forma pública. Em seu processo de transição de carreira, quando ela reafirma que não se trata de uma decisão e uma escolha individual, intriga-me o fato de que o convite de trabalho que ela recebe é para um cargo em que ela terá voz, pois, como comentarista, será ouvida e ganhará espaço; mas uma voz secundária, uma voz que exerce sua opinião, mas não mostra seu rosto, e está longe das decisões relacionadas ao voleibol.

Assim, não é de se surpreender a ausência de convites na área de treinamento para Fabi, no cargo principal, ou no de auxiliar técnica. Não obstante ser uma líder relevante, uma atleta com títulos, conhecimentos técnicos e táticos destacados, a oportunidade ofertada foi a de comunicadora, ainda dentro do esporte, mas em um cargo sem qualquer poder decisivo dentro do voleibol. Jackie, talvez mais insistente para a função, até alcançou o alto rendimento como treinadora, mas viu-se pressionada por outras questões e não conseguiu a estabilidade para exercer esse papel. Para Érika, por fim, essa possibilidade nem ao menos apareceu como possibilidade, seja por ela ou por outros, mesmo que sua disciplina tática e habilidade técnica fossem reconhecidas por importantes nomes do voleibol brasileiro.

Não se trata aqui de avaliar a capacidade individual, do conhecimento técnico para a função, ou de opinar sobre a escolha profissional e pessoal de cada uma dessas mulheres, mas ilustra-se um cenário em que a figura feminina, com todas as suas diversidades, parece não caber como treinadora, não se faz possível. Em diferentes cenários, tempos e, principalmente, com diferentes argumentos, as mulheres são empurradas para além do cargo de treinadoras.

#### 8.4. As grandes mães

O que comumente entra em seu discurso e é também muito utilizado para determinar os espaços da mulher na sociedade é a maternidade. A maternidade, citada como projeto determinante para suas escolhas apenas na narrativa da Fabi, parece ser empecilho frente ao contexto esportivo. Como ela e Érika revelam ser seus desejos, não há estrutura para se exercer uma maternidade plena e seguir uma carreira dentro do esporte de alto rendimento; ou seja, o esporte é incompatível com a maternidade.

Para Érika, a maternidade apresentou-se em dois locais: o lugar da dor, tanto de não poder gerar uma criança dentro de si, quanto de ter que lidar com todo seu processo e dividir essa questão a cada novo relacionamento mais sério; e o do sonho, fosse este que traz um certo sofrimento e incertezas, fosse o de querer de alguma forma ter alguém chamando-a de mãe. Nesse sentido, a maternidade – uma idealização que ela tinha desde muito cedo –, foi uma questão complexa com a qual ela teve de lidar de forma muito precoce. Essa temática parece estar em tantos lugares dentro dela que se mistura com a concepção que tem de si, seus projetos e planos futuros, seu gênero e identidade.

Mais do que ter filhos, ser mãe envolve o processo de gestar (fisicamente e/ou emocionalmente), de cuidar, de ser responsável por questões de ordem privada e pública de uma criança, funções que são sempre incumbidas às mulheres; um homem não é questionado, principalmente dentro do esporte, sobre ter ou não filhos, ou sobre o cuidado das crianças. É um aspecto que, embora tenha se transformado ao longo do tempo, serve como instrumento de poder, encontra-se nos discursos, mas também na construção de imaginários sobre o papel da mulher, servindo como prerrogativa para determinar o que as mulheres podem fazer e os espaços que lhes cabem.

Historicamente, de diferentes maneiras e formas, a maternidade sempre foi compreendida, colocada e utilizada para justificar o lugar ao qual as mulheres pertenciam. As questões de gênero não parecem-me poder ficar longe da discussão sobre esses discursos sobre os corpos femininos e suas funções sociais. A maternidade, ou maternagem, como utilizado por alguns autores, é aqui entendida

como gerar uma criança, cuidar dela, responsabilizar-se por suas ações, em partes de forma solitária; mas o tema vai muito além, uma vez que perpassa de alguma forma, com risco, todas as mulheres, tenham, ou não, filhos; desejem, ou não, ter filhos.

Na sua essência, a maternidade é subjetiva e traz consigo a principal forma de se interpretar gênero como algo universal, imutável e natural (GLENN, FORCEY & CHANG, 2016). Nas diferentes culturas e áreas geográficas, há uma relação visceral da maternidade com o feminino; e, embora pareça óbvia, essa é uma construção social.

No esporte, a maternidade sempre foi uma questão – quando se interessava aos cargos de poder<sup>27</sup> – para proibir ou limitar o que a mulher poderia fazer, incluindo suas práticas corporais. Nesse sentido, trago também algumas leituras relacionadas ao imaginário da Grande Mãe que nos auxiliam a compreender essa questão também no esporte.

O mito é a narrativa dinâmica de imagens e símbolos que dão lugar às ações de articulação do passado e do presente, olhando para o futuro (SANTOS, 2005). Auxiliando a complexidade desse tema, as construções míticas foram sempre utilizadas nos diversos contextos e tempos, criando-se as divindades para garantir uma explicação de mundo e vida, uma condição de princípios naturais e universais. Nesse caminho, como representação presente nas diversas culturas e momentos históricos, foram criadas conexões entre as figuras femininas e a questão da origem da vida, ou seja, ao dom de gerar algo ou uma vida – à maternidade –, com ou sem a necessidade de uma figura masculina.

Campbell vai afirmar que “uma mulher com seu filhinho é a básica da mitologia” (2015, p. 7), reforçando a ideia de que a experiência primeira de qualquer indivíduo seria a do corpo da mãe, e transportando essa para as demais esferas da vida adulta. Corroborando, Leeming (2010) evoca o conceito da Grande Mãe, como a deusa da fertilidade, presente enquanto terra, separada de seu cônjuge, o céu, para que a criação pudesse ocorrer nela.

Ainda que haja muitos mitos e religiões, especialmente os mais recentes, em que o mundo e a vida foram criados a partir de uma ilustração masculina, como o

---

<sup>27</sup> Fetter (2021) apresenta alguns casos em que atletas competiram grávidas ou ainda tiveram que realizar procedimentos, participar de treinamentos ou ainda tiveram suas escolhas relativas ao corpo limitadas por decisão de outros, treinadores e gestores.



cristianismo, por exemplo, o feminino está sempre encaixado com as questões da procriação, sendo não singulares o surgimento e nascimento a partir de uma divindade feminina.

Se, após o caos, surge Gaia, que dá vida a Urano sem precisar de uma figura masculina, criando ainda por conta própria as montanhas, os vales e as colinas, a mitologia grega vai nos afirmar que é com Urano que Gaia dará à luz os titãs. E será Réia, filha desses, a responsável por gerar as criaturas da Terra, com Zeus garantido o sopro de vida aos humanos (LEEMING & LEEMING, 1994). Com origem no sudoeste africano, a tribo *Wahungwe Makoni* tinha *Maori* (Deus), que deu a *Mwuesti*, uma representação masculina da Lua, alguns seres femininos, como *Massassi* e *Morongo*. Ao longo desse mito, após o toque de uma figura masculina, essas figuras femininas começavam a dar vida às coisas, como os animais, as árvores e até outros seres humanos. Ainda, segundo as mitologias cristãs, é Maria, uma mulher, quem dará à luz o filho de Deus (CAMPBELL, 2007).

Ainda que não seja de forma concreta uma questão para muitas mulheres, a maternidade não serve apenas para diferenciar questões de gênero, mas para estabelecer as relações de poder (FETTER, 2021). Santos (2013) continua a problematizar a dualidade nesse campo, porque, se por um lado as mulheres ocupam progressivamente mais cargos de comando, e exercem mais papéis na vida pública, por outro, a questão da maternidade continua a ser um elemento exclusivamente direcionado a elas.

Uma vez mais, não é função desta pesquisa julgar as escolhas, mas analisá-las à ótica de um esporte que, primeiro, aceita como verdade o fato de o cuidado de uma criança ser responsabilidade das mulheres, e que tudo o que elas fazem ou almejam fazer gire em torno desse universo. Em seguida, posta essa mesma maternidade como algo inconcebível a esse espaço, tanto como atleta, quanto como treinadora, faltando-lhe a estrutura e o apoio, obriga-se, de certa forma, a mulher a lidar com essa questão de forma solitária.

Fabi relata dois pontos importantes em sua narrativa sobre a maternidade, tanto quando menciona que havia pouco tempo e até contratos que proibiam a gravidez delas, quanto no que diz respeito à inconciliabilidade do desejo de ser mãe e continuar no esporte. Em contrapartida, não há qualquer discussão

sobre a responsabilidade de atletas pais e a viabilidade desses também exercerem suas paternidades dentro do contexto do esporte. A paternidade surge, contudo, como uma qualidade inequívoca, um elemento que adjetiva positivamente os homens, sem que seja de sua responsabilidade cuidar, nem que nada seja feito para tornar essas paternidades viáveis no espaço esportivo.

### **8.5. Sororidade e modelos**

É de se notar, enfim, que, nas vozes dessas atletas, diversas são as mulheres que atravessaram seus percursos e foram fundamentais para a superação de obstáculos, derrotas e dúvidas. Ainda que os seus treinadores tenham sido, em sua grande maioria, homens, na celebração de suas conquistas, na compreensão das questões de gênero, na percepção de caminhos a serem seguidos e lutas a serem travadas, são outras mulheres que são significadas nas narrativas deste trabalho.

Relembre-se aquela treinadora, única mulher que treinou Fabi profissionalmente, a Isabel, a primeira a de fato lhe dar uma oportunidade. Ou as suas companheiras de equipe, como a Fofão, cruciais na luta por premiações e condições iguais às da seleção masculina, passando por Sheilla e Fabiana, que deveriam ser capazes de liderar e reorganizar a equipe na condução do segundo título olímpico. Ou mesmo sua adversária coreana Kim, que, ao invés de comemorar uma grande vitória, parou para dar palavras de incentivo para as derrotadas.

Érika também tratou de suas amigadas: com a Elisângela, desde a época do teste; com Paula e Leila, naquela equipe deliciosa de se jogar, já mais próxima do fim de sua carreira competitiva. Ela ainda narrou aquela derrota contra as russas lembrando como suas colegas de banco incentivaram-na a todo instante para que ela pedisse para entrar em quadra.

Jackie, por sua vez, relatou suas parcerias mais próximas, pessoas com quem pôde contar e lutar: desde a Isabel – novamente ela –, ainda nos tempos de quadra; até a dupla que havia vencido nos Jogos Olímpicos de Atlanta, Adriana e

Mônica, na reivindicação por premiações equivalentes no Circuito Brasileiro de voleibol de praia.

Declarada ou implícita, de formas peculiares e singulares, é possível observar nas três narrativas a expressão da sororidade, uma rede de apoios e empatia que elas deixam transparecer como o lugar de segurança e relativa certeza, de suporte e de confiança. Sororidade não se constitui como um amor de mulheres com todas as demais, mas sim uma relação que não vise ao ódio ou à discriminação de uma mulher por outra *a priori*. Pelo contrário, busca-se com esse sentimento/ação um entendimento de que se deve buscar objetivos comuns, ainda que haja diferenças (SOUZA, 2016).

Parece-me, sob essa lente, que é preciso viabilizar o lugar de treinadora desde o início da formação de uma atleta, tornando-o uma realidade para as mulheres, uma possibilidade a ser sonhada e trabalhada. Isso passa pelos momentos de escolha das suas transições de carreira, até a efetivação nesses cargos; portanto, tal transformação não pode ser tida como uma ação individual, mas algo que se construa de forma coletiva e empática, entendendo-se todos os obstáculos pelos quais elas passarão. A sororidade que elas deixam transbordar em suas narrativas deve ser, assim, transferida para quando ocuparem seus lugares como treinadoras.

Um problema, porém, é a ausência de exemplos a se perseguir. Para as três narradoras – como para qualquer outra mulher –, há uma ausência de modelos a serem seguidos, uma falta de em quem se espelhar para trilhar caminhos parecidos. Isabel Salgado, amiga de Jackie, quando treinadora, no início da carreira da Fabi, foi finalista da Superliga, há mais de vinte anos. Contudo, os treinadores homens continuam a ser as referências majoritárias, ou todas as referências, como nessa edição da Superliga (FETTER & SILVA, 2011; CBV, 2023).

Há em suas narrativas uma série de violências as quais as três relatam, nos discursos, nas desigualdades de condições, no controle sobre seus corpos ou no cerceamento de direitos, entre outras formas. Coloco, como reflexão, se mulheres que passaram por todas essas questões, ou outras ainda mais graves, almejarão continuar em um espaço, o esporte, que tanto as violentou. Pergunto-me como

mulheres conseguiriam retornar para um espaço que sempre foi violento consigo, como lutar para ocupar esse espaço e como enfrentar ainda mais obstáculos ao ali estar.

Todos esses elementos parecem criar essa barreira intransponível, formam um conjunto de medidas ocultas nas nuances ou então expostas. Tal barreira não se forma como uma medida única, mas produz um “teto de vidro”, na busca por mulheres no cargo de treinadoras. Há estruturas que criam e sustentam esse “teto de vidro”, e as impede de ali estarem – estruturas que fazem prevalecer um cenário tão desigual. (KNOPPERS, 1987).

## 9. PARA ROMPER TETOS DE VIDRO

A realidade de treinadoras no voleibol brasileiro (CBV, 2023) mostra o tamanho da desigualdade, sobretudo de oportunidades, parecendo de fato haver uma concreta barreira. A elas cabe o espaço de atletas, com restrições na colocação de suas vozes de forma pública; cabe a exposição de seus corpos, suas belezas e a docilidade dos movimentos da modalidade; cabe alavancar os níveis de audiências para os veículos de transmissão das partidas (CARNEIRO, 2021)<sup>28</sup>. Convém-lhes também o espaço de gestoras, dadas suas capacidades de realizar muitas tarefas e de organização – menos nos principais postos de decisão, onde são as figuras masculinas que ocupam os cargos.

Como aponta Santos (2013), há um dilema nas transformações ocorridas na ocupação de espaço público que devemos compreender para continuar a busca por transformações: se, por um lado, há uma lógica de dominação doméstica que invade o espaço-tempo do trabalho, por vias diferentes de discriminação e assédio, por outro, somente essa ocupação e o enfrentamento dessas dificuldades conseguirão alterar os cenários observados e provocar de fato uma emancipação, com diminuição das desigualdades de gênero. Esse enfrentamento, em certa medida, já está posto no voleibol brasileiro, e cabe construirmos formas de fazê-lo, então.

Quando penso, portanto, em ações, retomo o início do poema “tem montanhas que crescem debaixo do nosso pé”, da poetisa indiana Rupi Kaur, que me leva a um importante componente desse debate. Não seria exequível o debate sobre gênero que Fabi levantou, sem que toda a história da Érika tivesse ocorrido e já trazido à tona muitos dos elementos sobre gênero. É impossível pensar as mulheres no voleibol durante as conquistas da Érika, sem relembrar tudo pelo que passou e lutou a Jackie, tudo o que ela conquistou. Certa ancestralidade, sem desmerecer o uso e a importância dessa palavra, marcou, marca e marcará as possibilidades no voleibol brasileiro.

---

<sup>28</sup> De acordo com reportagens divulgadas durante os Jogos Olímpicos de Tóquio, o voleibol feminino teve as maiores audiências da rede de televisão que transmitia os jogos, em comparação com as demais modalidades individuais e coletivas, masculinas ou femininas.

Neste caminhar, a revisão bibliográfica foi capaz de apresentar algumas proposições a serem seguidas e aprofundadas para a compreensão maior desse tema que possui tantas facetas, vertentes e complexidades, mas também para pensar ações transformadoras. Considero ser importante elaborar propostas que apontem direcionamentos e ações, que nos auxiliem a desenvolver reflexões e, principalmente, nos guiem para a construção de caminhos da concepção e ocupação do espaço de treinadora como possibilidade real e concreta para as mulheres no voleibol brasileiro.

Uma questão que me parece pertinente, entre tantos fatores, é a construção de pontes mais diretas desta pesquisa com a área da Educação, no seu sentido prático e teórico. Primeiro, e conectada diretamente com a transição, estaria a compreensão das formações e escolhas dessas mulheres nas suas transições, ou antes delas: os percursos, as oportunidades formais e informais de aprendizagem, da busca por conhecimentos específicos. Igualmente, outro fator seria a análise e a construção de oportunidades em seus processos de educação, que, além da qualificação profissional, sejam capazes de auxiliá-las na compreensão dessa possibilidade, desse lugar também como um direito delas. Nesse sentido, seria importante conceber a disponibilização de um conjunto de ações que, mesmo durante suas carreiras como atletas, as faça perceber que o espaço de treinadoras também pode, em um sentido concreto, ser delas.

É preciso pensar uma formação contínua das atletas, ao longo de suas carreiras, não como uma opção a se fazer entre a vida de atleta e uma trajetória de estudos, mas sim como o entendimento de que a educação – e essa não precisa seguir os moldes tradicionais de ensino e aprendizagem – deve ser algo do cotidiano, desde ou principalmente nas categorias de base. Nas falas das três atletas, de diferentes formas, surgiram elementos ligados à escolha entre educação e esporte, desde os momentos da escola até o ensino superior. As estruturas do voleibol brasileiro – aqui pensando a transição de carreira de forma mais ampla –, devem oportunizar o acesso à Educação.

Para concluir essa questão, sem um critério hierárquico, devemos pensar em ações concretas e medidas de educação também ligadas àquelas e àqueles que já se fazem presentes atualmente no ambiente esportivo, sejam elas e eles atletas,

sejam profissionais das quadras, das comissões técnicas e da direção. É preciso que se construa um ambiente de viabilidade para as mulheres nos cargos de treinadoras, para que estas não continuem a sofrer as diferentes manifestações de violências e assédios, as diversas formas de desigualdade que o esporte explicita.

A educação, pretensiosa por princípio, seria uma das vias que menciono no início deste trabalho para a construção de ações que concretamente modifiquem o estado (desigual) das estruturas dentro do voleibol brasileiro. Penso ser necessário tomar medidas relacionadas às instituições, às equipes, aos cursos de formação de treinadoras e treinadores, regras, ou outras providências que incluam as mulheres no posto de treinadoras, com suas identidades, suas características, sem anulá-las ou enfraquecê-las, por discursos ou práticas.

Nessa sequência, ao se investigarem com mais ênfase a transição de carreira e os elementos que fazem as atletas decidirem os próximos passos fora das quadras e construírem suas pós-carreiras, não é aceitável persistir na individualização de suas escolhas. Compreendido o cenário individual e coletivo dessas mulheres, isto é, as suas motivações, barreiras e justificativas na opção profissional que fazem ao se tornarem pós-atletas, todos os atores do esporte têm de ser envolvidos e responsabilizados.

Ao abordar as relações de gênero, todas as pessoas devem ser envolvidas, pois gênero não trata de questões relativas apenas às mulheres, mas ao coletivo. Os conceitos generificados estão expressos em nossa sociedade de muitas formas. O esporte se configura, de maneira importante, como uma dessas marcas que fazem uso de uma oposição binária fixa, como elemento de categorização e significação do ser homem e mulher na sociedade, nas suas significações sobre os papéis sociais de cada indivíduo (SCOTT, 1990). Mudanças nessas representações também se constituem como mudanças nas relações de poder. Assim, é necessário entender-se que este é um tópico de luta política e, portanto, será um espaço de conflito.

Buscar as narrativas dessas atletas ajudou no processo de reflexão, de questionamento e tomada de consciência; esse contato talvez tenha, pedantemente, empoderado essas mulheres, pois suas trajetórias, suas escolhas, suas motivações

e suas razões passam por ser mulher no esporte e suas identidades. Dar voz a elas traz outras verdades que rompem com as histórias oficiais, escritas e difundidas por aqueles que buscam manter as estruturas tais como estão.

Ficou evidente, também, que suas subjetividades fazem parte de um coletivo, conectado ou não à temporalidade de seus contextos. As vozes colocadas e ouvidas individualmente permitiram a compreensão do fenômeno coletivo, oportunizaram o entendimento de que suas escolhas, embora individuais, são parte de uma conjuntura generificada, como uma barreira coletiva criada que as impede inclusive de pensar concretamente no cargo de treinadoras como possibilidade.

Para alterar esse cenário de desigualdade e ausência de oportunidades, devemos trazer mais luz às questões que envolvem o espaço das treinadoras no voleibol brasileiro e, mais, tirar mulheres que almejam ser treinadoras de voleibol no alto rendimento brasileiro da invisibilidade. Devemos parar de naturalizar o cenário atual, problematizá-lo e buscar ações efetivas e agentes de mudança. Sobretudo, devemos analisar as relações de gênero convocando os demais atores e iluminando como a generificação do espaço esportivo afeta, positiva e negativamente, aqueles que ali estão, chamando-os para a responsabilidade do processo de transformação.

É preciso promover a mudança, nem que para isso seja necessário “pegar em marretas”, para romper com uma questão que não está posta como regra oficial, não se faz com nenhuma determinação institucional, mas ali está; um teto de vidro, uma barreira que faz com que mulheres brasileiras, atletas ou não, não consigam acessar o espaço de treinadoras de alto rendimento no voleibol brasileiro. É uma estrutura que também é excludente, pois as poucas que ali conseguiram chegar não puderam por lá permanecer.

A ausência de modelos em uma modalidade que se constrói a partir do reforço de valores aprisionantes, os discursos da maternidade, a relação de controle sobre os corpos e o contexto esportivo geral parecem-me ser os fatores de uma atmosfera difícil de ser rompida, uma estrutura que está tão fortemente alicerçada em diferentes bases, que não permite um olhar de grande otimismo quanto a possíveis mudanças de conjunturas.



No entanto, retorno para o elemento batalhador e positivamente rebelde da Jackie, para o lado sonhador e altruísta da Érika e para a resiliência e a potência da Fabi, expressas naquela frase repetida inúmeras vezes na sua narrativa, “só a gente pode mudar essa história”. Somo o que Rago (2004) constrói como um contexto social cujo olhar mais aberto e positivo para as mulheres é resultado concreto de lutas e ocupação de um mundo público – as montanhas já construídas abaixo de seus pés. Assim, com marretas à mão, entendo haver uma conjuntura mais ampla e fértil para discutirmos, oportunizar e inserir mais mulheres nos comandos de equipes de alto rendimento, sabendo que isto ocorrerá com enfrentamento, lutas e desestruturações de sustentáculos do esporte.

Diante disso, há um conjunto de ações possíveis que devem ser pensadas, planejadas e executadas pelas instituições do esporte e do voleibol brasileiros, através de cada pessoa que ocupa um lugar nelas, nos seus diferentes níveis, da base ao esporte profissional. As formas, intensidades e alcances de cada uma dessas ações, tanto na construção de políticas afirmativas, quanto no planejamento da transição de carreira, ou ainda em um pensamento voltado para a educação, devem ser ainda mais explorados e construídos coletivamente. Dessa forma, será possível aspirar à quebra de um teto de vidro que naturaliza a ausência de mulheres como treinadoras no voleibol brasileiro de alto rendimento (como se isso não fosse coisa delas), transpondo, assim, uma cordialidade que determina espaços, funções e possibilidades para as mulheres, atletas ou não.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, J. Hierarchies, Jobs, Bodies: a Theory of Gendered Organizations. **Gender & Society**, n.4, p. 139-158, 1990.

ALMEIDA, W. D. & RUBIO, K. Internationalism and the first editions of the Modern Olympics. **International Sports Studies**; v. 40; n. 2; p. 34-46, 2018.

ALMEIDA, W. D. & FREITAS, R. Sob comando deles: as barreiras para mulheres técnicas nas equipes olímpicas brasileiras. In: RUBIO, K. **Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis uma única luta**. São Paulo: Laços, 2021.

AMATO, J. **Kairós: o momento da partida na história de via de mulheres olímpicas brasileiras**, 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARDOINO, J. & BROHM, J.M. Repères et jalons pour une intelligence critique du phénomène sportif contemporain. **Critique de la modernité sportive**. Paris: **Les Éditions de la Passion**, 1995.

BARASH, J. A. **Collective memory and the historical past**. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

BARROS, K. S. Recortes da transição na carreira esportiva. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, v. 2, n. 1, 2008.

BOSI, E. **O tempo vivo na memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BROHM, J.M. **Sport: a prison of measured time**. Paris, 1978.

CARNEIRO, L. Futebol e vôlei femininos lideram audiência da Globo nos Jogos Olímpicos. **Universo Online - UOL**, Splash., 25 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/splash/colunas/leandro-carneiro/2021/07/25/futebol-e-volei-femininos-lideram-audiencia-da-globo-no-comeco-da-olimpiada.htm>>. Acesso em: 15/01/2023.

CBV. **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL**, 2023. Disponível em <<https://institucional.cbv.com.br/>>. Acesso em: 10/01/2023.

COI. COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2020. **Sports federations leading the way to increase percentage of female coaches and technical officials**. Disponível em <<https://olympics.com/ioc/news/sports-federations-leading-the-way-to-increase-percentage-of-female-coaches-and-technical-officials>>. Acesso em: 20/12/2021.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI), 2021. **Olympic Charter**. Disponível em <<https://olympics.com/ioc/olympic-charter>>. Acesso em: 11/10/2021.

CONNELL, R. **El género en serio**: Cambio global, vida personal, luchas sociales. México: UNAM, 2015.

COUBERTIN, P. As Mulheres e os Esportes. **Revista Educação Física**, v. 21. Rio de Janeiro, 1938, p. 60.

DALSIN, K. & GOELLNER, S. V. O elegante esporte da rede: o protagonismo feminino no voleibol gaúcho dos anos 50 e 60. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n.01, p. 153-171, janeiro/abril de 2006.

DEVIDE, F. P. **Gênero e mulheres no esporte**: história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

ELIAS, N. **Mozart, a sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

EXTRA. Musa do vôlei, Mari Steinbrecher festeja seus 26 anos na companhia da nova namorada modelo. **Jornal Extra**, 21 ago. 2020. Disponível em: <<https://extra.globo.com/famosos/musa-do-volei-mari-steinbrecher-festeja-seus-36-anos-na-companhia-da-nova-namorada-modelo-24598819.html>>. Acesso em: 15/01/2023.

FARIAS, C. M. Projeção e emancipação das mulheres brasileiras no esporte, 1932-1968. In: **XIII Encontro de História Anpuh** - Rio de Janeiro, 2008.

FASTING, K. Papel da mulher em Organizações Esportivas Nacionais e Internacionais. In: DRINKWATER, B. **Mulheres no Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

FASTING, K. & PFISTER, G. Female and male coaches in the eye of soccer players. **European Physical Education Review**, v. 6, n. 1, p. 91-110, 2000.

FERREIRA, H. J.; SALLES, J. G. C.; MOURÃO, L. & MORENO, A. A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 03, p. 103-124, jul/set de 2013.

FETTER, J. C. S. S. & SILVA, E. M. A atleta, o técnico. O atleta, a técnica. In: RUBIO, K. (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FETTER, J. C. A atleta, a mãe e o imaginário: olímpicas brasileiras e a maternidade. In: RUBIO, K. **Mulheres e esporte no Brasil**: muitos papéis uma única luta. São Paulo: Laços, 2021.

FIVB, 2016. Official volleyball rules 2017-2020: Approved by the 35th Congress, 2016. Disponível em: <[http://www.fivb.org/EN/Refereeing-Rules/documents/FIVB-Volleyball\\_Rules\\_2017-2020-EN-v06.pdf](http://www.fivb.org/EN/Refereeing-Rules/documents/FIVB-Volleyball_Rules_2017-2020-EN-v06.pdf)>. Acesso em: 02/01/2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento e prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCISCO, W.V; SILVA, B.C.P. & ENYA, M.Y. A atleta trans: outros diálogos sobre justiça. In: RUBIO, K. **Do pós ao neo olimpismo: esporte e movimento olímpico no século XXI**. São Paulo: Képos, 2019.

FRASCINO, J. **Voleibol: o jogador, a equipe**. São Paulo: Brasipal, 1983.

GLENN, E. N.; CHANG, G. & FORCEY, L. R. **Mothering: Ideology, experience, and agency**. London: Routledge, 2016.

GODOY, L. **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

GOELLNER, S. V. Mulheres em movimento: imagens femininas na Revista Educação Physica. **Educação & realidade**, v. 25, n. 2, 2000, p. 77-94.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: fragmento de uma história generificada. In: SIMÕES, A. C. & KNIJNIK, J. D. (Org.). **O Mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero e desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**. Goiânia, vol. 8, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 85-100, 2005.

GOELLNER, S. V. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 171-196, maio/agosto 2007.

GOELLNER, S. V. & FRAGA, A. B. A inominável Sandwina e as obreiras da vida: silêncios e incentivos nas obras inaugurais de Fernando de Azevedo. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 71-84, jan. 2004.

GONZALEZ, J. I. B. Introducción. In: Brohm, J. M. (Org.). **Materiales de Sociologia del Deporte**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993.

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GULICK, 1896 The Ethics of sport: the spirit of the association athletic league. **Physical Education**, Springfield, v. 5, n. 5, p. 43-52, jul. 1896. Disponível em <<https://springfieldcollege.contentdm.oclc.org/digital/collection/p15370coll3/id/1377>>. Acesso em: 10/01/2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARGREAVES, J. **Sporting females: critical issues in the history and sociology of women's sports**. London: Routledge, 1994.

HOBSBAWM, E. J. Introdução: A invenção das tradições. In: Hobsbawm, E. & Ranger, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, E. J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Paz e terra, 2000.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.  
HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

JABLONSKI, B. (2001). Atitudes frente à crise do casamento. In: T. Féres-Carneiro et al. **Casamento e família: do social à clínica**. (p. 81-95). Rio de Janeiro: Nau.

KILTY, K. Women in coaching. **The Sport Psychologist**, v.20, p. 222-234, 2006.

KNOPPERS, A. Gender and the Coaching Profession. **Quest**, v.39, p. 23-35, 1987.

KRUGER, A. The unfinished symphony: a history of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch. In: RIORDAN, J & KRUGER, A (Org.). **The International politics of sport in the 20th Century**. Routledge: Nova Iorque, 1999.

LAJOLO, M. Musa teen surge como a nova Ana Moser. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2001. Esporte. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2309200139.htm>>. Acesso em: 15/01/2023.

LAURETIS, T. La tecnología del género. **Revista Mora**, v. 2, p. 6-34, 1996.

LEÃO, L. Narrativas e histórias de vida na pesquisa acadêmica: reflexões sobre o método. In: RUBIO, K. (Org.). **Narrativas biográficas: Da busca à construção de um método**. São Paulo: Képos, 2016 .

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D. & PINTO, LOUIS. (Org.). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ, 1996.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo: 2016.

MACHADO, A. A. **Voleibol se aprende na escola**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2019.

MARCHI JUNIOR, W. **"Sacando" o voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí, Rs: Unijuí, 2004.

MARINHO, V. **O Esporte pode tudo**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARQUES JUNIOR, N. K. História do voleibol no Brasil e o efeito da evolução científica da educação física brasileira nesse esporte. **EFDeportes.com**; Buenos Aires, ano 17; n. 170; julho de 2012.

MELLO, S. C. Lugar de Mulher é onde ela quiser? Feminismo domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990). In: WOLFF, C. S.; ZANDONÁ, J. & MELLO, S.

C. (Org.). **Mulheres de lutas e feminismo no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019.

MELO, G. F; CIRINO, G. & RABELO, I. S. Tempo de ressignificar a vida: transição de carreira de mulheres atletas. In: RUBIO, K. (Org.). **Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis uma única luta**. São Paulo: Laços, 2021.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MOREIRA, T. S.; FERREIRA, A. L. P.; MARCHI JÚNIOR, W. Profissionalização do voleibol feminino no Brasil: o cenário In: **1º Encontro da ALESDE: "Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas"**. Curitiba, 2008.

NORMAN, L. The UK Coaching System is Failing Women Coaches. **International Journal of Sports Science & Coaching**, v.3, n.4, 2008.

OLIVEIRA, G. A. S. Mulheres enfrentando o desafio da inserção, ascensão e permanência no comando de equipes esportivas de alto nível. In: SIMÕES, A. C. & KNIJNIK, J. D. (Org.). **O Mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero e desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2021). **Em 2020, 48,8% dos participantes nas Olimpíadas são mulheres**. Disponível em <<https://brasil.un.org/index.php/pt-br/139127-em-2020-488-dos-participantes-nas-olimpiadas-sao-mulheres>>. Acesso em: 29/12/2021.

OYĔWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

PFISTER, Gertrud. Líderes femininas em organizações esportivas - tendências mundiais. **Movimento**, v. 9, n. 2, p. 11-35, 2003.

PFISTER, G. As mulheres e os Jogos Olímpicos: 1900-97. In: DRINKWATER, B. (Org.). **Mulheres no Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Kooga, 2004.

PIEPER, L.P. **Sex Testing: Gender policing in women's sports**. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2; n. 3; p. 3-15; 1989.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, 2014.

RAGO, M. Ser mulher no século XXI. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M. & OLIVEIRA, S. **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar-a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. Rio de Janeiro: Comitê Nacional Instituto Panamericano de Educação Física, ano, v. 1, 2009.

REVISTA PLACAR. Nossa Musa olímpica. **Placar**. 2 de março de 1984.

REVISTA VEJA. Elas querem ser campeãs olímpicas. **Revista Veja**, 15 de setembro de 1982.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Polén, 2019.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROMARIZ, S. B. As representações de gênero nas quadras de voleibol de alto rendimento. In: Anais **Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. Disponível em <[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST43/Sandra\\_Bellas\\_de\\_Romariz\\_43.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST43/Sandra_Bellas_de_Romariz_43.pdf)>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

RUBIO, K. **O atleta e o mito do herói: o imaginário esportivo contemporâneo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

RUBIO, K. Do Olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Rev. paul. Educ. Fís.**; São Paulo: v.16; n.2; p. 130-43, jul./dez. 2002.

RUBIO, K. “O Imaginário da Derrota no Esporte Contemporâneo”. **Psicologia & Sociedade**; 18 (1): 86-91; jan/abr. 2006.

RUBIO, K. (2010). Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**; v. 24; n. 1; p. 55–68; 2010.

RUBIO, K. A cordialidade feminina no esporte brasileiro. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, v. 1, p. 165-179.

RUBIO, K. **Atletas do Brasil Olímpico**. São Paulo: Kazuá, 2013.

RUBIO, K. Memórias e narrativas biográficas de atletas olímpicos brasileiros. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos**. São Paulo: Képos, 2014.

RUBIO, K. Memória, esquecimento e meta-história: entre Mnemosine e Lethe. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Narrativas Biográficas: Da busca à construção de um método**. São Paulo: Képos, 2016.

RUBIO, K. O imaginário heroico do atleta contemporâneo. In: \_\_\_\_\_. **Esporte e Mito**. São Paulo: Kepós, 2017.

RUBIO, K. Olimpização: Notas sobre o desejo de inclusão no modelo olímpico. In: \_\_\_\_\_. **Do Pós ao Neo Olimpismo: Esporte e Movimento Olímpico no Século XXI**. Laços Editora, São Paulo, p. 23-39, 2019.

RUBIO, K. & GRILO, R. **Toque de gênio: a história e os exemplos de Fofão**. São Paulo: Kepós, 2018.

RUBIO, K.; VELOSO, R. & LEÃO, L. Between solar and lunar hero: a cartographic study of Brazilian Olympic athletes in the social imaginary. **Imago: A Journal of Social Imaginary**, n. 11, p. 147-162, 2018.

RUBIO, K. & VELOSO, R. C. As mulheres no esporte brasileiro: entre os campos de enfrentamento e a jornada heroica. **Revista USP**; n. 122; p. 49-62; jul/ago/set; 2019.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, v. 20; n. 2; p. 71-99, jul/dez. 1995.

SILVA, A. R. **Psicologia esportiva e preparo do atleta**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 3ª Ed., 1967.

SOUZA, B. **Vamos juntas? O guia da sororidade para todas**. 1a Ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2016. 144 p.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

TAVARES, M. L. R. S. & MOURÃO, L. **Mulheres em Manchete: a potência da geração de voleibol dos anos 1980**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

TAVARES, M. L. R. S.; PEREIRA, E. G. B. A trajetória de uma campeã olímpica: o caso de Jackie Silva. **Journal of Physical Education**, v. 30, n. 1, 2019.

TICIANELLI, G. G. & ALTAMANN, H. Maria Esther Bueno: eficiência e competitividade no tênis. **Revista Estudos Feministas**; v.29; 2021.

VALPORTO, O. **Vôlei no Brasil: uma história de grandes manchetes**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

WACKWITZ, Laura A. Verifying the myth: Olympic sex testing and the category "woman". In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 2003.



WEINBERG, R.; REVELES, M. & JACKSON, A. Attitudes of male and female athletes toward male and female coaches. **Journal of Sport Psychology**, 1984. Vol. 6, p. 448 – 453.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

## 11. ANEXOS

## ANEXO I

<b>Seleção Brasileira Feminina de Voleibol - Comissões Técnicas</b>			
Anos	Treinadores	Auxiliar Técnico	Competições
1956-62	Adolfo Guilherme	Períodos sem auxiliar, Celso de Carvalho Bandieri	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano
1959	Sami Mehlinsky	Adolfo Guilherme	Jogos Pan-Americanos
1963	Geraldo Faggiano	Sem Auxiliar Técnico	Jogos Pan-Americanos
1967	Hélcio Nunan Macedo	Sem Auxiliar Técnico	Jogos Pan-Americanos
1971	Celso de Carvalho Bandieri	Sem Auxiliar Técnico	Campeonato Sul-Americano Jogos Pan-Americanos
1973-74	José Paiano	Sem Auxiliar Técnico	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa do Mundo
1975-77	Edinilton José de Vasconcelos Aquino	Períodos Sem Auxiliar Técnico, Ramon Papi Júnior	Campeonato Sul-Americano Jogos Pan-Americanos
1978-84	Enio de Figueiredo Silva	Períodos Sem Auxiliar Técnico, Luiz Delmar da Costa Lima, José Carlos Brunoro, Josenildo da Rocha Carvalho, Radamés Lattari Filho, Jorge Barros de Araújo	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa do Mundo Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos
1984	Jorge Barros de Araújo	Marco Aurélio Motta	Copa do Mundo
1985	Marco Aurélio Motta	Carlos Alberto Pilenghi da Costa	Campeonato Sul-americano
1986-88	Jorge Barros de Araújo	Marco Aurélio Motta	Campeonato Mundial Campeonato Sul-americano Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos

1990	Inaldo de Lyra Manta Neto	Ricardo Avelino Trade	Campeonato Mundial
1991-93	Wadson de Oliveira Lima	Antônio Rizola Neto, Luiz Eduardo Soares de Andrade	BCV Cup Campeonato Sul-americano Copa do Mundo Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos World Grand Prix
1994 - 00	Bernardo Rocha de Rezende	Ricardo Gomes Tabach	BCV Cup Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa dos Campeões Copa do Mundo Jogos Olímpicos World Grand Prix World Super Challenge World Super Four
2001 - 2003	Marco Aurélio Motta	Luizomar de Moura	BCV Cup Campeonato Mundial Classificatório para Mundial Copa dos Campeões World Grand Prix
2003	Wadson de Oliveira Lima	Ivo José Oliveira	Jogos Pan-Americanos
2003 - atual	José Roberto Guimarães	Carlos Eduardo Bizzocchi, <b>Ana Beatriz Moser</b> , Paulo do Rego Barros Junior, Claudio Lopes Pinheiro, Marcos Kwiek, Ronaldo Pacheco, Wagner Luiz Coppini Fernandes	Allasio Cup – Itália Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Classificatório Mundial Copa dos Campeões Copa do Mundo Copa Pan-Americana Final Four Grand Champions Cup Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos Montreux Volley Masters Pré-Olímpico Torneio de Courmayeur World Grand Prix

(CBV, 2023)

## ANEXO II

<b>Seleção Brasileira Masculina de Voleibol - Comissões Técnicas</b>			
Período	Treinadores	Auxiliar Técnico	Competições
1955	Carlos Alberto Magalhães Turner	Sem Auxiliar Técnico	Jogos Pan-Americanos
1956-64	Sami Mehlinsky	Períodos sem auxiliar técnico, Renato Cardoso, Adolfo Guilherme,	Campeonato Mundial, Campeonato Sul-Americano Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos
1967	Geraldo Faggiano	Sem Auxiliar Técnico	Campeonato Sul-Americano Jogos Pan-Americanos
1969-71	Paulo Emmanuel da Hora Matta	Períodos Sem Auxiliar Técnico, Carlos Reinaldo Pereira Souto,	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa do Mundo Jogos Pan-Americanos
1973-74	Célio Cordeiro Filho	José Maria Schartz da Costa, Períodos Sem Auxiliar Técnico,	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano
1977-80	Paulo Sevcic	Períodos Sem Auxiliar Técnico, Paulo Roberto Laranjeiras Caldas, Paulo Márcio Nunes da Costa	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa do Mundo Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos
1981-84	Paulo Roberto de Freitas (Bebeto de Freitas)	José Carlos Brunoro	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa do Mundo Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos
1985-86	José Carlos Brunoro	Vincenzo Roma Reynaldo Euzébio Martins Filho	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano
1987	Young Wan Sohn	Carlos Eduardo Guilherme da Silva	Jogos Pan-Americanos
1988-90	Paulo Roberto de Freitas (Bebeto de Freitas)	Antonio Fernando Teixeira Leão, José Roberto Lages Guimarães, Jorge Barros de Araujo	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa do Mundo Jogos Olímpicos Liga Mundial

1991	Josenildo José da Rocha Carvalho	Nobuhiro Imai	Campeonato Sul-Americano Copa do Mundo Jogos Pan-Americanos Liga Mundial
1992-96	José Roberto Lages Guimarães	Marcos Pinheiro Miranda	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa dos Campeões Copa do Mundo Jogos Olímpicos Liga Mundial World Super Four
1997-00	Radamés Lattari	Marcelo Dario Del Negro Gonçalves	Campeonato Mundial Campeonato Sul-Americano Copa América Copa dos Campeões Copa do Mundo Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos
2001-16	Bernardo Rocha de Rezende	Ricardo Gomes Tabach, José Francisco dos Santos, Roberley Luiz Leonaldo	Campeonato Mundial Campeonato Sul-americano Classificatório para Mundial Copa América Copa dos Campeões Copa do Mundo Jogos Olímpicos Jogos Pan-Americanos Liga Mundial
2017 - atual	Renan Dal Zotto	Marcelo Fronckowiack, Ricardo Tabach, Carlos Schwanke	Campeonato Mundial Campeonato Sul-americano Copa dos Campeões Copa do Mundo Copa Pan-Americana Jogos Olímpicos Liga Mundial

(CBV, 2023)

## ANEXO III

<b>COMISSÕES TÉCNICAS (CT) DA SUPERLIGA 2020/2021</b>				
<b>NAIPE</b>	<b>CLUBES</b>	<b>CARGOS NA CT</b>	<b>TOTAL DE MULHERES</b>	<b>CARGOS</b>
<b>SUPERLIGA FEMININA</b>	BARUERI	8	0	-
	SESI VÔLEI BAURU	6	0	-
	BRASÍLIA VÔLEI	6	0	-
	CURITIBA VÔLEI	9	3	Assistente Técnica (1), Fisioterapeuta (1), Médica (1)
	FLUMINENSE	7	0	-
	ITAMBÉ MINAS	13	1	Fisioterapeuta (1)
	OSASCO	5	0	-
	EC PINHEIROS	6	0	-
	DENTIL PRAIA CLUBE	8	2	Fisioterapeuta (1)
	SÃO CAETANO	7	1	Fisioterapeuta (1)
	SÃO J DOS PINHAIS AIEL	5	0	-
	SESC RJ FLAMENGO	7	0	-
<b>SUPERLIGA MASCULINA</b>	BLUMENAU	6	0	-
	CARAMURU VÔLEI	7	1	Fisioterapeuta (1)
	VEDACIT VÔLEI GUARULHOS	4	0	-
	VÔLEI UM ITAPETININGA	5	0	-
	MINAS TÊNIS CLUBE	8	0	-
	MONTES CLAROS AMÉRICA VÔLEI	6	0	-
	PACAEMBU RIBEIRÃO	5	0	-
	SADA CRUZEIRO VÔLEI	11	0	-
	SESI SP	8	0	-
	TAUBATÉ FUNVIC	9	0	-
	AZULIM/ GABARITO/ UBERLÂNDIA	5	1	Preparadora física (1)
	VÔLEI RENATA	9	0	-
	<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>9</b>	Assistente Técnica (1), Fisioterapeuta (6), Médica (1) e Preparadora física (1)

Fonte: Projeto de Pesquisa "Pós-carreira e reorientação profissional: a transformação da identidade entre atletas de voleibol", de autoria da Profa. Dra. Katia Rubio.

## ANEXO IV

COMISSÕES TÉCNICAS (CT) DA SUPERLIGA 2021/2022				
NAIPE	CLUBES	CARGOS NA CT	TOTAL DE MULHERES	CARGOS
SUPERLIGA FEMININA	BARJERI	6	0	-
	SESI VÔLEI BAURU	6	0	-
	BRASÍLIA VÔLEI	5	1	Fisioterapeuta (1)
	CURITIBA VÔLEI	4	3	Treinadora (1), Fisioterapeuta (1), Médica (1)
	FLUMINENSE	7	0	-
	ITAMBÉ MINAS	9	3	Assistente Técnica (2), Fisioterapeuta (1)
	OSASCO	5	0	-
	EC PINHEIROS	5	0	-
	DENTIL PRAIA CLUBE	9	2	Fisioterapeuta (2)
	MARINGÁ	4	0	-
	VALINHOS	5	1	Fisioterapeuta (1)
	SESC RJ FLAMENGO	8	0	-
SUPERLIGA MASCULINA	BLUMENAU	6	0	-
	BRASÍLIA	8	1	Fisioterapeuta (1)
	VEDACIT VÔLEI GUARULHOS	7	0	-
	GOIÁS	7	0	-
	MINAS TÊNIS CLUBE	8	0	-
	MONTES CLAROS AMÉRICA VÔLEI	5	0	-
	FARMA CONDE	5	0	-
	SADA CRUZEIRO VÔLEI	10	0	-
	SESI SP	7	0	-
	NATAL FUNVIC	7	1	Fisioterapeuta (1)
	AZULIM/ GABARITO/ UBERLÂNDIA	8	2	Preparadora física (1), Fisioterapeuta (1)
	VÔLEI RENATA	11	1	Auxiliar Técnica (1)
	<b>TOTAL</b>	<b>162</b>	<b>15</b>	Assistentes Técnicas (2), Auxiliar Técnica (1), Fisioterapeutas (9), Médica (1), Preparadora física (1) e Treinadora (1)

Fonte: Projeto de Pesquisa "Pós-carreira e reorientação profissional: a transformação da identidade entre atletas de voleibol", de autoria da Profa. Dra. Katia Rubio.

## ANEXO V

<b>Cursos de Formação CBV - Atletas das seleções femininas olímpicas</b>			
<b>ATLETA</b>	<b>JOGOS OLÍMPICOS</b>	<b>NÍVEL CBV</b>	<b>STATUS</b>
1	1980		PÓS-CARREIRA
2	1980		PÓS-CARREIRA
3	1980	III	PÓS-CARREIRA
4	1980		PÓS-CARREIRA
5	1980	II praia	PÓS-CARREIRA
6	1980		PÓS-CARREIRA
7	1980		PÓS-CARREIRA
8	1984		PÓS-CARREIRA
9	1984		PÓS-CARREIRA
10	1984		PÓS-CARREIRA
11	1988		PÓS-CARREIRA
12	1988		PÓS-CARREIRA
13	1988		PÓS-CARREIRA
14	1992		PÓS-CARREIRA
15	1992		PÓS-CARREIRA
16	1992		PÓS-CARREIRA
17	1980/1984		PÓS-CARREIRA
18	1980/1984	II	PÓS-CARREIRA
19	1980/1984		PÓS-CARREIRA
20	1980/1984	II - II praia	PÓS-CARREIRA
21	1980/1988	II	PÓS-CARREIRA
22	1984/1988	II	PÓS-CARREIRA
23	1984/1988		PÓS-CARREIRA
24	1984/1988		PÓS-CARREIRA
25	1984/1988/1996		PÓS-CARREIRA



<b>Cursos de Formação CBV - Atletas das seleções femininas olímpicas</b>			
<b>ATLETA</b>	<b>JOGOS OLÍMPICOS</b>	<b>NÍVEL CBV</b>	<b>STATUS</b>
26	1984/1992/1996		PÓS-CARREIRA
27	1988/1992		PÓS-CARREIRA
28	1988/1992/1996		PÓS-CARREIRA
29	1988/1992/1996		PÓS-CARREIRA
30	1988/1992/1996/2004		PÓS-CARREIRA
31	1992/1996		PÓS-CARREIRA
32	1992/1996		PÓS-CARREIRA
33	1992/1996/2000		PÓS-CARREIRA
34	1992/96/2000/04/2008	II	PÓS-CARREIRA
35	1996		PÓS-CARREIRA
36	1996		PÓS-CARREIRA
37	1996/2000/2004		PÓS-CARREIRA
38	2000		PÓS-CARREIRA
39	2000		PÓS-CARREIRA
40	2000		PÓS-CARREIRA
41	2000		PÓS-CARREIRA
42	2000		PÓS-CARREIRA
43	2000		PÓS-CARREIRA
44	2000/2004		PÓS-CARREIRA
45	2000/2004		PÓS-CARREIRA
46	2000/2004/2008		PÓS-CARREIRA
47	2004		PÓS-CARREIRA
48	2004	II	PÓS-CARREIRA
49	2004/2008		PÓS-CARREIRA
50	2004/2008		EM ATIVIDADE
51	2004/2008		EM ATIVIDADE

<b>Cursos de Formação CBV - Atletas das seleções femininas olímpicas</b>			
<b>ATLETA</b>	<b>JOGOS OLÍMPICOS</b>	<b>NÍVEL CBV</b>	<b>STATUS</b>
52	2004/08/12/2016		EM ATIVIDADE
53	2008		PÓS-CARREIRA
54	2008/2012	I	PÓS-CARREIRA
55	2008/2012		PÓS-CARREIRA
56	2008/2012/2016	II	PÓS CARREIRA
57	2008/2012/2016		EM ATIVIDADE
58	2008/2012/2016		PÓS-CARREIRA
59	2012		PÓS-CARREIRA
60	2012		PAUSA NA CARREIRA
61	2012/2016		EM ATIVIDADE
62	2012/2016		EM ATIVIDADE
63	2012/2016		PAUSA NA CARREIRA
64	2012/2016/2020		EM ATIVIDADE
65	2016		EM ATIVIDADE
66	2016		EM ATIVIDADE
67	2016		EM ATIVIDADE
68	2016/2020		EM ATIVIDADE
69	2020		EM ATIVIDADE
70	2020		EM ATIVIDADE
71	2020		EM ATIVIDADE
72	2020		EM ATIVIDADE
73	2020		EM ATIVIDADE
74	2020		EM ATIVIDADE
75	2020		EM ATIVIDADE
76	2020		EM ATIVIDADE

Fonte: Projeto de Pesquisa "Pós-carreira e reorientação profissional: a transformação da identidade entre atletas de voleibol", de autoria da Profa. Dra. Katia Rubio.

## ANEXO VI

<b>Cursos de Formação CBV - Atletas das seleções masculinas olímpicas</b>		
<b>ATLETA</b>	<b>JOGOS OLÍMPICOS</b>	<b>NÍVEL CBV</b>
1	1980	
2	1980	
3	1980	
4	1980	
5	1980/1984	
6	1980/1984	
7	1980/1984	5
8	1980/1984	2
9	1980/1984/1988	3
10	1980/1984/1988	3
11	1980/1984/1988/1992	2
12	1980/1984/19888	3
13	1984	
14	1984	
15	1984	
16	1984/1988	2
17	1988	1
18	1988	3
19	1988	
20	1988/1992	2
21	1988/1992/1996	
22	1988/1992/1996	3
23	1988/1992/1996/2000/2004	
24	1992	
25	1992	3
26	1992	3
27	1992/1996	3
28	1992/1996/2000	
29	1992/1996/2000/2004	3
30	1992/2000	3
31	1996	3
32	1996	3

<b>Cursos de Formação CBV - Atletas das seleções masculinas olímpicas</b>		
<b>ATLETA</b>	<b>JOGOS OLÍMPICOS</b>	<b>NÍVEL CBV</b>
33	1996	
34	1996	3
35	1996/2000	
36	1996/2000/2004	
37	2000	3
38	2000/2004/2008	
39	2000/2004/2008	3
40	2000/2004/2008/2012	
41	2000/2004/2008/2012	
42	2000/2008	3
43	2004/2008	3
44	2004/2008	
45	2004/2008/2012	3
46	2004/2008/2012/2016	
47	2004/2012	
48	2008	
49	2008/2012	
50	2008/2012/2016	
51	2012	
52	2012	
53	2012	
54	2012/2016	
55	2012/2016	
56	2016	
57	2016	
58	2016	
59	2016	
60	2016	
61	2016	
62	2016	
63	2016	

Fonte: Projeto de Pesquisa "Pós-carreira e reorientação profissional: a transformação da identidade entre atletas de voleibol", de autoria da Profa. Dra. Katia Rubio.